



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS - IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA



**“O DAIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA A APROPRIAÇÃO DE
TERRITÓRIOS”**

RODRIGO MENDES DA SILVA

GOIÂNIA
2009

RODRIGO MENDES DA SILVA

**“O DAIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA A APROPRIAÇÃO DE
TERRITÓRIOS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

GOIÂNIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GT/BC/UFG

S586d

Silva, Rodrigo Mendes da.

“O DAIA, isso serve, em primeiro lugar, para a apropriação de territórios” [manuscrito] / Rodrigo Mendes da Silva. - 2009.
xv, 161 f. : il., figs, tabs, mapas, gráfs.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, 2009.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, quadros e tabelas.

1. Distritos Agroindustriais Anápolis (GO) 2. Distrito agroindustrial (DAIA) – Anápolis (GO) 4. Apropriação do território I. Título.

CDU: 711.554(817.3)

RODRIGO MENDES DA SILVA

**“O DAIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA A APROPRIAÇÃO DE
TERRITÓRIOS”**

Dissertação defendida no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, tendo por área de concentração Natureza e Produção do Espaço, para obtenção do título de Mestre, aprovada em 24 de Agosto de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

**Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – CAC/UFG
Orientador**

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – IESA/UFG

**Prof. Dr. Nildo Viana - UFG
Suplente**

*Dedico este trabalho aos meus pais – Simião e Matildes,
Pelo apoio incondicional a todos os meus projetos,
Pelos diversos exemplos de conduta e educação
Que foram determinantes na formação do meu caráter.
Aos meus irmãos Renato, Ricardo e Simião Júnior,
Pela força de sempre.
E meus sobrinhos, Ricardo, Renã e Cauê,
Constantemente me enchendo de vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás, que foram determinantes em todo o processo de formação. Em especial aos professores Eguimar Felício Chaveiro, por acreditar desde o início e acompanhar toda a trajetória (foi você quem projetou isso tudo, anos atrás em seu imaginário poético); à Celene Cunha Monteiro A. Barreira, pelas orientações na qualificação; à Lana de Sousa Cavalcanti pela paciência durante o período de educação tutorial e a Jorge Ramón Montenegro Gómez pelos apontamentos na defesa.

Aos colegas de graduação e de mestrado, e em especial aos companheiros de PET, José Paulo, Denis Castilho, Marcelo Antunes, John Carlos, que me apoiaram e tive a honra de apoiá-los em alguns momentos. E ao amigo e secretário do programa de pós-graduação Charles Calixto de Souza, pelo apoio não apenas nesse período, mas de sempre.

Aos amigos e colaboradores sem os quais os trabalhos de campo em Anápolis e a coleta dos dados seriam impossíveis, César A. Labre, Simone Diaz, Carolina Tuyane, Darlene Barros, a todos os entrevistados, e aos que não pude lembrar. À presteza de Marcela Ruggeri, Iraciara Ribeiro, Regina Brito, Márcia Pelá e outros.

Agradeço também à *Los tres Echeverría*, Agustina pelo exemplo de pessoa e pesquisadora – uma referência, Victoria pelo incentivo inicial e constantes auxílios, e Gregório pelas costumeiras trocas de idéias e companhia (mesmo que distante), além das importantes e calorosas discussões que vez ou outra ocorreram nos momentos em que estivemos todos juntos.

E claro que não só os amigos da academia de ciência são importantes para conseguirmos finalizar uma pesquisa como essa. Em momentos de exaustão psicológica, que não são raros, são eles quem nos socorrem, sempre: Antonio Márcio, Jane, Kriss, Kerna, Luanne, Juliano Andrade, Leonilson, Eliésio Lessa, Danila, Marcela Marques, esses de forma mais direta, a todos da dança, das escolas Municipais Monteiro Lobato e Frei Demétrio, além de tantos outros que não haveria espaço aqui e fatalmente eu acabaria me esquecendo de alguns. Também gostaria de agradecer à Bárbara Borges, pelo recente surgimento em minha vida e que tanto me fez bem.

Não poderia faltar ao orientador. Extremamente capaz, inteligente, paciente, compreensivo e amigo, que é um exemplo de como se deve fomentar o conhecimento de outrem. Marcelo Rodrigues Mendonça, aqui fica minha admiração. Não há como não citar o caso em que fui encontrado por Marcelo no *Café Goya*, no cruzamento da Rua *Suipacha* com a Avenida *De Mayo* em Buenos Aires, numa viagem a qual não o havia comunicado, numa feliz e inesquecível coincidência (é impossível se esconder de um orientador). Marcelo, sou muito grato a toda paciência e destreza que demonstrastes durante todo o processo. Poderei honrá-lo, quando me for a hora, agindo com outras pessoas seguindo a boa conduta profissional e pessoal que executou comigo.

A todos, muito obrigado.

*“O homem é um ser que vive de ilusões e de esperanças, às quais
Nunca puderam dar morte os grandes cataclismas da história. Uma
Das mais bonitas idéias é de um Direito do Trabalho que, de uma vez
Para sempre, na luta entre o Capital e o Trabalho, ponha o primeiro,
E a Economia em si, a serviço do segundo.”*
(Mário de La Cueva)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo compreender o município de Anápolis/GO e o Distrito Agroindustrial – DAIA, a partir do emaranhado de relações sociais, urdidas por diversos sujeitos, destacando-se o Estado, o empresariado e a classe trabalhadora local. O Distrito Agroindustrial está situado no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília (tido pelas forças locais como importante eixo, com considerável contingente populacional e fluxo de capitais, apontado como um dos principais corredores de desenvolvimento no país) que possui considerável infra-estrutura e um parque industrial bem consolidado, com destacada localização geográfica, em meio a um entroncamento de rodovias federais, estaduais e ferrovias ficando relativamente equidistante a qualquer ponto do país. O objetivo central é elucidar como se deu o processo de produção/apropriação do território compreendido por Anápolis e o DAIA, permeado por disputas, e através das vozes e dos discursos dos sujeitos envolvidos, *desvelar* seus níveis de influência e os reais beneficiários dos (re)ordenamentos territoriais. Para tanto, apoiamos nossas análises na categoria *território* capaz de mostrar os conflitos e contradições, utilizando também a análise do discurso como instrumento metodológico. Primeiramente, abordamos as recentes transformações ocorridas na dinâmica da economia do estado de Goiás e sua inserção no cenário nacional e mundial, em que se observa uma intensificação das atividades industriais espalhadas pelo estado, através das políticas de desconcentração via Distritos Agroindustriais, e como o DAIA surge nesse contexto. Faremos também a análise de entrevistas com os atores envolvidos, assim como fontes documentais na busca da identificação de discursos hegemônicos. Por fim, o DAIA e Anápolis serão abordados como *territórios em permanente disputa*, elucidando-se o emaranhado de relações urdidas, confrontando dados estatísticos, e (des)construindo o *desenvolvimento*, historicamente atrelado ao surgimento do Distrito Agroindustrial. Fizemos a coleta de dados acerca do DAIA assim como leituras de bibliografias pertinentes num apanhado de dados quantitativos e também qualitativos disponibilizados em órgãos públicos como Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Ministério do Trabalho – MT, Universidade Estadual de Goiás, Universidade Federal de Goiás, dentre outros, além das entrevistas realizadas em trabalhos de campo *in loco*. Como principais referências utilizamos, dentre outros, E. Chaveiro, T. Arrais, P. Bertran, B. Borges, N. Chaul, M. Mendonça, C. Raffestin, M. Santos, R. Haesbaert, R. L. Corrêa, M. C. Andrade, M. J. L. Souza, F. Perroux, D. Harvey, M. Foucault, J. Gómez, M. Pochmann, C. Furtado, R. Antunes. Veremos como é possível identificar um discurso dominante em que o DAIA foi o principal responsável pelo *desenvolvimento* do município, assim como sendo um poderoso gerador de empregos, e como essas afirmações são frágeis e não vão além de discurso, que mostra sua maior eficácia na camuflagem dos jogos de poder, dos verdadeiros movimentos na produção e apropriação do território anapolino e seu Distrito, omitindo também e os reais beneficiários de todo esse processo de (re)ordenamento territorial orquestrado pelo capital.

Palavras-chaves: Distritos Agroindustriais, Anápolis, DAIA, Apropriação do território, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The research objective is to understand the city of Anápolis/GO and Agro-industrial District - DAIA, based on the puzzle of social relations, entangled for diverse citizens, in which the State, the employers and the local working class are detach. The Agro-industrial district is situated in Goiânia-Anápolis-Brasília axle (had for the local forces as important axle, with considerable population contingent and flow of capitals, pointed as one of the main corridors of development in the country) that it possess considerable infrastructure and a well consolidated industrial park, with prominence geographic localization, in way to a junction of federal and state highways, railroads, being relatively equidistant to any point in the country. The main objective is to elucidate how the process of production and appropriation of the territory of Anápolis and DAIA took place, permeated by disputes, and through out of the voices and the speeches of the involved citizens, to show its levels of influence and the real beneficiaries of the territorial (re)ordering. For in such a way, we will support our analyses in the *territory* category capable to show the conflicts and contradictions, also using the analysis of the speech as methodological tool. First we will approach the recent occurred transformations in the dynamics of the economy of the state of Goiás and its insertion in the national and world-wide scene, where it can be observe an intensification of the industrial activities spread by the state, through the not concentrated politics it saw Districts Agro-industrial, and as the DAIA appears in this context. We will also make the analysis of interviews with the involved actors, as well as documentary sources in the search of the identification of hegemonic speeches mainly leaving of the elites. Finally, the DAIA and Anápolis will be boarded as a territory in permanent dispute, elucidating themselves the confusion of relations entangled there, confronting statistical data, and the de(construction) development historically linked to the development of the Agro-industrial District. We made the collection of data concerning the DAIA as well as pertinent bibliography readings in a qualitative and quantitative data and also available in public agencies as Secretariat of the Farm of the State of Goiás - SEFAZ, Secretariat of Planning - SEPLAN, Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, Institute of Applied Economic Research - IPEA, Ministry of the Work - TM, State University of Goiás, Federal University of Goiás, among others, in addition to interviews in fieldwork. As main references we use, among others, E. Chaveiro, T. Arrais, P. Bertran, B. Borges, N. Chaul, M. Mendonça, C. Raffestin, M. Saints, R. Haesbaert, R. L. Corrêa, M. C. Andrade, F. Perroux, D. Harvey, M. Foucault, J. Gómez, M. Pochmann, C. Furtado, R. Antunes. We will see as it is possible to identify a dominant speech in which the DAIA was the main responsible for the development of the city, as well as being a powerful generator of jobs, and as these affirmations are fragile and they do not go beyond speech. This speech is effective in camouflage the political games, of the true movements in the production and appropriation of the anapolino territory and its District, omitting also the real beneficiary of all this process of (re)ordering territorial orchestrated by the capital.

Key-words: Agro-industrial districts, Anápolis, DAIA, appropriation of the territory, development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa da localização da área de estudo.....	13
Figura 02	Mapa urbano de Anápolis.....	14
Figura 03	Mapa da localização da CANG no estado de Goiás.....	37
Figura 04	Mapa de localização do Mato Grosso Goiano.....	39
Figura 05	Localização dos Distritos agroindustriais do estado de Goiás.....	51
Figura 06	Eixo de <i>desenvolvimento</i> Goiânia-Anápolis-Brasília.....	54
Figura 07	Mapa da área de influência de Anápolis.....	57
Figura 08	Manchete da revista Economia e Desenvolvimento n. 27.....	62
Figura 09	Gráfico da evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Goiânia.....	81
Figura 10	Gráfico da evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Goiás.....	81
Figura 11	Gráfico da evolução do número de pessoas ocupadas por ramo de atividade em Anápolis.....	82
Figura 12	Gráfico do percentual de participação por ramo de atividade em Anápolis... ..	82
Figura 13	Mapa da localização da Avenida Brasil em Anápolis.....	84
Figura 14	Mapa da localização do Vale do São Patrício.....	98
Figura 15	GO-080 - Ligação rodoviária entre o Vale do São Patrício e Goiânia.....	99
Figura 16	Foto da fábrica da Hyundai e do bairro industrial nos arredores do DAIA....	140
Figura 17	Foto da entrada do setor Muniz Calixto.....	140
Figura 18	Foto da entrada do DAIA.....	141
Figura 19	Foto do setor Muniz Calizto.....	141
Figura 20	Foto da Transportadora Gabardo.....	142
Figura 21	Foto do estacionamento de bicicletas na Hiunday.....	142
Figura 22	Foto do pátio do Porto Seco Centro Oeste.....	143
Figura 23	Foto de uma casa do setor Muniz Calixto.....	143
Figura 24	Foto da obra do túnel da Ferrovia Norte-Sul.....	144
Figura 25	Foto da Escola Estadual do setor Muniz Calixto.....	144
Figura 26	Foto da placa do Programa Produzir.....	145
Figura 27	Foto de uma rua do setor Muniz Calixto.....	145
Figura 28	Foto da entrada do laboratório Vitapan.....	146
Figura 29	Foto de uma mercearia no setor Muniz Calixto.....	146
Figura 30	Foto da entrada do laboratório Neoquímica.....	147
Figura 31	Foto de uma rua do setor Muniz Calixto.....	147
Figura 32	Foto da entrada do laboratório Teuto.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Quadro síntese do Programa Produzir.....	48
Quadro 02	Taxas de juros por porte do empreendimento.....	49
Quadro 03	Principais temas abordados pelo enfoque do pós-desenvolvimento.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População dos maiores municípios do estado de Goiás.....	40
Tabela 02	Situação física das obras do DAIA em 1980.....	46
Tabela 03	Pessoal ocupado por ramo de atividade.....	80
Tabela 04	Empresas estabelecidas na Avenida Brasil 1940 a 2000.....	83
Tabela 05	Número de empresas e de empregados na Avenida Brasil por porte.....	85
Tabela 06	Prefeitos indicados em Anápolis e partidos políticos 1973 a 1985.....	91
Tabela 07	Representação de Anápolis – Eleições de 1982 a 2006 / Legislativo.....	96
Tabela 08	Indicadores utilizados para a elaboração do <i>Ranking</i>	119
Tabela 09	<i>Ranking</i> dos municípios goianos segundo o PIB – 2002/2005/2006.....	123
Tabela 10	Arrecadação de ICMS e repasse aos municípios.....	124
Tabela 11	Indicadores sócio-econômicos 1991 e 2001.....	126
Tabela 12	Elaboração do Índice de Exclusão Social.....	128
Tabela 13	Exclusão social em 2000.....	129
Tabela 14	Índice de Desenvolvimento Econômico/Índice de Desenvolvimento Social 2000 e 2001.....	130
Tabela 15	Índice de ranqueamento dos municípios goianos.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I TERRITÓRIO, (INTER)RELAÇÕES E ESCALAS	20
1.1 Porque <i>território</i> ?.....	21
1.2 Mudanças na indústria e suas repercussões.....	25
1.3 O Estado e a consolidação da indústria brasileira.....	31
1.4 Goiás e os (re)ordenamentos territoriais.....	34
1.5 A implantação do DAIA.....	44
II O DAIA PELOS ANAPOLINOS	59
2.1 A construção do mito.....	61
2.2 DAIA, o grande gerador de empregos – Um mito dentro de outro mito.....	72
2.3 Política, disputas, poder.....	87
III TERRITÓRIOS EM DISPUTA: As tramas urdidas	103
3.1 Por dentro do <i>desenvolvimento</i> – As intenções.....	106
3.1.2 A ferramenta de análise do <i>desenvolvimento</i>	107
3.1.3 <i>Desenvolvimento</i> , discursos e práticas.....	111
3.2 O DAIA em perspectiva.....	114
3.2.1 Estratégias de <i>marketing</i> governamental.....	116
3.3 <i>Desenvolvimento</i> para quem? (Des)construindo discursos e práticas.....	125
3.4 <i>Territórios em disputa</i> , sujeitos e relações.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXOS	161
Anexo I – Roteiro inicial para as entrevista	

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo compreender o município de Anápolis/GO e o Distrito Agroindustrial – DAIA, a partir do emaranhado de relações sociais, urdidas por diversos sujeitos, destacando-se o Estado, o empresariado e a classe trabalhadora local.

Para compreender as tramas espaciais construídas a partir do DAIA e em seu entorno (o município de Anápolis e adjacências), precisamos entender as transformações políticas, econômicas e espaciais ocorridas em nível mundial, no Brasil e em Goiás. Dessa forma poderemos perceber como Goiás se insere no cenário nacional e mundial e os fatores que contribuíram para que o estado tivesse alterada a sua base econômica predominantemente agropecuária, passando a incorporar um considerável peso para a agroindústria e o setor de serviços.

Partindo de uma economia pautada na agricultura e pecuária, que se ligava à região Sudeste sob a condição de complementaridade, o Estado se modernizou a partir da agroindustrialização. A partir da década de 1970, aspectos como o avanço tecnológico, políticas de desconcentração industrial, avanço da fronteira agrícola, políticas creditícias, modificações na divisão regional do trabalho, contribuíram para incorporar o caráter agroindustrial à economia goiana. Unindo as possibilidades favorecidas pelo movimento de (re)ordenamento em âmbito nacional e estadual, com ações políticas guiadas pelos interesses dos empresários locais, implanta-se em Anápolis o DAIA.

Mesmo após sua consolidação, o Distrito Agroindustrial de Anápolis passa por intensas transformações, diversificando suas atividades, o que solidifica sua imagem de *pólo industrial vencedor*, desenvolvido. O poder público se apropria de imagens e de discursos elaborados para enaltecer o DAIA, muitas vezes atribuindo ao mesmo as melhorias sócio-econômicas do município, além de representar grande importância para o estado de Goiás.

O foco da pesquisa está no município de Anápolis (Figura 01) onde se localiza o mais importante dos 42 Distritos Industriais do Estado de Goiás, o Distrito Agroindustrial de Anápolis, conhecido como DAIA (Figura 02). Distanto 54 km de Goiânia e 154 de Brasília, Anápolis é o terceiro município do estado em termos demográficos, porém o segundo em grau de importância sócio-econômica.

Anápolis contabilizava em 2005, 716 estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda, com destaque para os setores farmacêutico e atacadista, e abriga

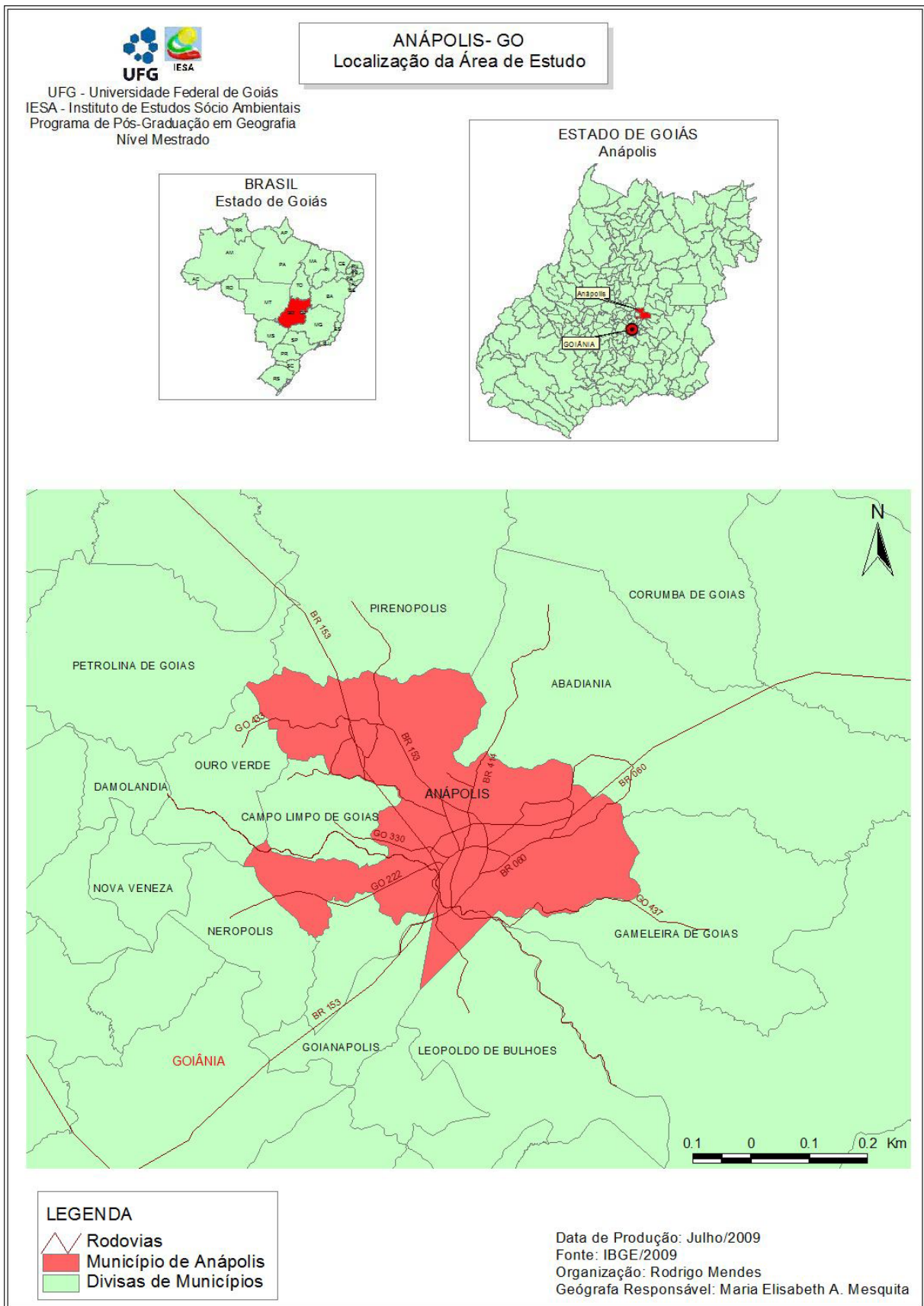


Figura 01

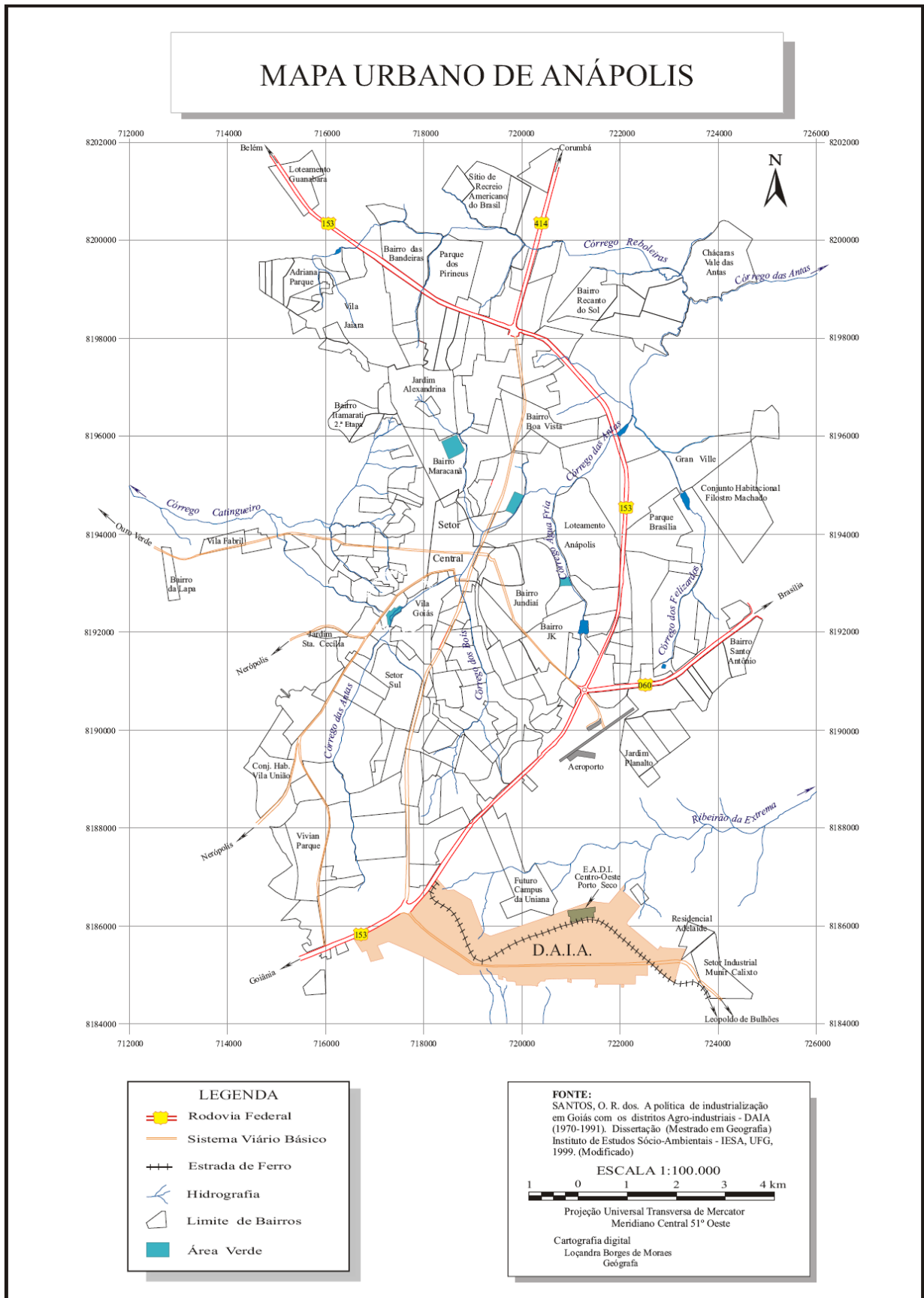


Figura 02

a principal unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) com mais de 15 cursos em diferentes áreas, contando ainda com outros centros de ensino superior como a UniEvangélica. Das empresas instaladas no município podemos destacar a Cervejaria Ambev, Laboratório Neoquímica, Laboratório Teuto Brasileiro, Armazém Goiás, Granol e Rio Vermelho Distribuidor, a montadora de veículos Hyundai, dentre outras. Em agosto de 2007, o DAIA contava com 161 indústrias em funcionamento, implantadas em sua área de 879,47 ha (GOIÁS, 2007).

As atividades industriais do Distrito são variadas com destaque para os setores farmacêutico, bebidas e alimentação, móveis, embalagens, plásticos, têxtil dentre outros. Alguns empreendimentos recebem destaque no DAIA como a implantação da EADI¹ Porto Seco Centro-Oeste (um terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro) e o início das obras de implantação da Plataforma Logística Multimodal que pretende promover um moderno conceito em central de inteligência logística, combinando multimodalidade, telemática e otimização de fretes, por meio do acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, que permitirá a integração com as principais rotas logísticas do País, segundo os idealizadores do projeto.

O DAIA possui localização geográfica destacada, referida muitas vezes como privilegiada, situando-se ao sul da cidade de Anápolis, em meio a um entroncamento de rodovias federais (BR-153, BR-060 e BR-414), às margens da GO-330, onde também passa a Ferrovia Centro-Atlântica, que faz parte do corredor de exportação Goiás/Minas Gerais/Espírito Santo, onde será instalado o marco zero da Ferrovia Norte-Sul, em construção, ligando os dois ramais ferroviários, ficando relativamente equidistante a qualquer ponto do país.

A infra-estrutura atual do DAIA consiste em pavimentação asfáltica, sistema de água e esgoto, sistema exclusivo de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa, registro em cartório, estação de tratamento de água e afluentes, plano de gestão ambiental, posto dos correios, posto bancário, posto policial, posto do corpo de bombeiros, urbanização, condomínio tecnológico, Agência Fazendária (SANTOS, 1999). Segundo a Revista Economia & Desenvolvimento (janeiro/março 2004), o DAIA recebeu desde sua inauguração na década de 1970, investimentos da ordem de 100 milhões em infra-estrutura.

¹ Estação Aduaneira do Interior.

A constituição do pólo farmacêutico instalado no DAIA começou a se configurar em 1989 com a instalação do Laboratório Neoquímica, vindo depois o Teuto Brasileiro, o Vitapan e outros. Para as indústrias goianas, a lei que regulamentou os medicamentos genéricos no Brasil (Lei 9.787/99) foi de fundamental importância. Até 1999, existiam apenas oito unidades no Estado.

Recentemente a inauguração da montadora automobilística Sul-Coreana Hyundai (em 20 de abril de 2007) aqueceu ainda mais as expectativas em torno do Distrito Agroindustrial juntamente com o início das obras da Ferrovia Norte-Sul e também a tentativa de tornar o DAIA um entreposto de distribuição da Zona Franca de Manaus.

Acreditamos na importância de uma pesquisa desse Distrito Agroindustrial, sabendo que a busca pelo aporte teórico contribuirá para a compreensão das transformações espaciais pelas quais passam tanto o DAIA, quanto o município que o sedia, assim como o estado, o território nacional e a inserção de cada um (em suas respectivas escalas) num mundo de intensas trocas e volumosos fluxos. Nossa pesquisa se situa no campo da Geografia da Indústria, porém em seu decorrer faremos um diálogo com as formas de produção/apropriação do espaço, e também com conceitos mais usuais na geografia econômica como *desenvolvimento*. Conscientes de que esses acontecimentos se processam no espaço ao longo do tempo, mergulhados em um universo de conflitos e contradições muitas vezes camufladas, decidimos por um instrumento de leitura que possibilitasse o *desvelamento* das nuances que envolvem nosso objeto.

Trata-se da categoria *território*. Essa categoria possui um efeito semelhante a um *raio-x*, pelo qual se busca ver além do que nos é exposto, adentrando no campo das relações, das tensões e do poder. De posse dessa categoria analítica, abordaremos também conceitos de *desenvolvimento/crescimento econômico*, com o intuito de revelar, ainda mais, aspectos omitidos pelos diversos sujeitos interessados em manter suas confortáveis posições. Partimos então em busca das essências.

E na busca por informações, tivemos que ter a sensibilidade de extraí-las de lugares de certa forma complexos, ou seja, das fontes orais, cientes da responsabilidade, do respeito e ética, exigidos por esse tipo de fonte, pois lidamos com experiências de seres humanos. Essas experiências trazem consigo, como os sujeitos vivenciam os conflitos alimentados pelas dinâmicas das cidades, como resistem e buscam alternativas, ou como se sujeitam e acomodam-se.

Assim, faremos uma breve análise dos discursos proferidos sobre o DAIA e o município, pautados na fundamentação teórica deixada por Michael Foucault, juntamente com abordagens espaciais, pois segundo o autor:

Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Da mesma forma que a abordagem territorial, a análise do discurso proposta por Foucault se mostra bastante atenta às diversas formas e manifestações do poder e das relações estabelecidas.

A finalidade maior da pesquisa científica é desenvolver pensamentos e estudos partindo de um sujeito de posse de um referencial metodológico, que observa o movimento do real, confrontando com as teses existentes buscando propor soluções e respostas para a problemática analisada. O método, as categorias e os conceitos utilizados numa dada pesquisa, são conhecimentos lógicos fundados em uma ciência, e revelam os olhares, as percepções que o pesquisador possui da realidade investigada. Ao pesquisador cabe o papel de confrontar o pensamento com a realidade, mediados pelo método.

Surgem então, muitas questões que nos inquietam e deixam dúvidas acerca do DAIA e do município de Anápolis. Podemos nos perguntar, por exemplo, porque o *mais bem sucedido* Distrito Agroindustrial do Estado se situa em Anápolis? De que forma surge o DAIA durante a década de 1970, em meio às transformações na economia goiana e brasileira? O que atrai mais investimentos para o Distrito? Quem são os maiores interessados nessas relações e quais seus níveis de influência? Qual a relação tecida entre o DAIA e o município de Anápolis? Todos os benefícios que são atribuídos às atividades do DAIA em verdade o são para quem? Houve realmente *desenvolvimento* a partir da implantação do Distrito?

Para tanto, na tentativa de obter o maior número de respostas possíveis, utilizamos como procedimentos metodológicos a coleta de dados acerca do DAIA assim como leituras de bibliografias pertinentes. São dados quantitativos e também qualitativos disponibilizados em órgãos públicos como Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Ministério do Trabalho – MT, Universidade Estadual de Goiás, Universidades Federal de Goiás, dentre outros. Esses organismos dispõem

de dados brutos ou já tratados, que possibilitam metodologicamente a evolução da pesquisa como anuários estatísticos, estudos de caso etc.

Porém, a maioria desses dados são referentes ao município de Anápolis e a busca por dados especificamente do DAIA se mostrou marcadamente difícil. Não somente difícil, diríamos dificultada, visto que as empresas se recusam a fornecer qualquer tipo de dados para pesquisa (principalmente por medo de espionagem concorrencial), sendo outro problema negativo o fato dos órgãos públicos de Anápolis não possuírem dados sistematizados e precisos, assim como a administração do Distrito. O município de Anápolis e mais especificamente o DAIA se mostra como uma *caixa preta*, indestrutível, de *muitíssimo* difícil acesso.

Assim ampliou-se a importância da execução das visitas *in loco*, dos trabalhos de campo, a fim de coletar o maior número de informações tanto no DAIA quanto junto à população de Anápolis assim como entrevistas e depoimentos na busca por fontes orais. Foram colhidos dez depoimentos e a abordagem dos consistiu em uma entrevista semi-dirigida, com poucas perguntas, de forma que o entrevistado se sentisse a vontade para falar de suas impressões. As questões iniciais estão enumeradas no Anexo 01, porém na medida em que a entrevista seguia, elaborávamos questões pertinentes à temática de acordo com o que o entrevistado afirmava em suas respostas anteriores a fim de instigar e extrair o máximo de informações que se fizessem úteis. Utilizando toda essa base de dados e após o devido tratamento, foi possível fazer um cruzamento de indicadores econômicos e sociais assim como a análise desses dados qualitativos coletados em nossas pesquisas de campo.

A dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro tratou-se de uma abordagem sobre o *território* em questão e as relações processadas em diversas escalas. Buscamos evidenciar os motivos que nos levaram à escolha do *território* como categoria analítica, instrumento de leitura, além de abordar as transformações ocorridas na indústria em nível mundial, tanto na organização interna quanto nos reflexos sócio-econômicos; o ordenamento da industrialização brasileira, as políticas públicas e o papel do Estado nesse processo; a modernização do território goiano e como Goiás se inseriu nesse (re)ordenamento; e de que forma o DAIA surgiu e se consolidou em Anápolis frente a todo esse panorama.

No segundo capítulo são tratadas as entrevistas feitas com pesquisadores e intelectuais anapolinos, assim como entrevistas com empresários, políticos e trabalhadores que atuam no DAIA e/ou na cidade de Anápolis e também dados documentais onde identificamos uma recorrente prática na qual se afirma que o DAIA foi o maior responsável por todo o *desenvolvimento* do município de Anápolis desde sua fundação até os dias atuais;

abordaremos como se deu a construção desse mito; ainda fazemos a reflexão sobre a construção de outro mito em que o DAIA é responsável pela geração de um número exorbitante de empregos na cidade no contexto da reestruturação produtiva do capital e da flexibilização do trabalho; veremos também como se processam os conflitos políticos e as disputas de poder na relação entre os sujeitos em questão.

No terceiro capítulo, buscamos compreender as tramas urdidas no *território* compreendido pelo DAIA e Anápolis que se mostram em permanente disputa; faremos a abordagem e a (des)construção do conceito de *desenvolvimento*, utilizando o *desvelamento* de seus discursos e práticas; abordaremos o DAIA na perspectiva da reestruturação produtiva do capital, e também o cruzamento de dados para então (des)construir os discursos e as práticas ali engendradas evidenciando a contradição expressa no *território* contemplando os sujeitos e suas múltiplas relações. Veremos assim, como se justifica a paráfrase ao título da obra de Yves Lacoste, *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, porém aqui, no intuito de verificar como o DAIA serve, para a apropriação de *territórios*.

Utilizando-nos da linguagem geográfica, invariavelmente produzimos sentidos, e significações do e no mundo. Posto isto, buscamos analisar nosso objeto de estudo, cientes da relevância política, sabendo que as questões aqui levantadas, e discutidas, podem servir de norte para planejadores, demais pesquisadores e interessados, e também da relevância social de nossa pesquisa, pois não apenas alguns indivíduos, senão toda a sociedade recebem o impacto de todos esses movimentos de (re)ordenamentos territoriais na permanente produção social do espaço.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO, (INTER)RELAÇÕES E ESCALAS

Partimos agora para o entendimento das (inter)relações estabelecidas entre diferentes escalas nas quais os processos de (re)ordenamentos ocorridos em uma delas terminam por influenciar as outras, e ao mesmo tempo, são influenciadas pelas mesmas, numa via de mão dupla.

As relações urdidas sobre um determinado espaço, nos remetem ao que define Souza (2003, p. 106): “Quanto ao território, já se viu que este se define a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder.” O espaço, aqui, compreendido como a base territorial, num processo constante de apropriação e produção onde se desenvolvem ao longo do tempo, os (re)ordenamentos territoriais, permeados por relações de poder, caracterizadas por disputas entre os *atores*, cada qual buscando seus interesses. Acerca dessa questão Haesbaert (2002, p.24) diz:

As questões do controle, do "ordenamento" e da gestão do espaço têm sido sempre centrais nas discussões sobre o território. Como elas não se restringem, em hipótese alguma, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais. (HAESBAERT, 2002, p.24).

Nessas múltiplas dimensões, estão inseridos os principais *atores*² responsáveis pela produção dos (re)ordenamentos territoriais. E para compreendê-los, é preciso aprofundar um pouco mais, com o intuito de não apenas discuti-los em suas definições, mas, fundamentalmente compreender os sentidos. É de grande importância o domínio da categoria analítica, do instrumento teórico-metodológico que possibilitará a compreensão desses sentidos, ou seja, a categoria *território*. E a partir do entendimento das múltiplas dimensões que cercam esse conceito, poderemos compreender como o mesmo pode ser apropriado, ao mesmo tempo em que é produzido, e, por conseguinte, produzindo diversos efeitos.

² Segundo o Dicionário Aurélio ator pode ser: aquele que representa em peças teatrais, filmes e outros espetáculos; homem que sabe fingir; ou agente do ato. Esclarecemos aqui, que o sentido de ator para a nossa pesquisa se aproxima mais da terceira definição na qual os *atores* inseridos no território são tanto agentes do ato quanto sujeitos de todas as relações aí expressas.

1.1 Porque *território*?

Sendo o *território* uma categoria analítica utilizada na Geografia, como qualquer instrumento de análise, as discussões acerca do mesmo não se esgotaram, longe disso, fazem com que ocorra o enriquecimento teórico-metodológico, a partir das inúmeras reflexões e reformulações ampliando sua importância nos estudos, não apenas geográficos, mas também sociológicos, históricos, antropológicos, econômicos, dentre outros.

Como se trata de um universo muito amplo, o intuito aqui não é discutir a categoria em si, visto que não é o foco desta pesquisa, porém, devido às várias vertentes e concepções existentes, precisamos deixar claro em “que *território* estamos pisando” ou de que *território* estamos falando.

Claude Raffestin (1993) em sua obra “Por uma geografia do poder” traz como principais elementos para a compreensão do *território* o seu caráter político, tendo como fio condutor o poder, buscando diferenciá-lo da noção de espaço. Para o autor o espaço é anterior ao *território*, algo mais amplo e preexistente, no qual através das projeções do trabalho, das relações de poder estabelecidas, vem a se tornar *território*.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço. É o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Assim, o espaço é visto pelo autor como uma *espécie de palco*, que apóia o *território*, ou seja, onde o *território* é uma produção, a partir do processo de apropriação do espaço. E o processo de apropriação/produção do espaço que produz os *territórios*, evidência da constituição histórica das formas sociais materializadas no espaço é carregado de sentidos, significados e poder. Essa produção, devido às relações sociais que envolvem está mergulhada em disputas de poder. Referindo-se ao poder, Raffestin (1993, p. 267) diz que “[...] ele só sobrevive plenamente nas relações” [...], e “[...] toda relação está sempre marcada pelo poder [...]”.

E buscando romper com a visão do *território* apenas como Estado (ou território nacional), propõe uma problemática relacional, através do poder, exercido por sujeitos,

construídos a partir das relações sociais, numa permanente e dinâmica mobilidade espacial do capital e do trabalho, por onde passam todas as relações.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

O poder e os sujeitos que o exercem, são compreendidos através de suas relações na constituição do *território*, produzido sobre um determinado espaço. Dessa forma o autor *quebra* a idéia de *território* apenas como delimitação de fronteira política de um Estado-Nação. Milton Santos (1994), no artigo “O retorno ao território”, avança na abordagem do conceito. Volta seus olhos para o uso do *território*, e não o território em si, como uma base, e também para a necessidade de uma constante revisão dessa questão.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido. Uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. (SANTOS, 1994, p. 15).

Reafirma a necessidade de superação da noção de *território* restrita ao Estado-Nação, devido à evolução da noção de Estado Territorial, para a noção de *transnacionalização do território*, pois os efeitos causados pelos vetores da mundialização, tanto molda o *território*, em seus processos internos, quanto é moldado pelos fatores externos. E insere um aspecto relacionado à sua forma, na qual o *território* não é necessariamente contíguo, mas pode sim ser formado de lugares configurados em rede, fazendo assim uma união de conceitos ao invés da rigidez de sua utilização em estado puro, exemplificado aqui como *territórios-rede*.

Percebe-se uma visão dialética no *território*, estabelecida por um controle *local* da parcela *técnica* da produção, e um controle *remoto* da parcela política da produção. E nas

palavras de Santos (1994, p. 17), isso resulta na “[...] aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas”.

Está claro que o domínio do *território* em questão, ocorre por parte de organismos hegemônicos como FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial, a OMC (Organização Mundial do Comércio), as organizações internacionais, as grandes empresas e corporações, as Universidades mundiais, que fomentam uma *globalização perversa*, em uma democracia de mercado que transporta as normas, as regras, de forma egoísta para as áreas tidas como periféricas, mas que se firmam através dos *territórios-rede* como as *verticalidades*. Enquanto isso são cada vez mais enfraquecidas as *horizontalidades* representadas pelos demais sujeitos aí inseridos, a maioria numa escala local e regional.

Em 2002, Haesbaert publica um artigo intitulado “Concepções de território para entender a desterritorialização”, no qual faz um apanhado histórico dos autores que abordam a questão territorial, buscando classificá-los, na tentativa de facilitar o entendimento do que vem a ser a desterritorialização. Considerou as diversas concepções acerca do *território* em dois grandes grupos segundo seus referenciais teóricos: o primeiro leva em conta o binômio materialismo e idealismo, que se desdobra em outras duas perspectivas, uma de visão mais totalizante do *território*, em relação ao vínculo sociedade-natureza; e a outra mais parcial de *território*, em relação às dimensões sociais privilegiadas (que podem ser econômica, política e/ou cultural). O segundo grande grupo está ligado à historicidade do conceito, em dois sentidos: sua abrangência histórica, e seu caráter mais absoluto ou relacional (que pode ser físico-concreto e/ou relacional-histórico).

Fica evidente em sua tese, a semelhança com o pensamento de Milton Santos, quanto à necessidade da utilização de mais de um conceito para melhor explicar a realidade, quando o mesmo aborda o *território-rede*, fazendo um apanhado de correntes nas quais identifica posições radicais tanto na supressão das redes sobre o *território*, quanto o contrário. Porém, busca uma posição intermediária, na qual se refere dizendo:

Uma leitura intermediária entre a que separa claramente território de rede (pregando a hegemonia crescente das redes) e a que dilui completamente as redes no interior dos territórios, é a que afirma que território e rede formam um binômio em que a rede pode tanto ser um elemento fortalecedor, interno aos territórios (como nas redes viárias e de comunicações como base na integração do território nacional), quanto um elemento que se projeta para fora do território, promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização (HAESBAERT, 1995). Assim, Raffestin (1988) defende a idéia da rede como uma das "invariáveis" constituintes do território, juntamente com os nós ou pólos e as malhas (ou tecidos). O que varia na verdade é a composição entre esses três elementos ao longo da

história. Desse modo, a própria rede e os fluxos podem se tornar de tal forma dominantes que acabam se confundindo com o próprio território (enquanto controle de fluxos, mais do que de áreas). Temos então a formação de “territórios-rede”. (HAESBAERT, 2002, p. 28).

Destaca também que o *território* é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também, no sentido de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material. E também que esse sentido relacional do *território* mostra que o mesmo não é enraizado, estável e não necessariamente possui limites ou fronteiras. Por ser relacional inclui movimento, fluidez e conexões.

“Quem domina quem nesse espaço, e como?” essa indagação feita por Marcelo José Lopes de Souza (2003, p. 79), recoloca o poder no cerne das discussões sobre o *território*, visto como um instrumento de exercício do poder. E segue afirmando que a escala de um *território* pode variar de uma rua a um bloco econômico, que a escala temporal pode ser de séculos ou dias, e que podem ter um caráter permanente, ter uma existência periódica, ou ser cíclico, tanto sendo possível sua construção como sua (des)construção.

Ainda, concorda com a existência dos *territórios-rede*, chamados por ele de *território descontínuo*, que é uma ponte conceitual e ao mesmo tempo uma ponte entre escala e níveis de análise.

A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a exclusividade de um poder em relação a um dado território. (SOUZA, 2003, p. 94)

Chama atenção aqui, a observação na qual o autor enfatiza a necessidade de superar a visão da geografia política clássica que solidificou uma impressão de que os **territórios** se justapõem contiguamente, sendo que na realidade os *territórios* nem sempre são regidos por um único poder, e se superpõe constantemente, com formas variadas e limites não-coincidentes.

E apesar de concordar em parte com o sentido relacional do *território* levantado por Raffestin, Souza faz uma crítica à sua obra, quando diz:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais;

mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si). (SOUZA, 2003, p.94).

O autor diz ainda que Raffestin se equivoca ao “coisificar” e “reificar” o *território*, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material. E também enfatiza a busca da quebra da noção Estadocentrista, onde o *território* se constitui a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder, sendo que esse poder não fica restrito ao Estado. E o domínio territorial, quase sempre é utilizado para escamotear as contradições e os conflitos inerentes ao mesmo.

Observando o objeto de estudo em análise, percebemos a intenção da apropriação de um determinado espaço, pelos *atores* hegemônicos (aqui representados pelo Estado e o empresariado) que trataram de imprimir tanto um discurso de pólo de *desenvolvimento* (apropriação abstrata), quanto de instalar fisicamente uma estrutura (apropriação concreta), e buscam a legitimação e continuidade dessa apropriação manipulando ações entre si baseadas nas relações de poder. Sendo Anápolis a base espacial na qual foi implantado o DAIA, ou seja, onde foi projetado trabalho, energia e informação, urdidos por relações de poder, em nossa visão ambos se constituem como *territórios em disputa*³. E para que possamos chegar ao contexto no qual o DAIA é implantado, iniciamos abordando alguns aspectos da evolução da indústria em nível mundial, posteriormente nacional e então regional, para então compreendermos os fatores que se fizeram mais relevantes em todo o processo de *(re)ordenamento* territorial.

1.2 Mudanças na indústria e suas repercussões

Buscamos agora entender o estado de Goiás e sua constituição territorial, inserido em um país composto por sua dinâmica sócio-econômica e espacial, que por sua vez segue as alterações ocorridas em nível mundial. Voltando as atenções para a indústria, que foi responsável por transformações de várias ordens induzindo *(re)ordenamentos* territoriais, urbanização, rearranjos produtivos, relações de produção, divisão do trabalho, dentre outros movimentos, abordamos as principais alterações em nível macro, para que seja possível entender, brevemente, como o país estruturou sua indústria e então *enxergar* a inserção de Goiás nesse contexto.

Algumas transformações ocorridas dentro das fábricas provocaram repercussões internas, mas também causaram mudanças econômicas, sociais e espaciais significativas.

³ No capítulo III abordaremos melhor a caracterização desses *territórios em disputa*.

Passamos então a considerar uma seqüência de modelos de industrialização desde a primeira revolução industrial.

Idealizado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), com o objetivo de aumentar a produtividade, um sistema de organização científica do trabalho foi implantado, baseado principalmente em controlar os tempos e os movimentos dos trabalhadores. Para tanto era necessária a intensificação da divisão do trabalho com o trabalhador executando tarefas ultra-especializadas e repetitivas, assim como o aprofundamento de divisão entre a concepção e a execução de qualquer artigo industrial, ou seja, o trabalho intelectual e o trabalho manual. Os preceitos desse sistema foram publicados por Taylor (1911) em “Os princípios da administração científica”, e o sistema ficou conhecido como *taylorismo*.

O industrial norte-americano Henry Ford, utilizando o modelo de Taylor, introduziu esteiras rolantes nas linhas de montagem na sua fábrica de automóveis, a *Ford Motor Company*. Assim as peças chegavam até os operários que, parados, executavam sempre as mesmas tarefas referentes a cada parte do carro. Esse modelo ficou imortalizado no filme de Charles Chaplin chamado *Tempos Modernos*.

Assim, Ford desenvolveu seu próprio método de racionalização da produção. Porém, o modelo *fordista* de produção, como ficou conhecido, não se restringiu às mudanças organizacionais no interior das fábricas. Visava assim como uma produção em massa, um consumo em massa, sendo necessário criar um mercado consumidor, e para isso, necessitava de produtos mais baratos e salários mais altos, e redução da jornada de trabalho para que essa massa pudesse usufruir dos artigos produzidos. Fatores como a superprodução e a especulação financeira, levaram a uma recessão econômica conhecida como a *crise de 1929*, onde o modelo sofre substanciais alterações.

A recessão expôs a fragilidade do modelo liberal regido pelas leis de mercado (oferta e procura). Esse período proporcionou a visão da necessidade de intervenção estatal na economia com o intuito regular o mercado a fim de evitar crises, e manter o sistema em um alto nível de crescimento. Em sua principal obra intitulada *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, John Maynard Keynes (1883-1946), defendia que o Estado devia intervir na economia com o objetivo de evitar crises como a de 1929, controlando o câmbio, estimulando exportações, controlando taxas de juros, induzindo o crescimento da economia por intermédio do aumento do déficit público, dentre outras intervenções diretas. A obra foi publicada em 1936 e sua proposta confrontava-se com as teses liberais, que teve como um dos seus precursores o economista escocês Adam Smith (1723-1790), onde em seu livro *Riqueza das nações* (1776), defendia que a lei da oferta e da procura bastaria para organizar a economia,

não havendo necessidade de intervenção do Estado. Essas crenças foram questionadas com a crise de 1929.

Um novo arranjo sócio-econômico baseado em propostas keynesianas aliadas fortemente ao fordismo entra em operação combatendo o desemprego, aumentando os salários dos trabalhadores, incorporando-os ao mercado consumidor. Agora, os trabalhadores ganhavam mais, consumiam mais e os capitalistas continuavam lucrando, pois os aumentos salariais concedidos eram compensados por aumentos na produtividade e no consumo e o Estado arrecadava cada vez mais impostos.

Assim, principalmente nos países europeus ocidentais, foi possível construir uma rede de proteção social, conhecida como *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, onde além da incorporação no mercado consumidor, os trabalhadores tiveram acesso a serviços sociais como saúde, educação, habitação, saneamento básico etc. Foi nesse período que se consolidaram as maiores conquistas trabalhistas (salário mínimo, jornada máxima, seguridade social, direito a greve etc.) e o fortalecimento dos sindicatos. Em contrapartida deveria ocorrer o aumento da produtividade e o crescimento dos lucros, numa relação entre o capital e trabalho no chamado *pacto fordista* num enlace entre o Estado, o capital corporativo e os sindicatos. O *keynesianismo* fora também importante para afugentar a ameaça socialista que tanto amedrontava os capitalistas, bem como a natureza reivindicatória dos movimentos sindicais.

No período pós-guerra várias indústrias baseadas em tecnologias elevam a produção e se expandem ainda mais que no período entre-guerras. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha os eletrodomésticos e a construção se tornaram propulsores do crescimento econômico (HARVEY, 1992). Esses avanços tecnológicos obtidos nos países desenvolvidos seguem paralelamente com a industrialização das chamadas economias emergentes, ou seja, países subdesenvolvidos que viram na industrialização o meio para sair da condição de economias dependentes.

Apesar de alguns países periféricos se industrializarem, a dependência continuou principalmente financeira e tecnológica. Assim a Divisão Internacional do Trabalho, do período pós-guerra se configurou com os países desenvolvidos exportando produtos industrializados de alta tecnologia, e capitais (investimentos e empréstimos), e os países emergentes exportando produtos primários (agrícolas, minerais e fósseis), e alguns produtos industrializados de baixo valor agregado.

Em meados de 1970, a produtividade já não acompanhava o ritmo das pressões por aumentos salariais e, tampouco, a elevação dos custos sociais do *Welfare State*, o estado

keynesiano do bem-estar social entra em declínio visto que o fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Então os Estados passaram a emitir moeda para financiar a elevação de seus gastos, e repassaram aos preços o aumento dos custos de produção, resultando na elevação da inflação. Além disso, aumentou nesse período a competição de países recém industrializados e os países ditos desenvolvidos apresentaram sinais de crise, com elevação do déficit público, da dívida pública e ampliando o problema da inflação. Essa crise foi agravada pela elevação dos preços do barril de petróleo em 1973 e em 1979. Antunes (2002, p. 23) aponta:

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos 60 e início dos 70 – em verdade, expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais –, fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, à reposição de seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Esses acontecimentos acabam por causar um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamentos sociais e políticos entre as décadas de 1970 e 1990. Temos aí uma fase de reestruturação produtiva que culminaria no novo regime de acumulação chamado por Harvey de *acumulação flexível*, onde o mesmo autor define:

A *acumulação flexível* como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (1992, p. 140).

O regime de acumulação flexível permitiu que alguns métodos de organização da produção fossem implantados, aliado ao avanço dos equipamentos tecnológicos e a introdução de máquinas sofisticadas e robôs. Um dos mais conhecidos é o *toyotismo*, onde a produção fica a cargo de equipes de trabalho ou células de produção, pois a equipe fica encarregada de todo o processo produtivo. Outro método ficou conhecido como *just-in-time*, em que a organização da produção procura estabelecer uma sintonia fina entre a fábrica e seus

fornecedores de insumos e o mercado consumidor, evitando a necessidade de grandes estoques. Essas adaptações fizeram com que o industrial em lugar de produzir uma grande quantidade de um mesmo produto buscando a redução do custo (economia de escala), passasse a produzir uma maior diversidade de produtos em lotes menores (economia de escopo), visando dar continuidade aos anseios capitalistas em busca do lucro.

Concomitante a essas modificações na forma de produzir, ocorrem também alterações no campo político-econômico. Inspirado no liberalismo clássico o *neoliberalismo* é implantado pela primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher (1979-1990), e nos Estados Unidos pelo presidente Ronald Reagan (1981-1988) e, posteriormente, disseminado por outros países capitalistas, com o auxílio de instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Suas principais metas consistiam em privatizar as empresas estatais e reduzir o papel do Estado nas economias onde o mesmo passaria a ter menos funções como regulação de taxa de juros, tarifas alfandegárias etc. Ainda, promover a abertura econômica suprimindo as barreiras à circulação de mercadorias (o que ocorreu de forma desigual, pois os países centrais continuaram protegendo suas economias, enquanto os periféricos não possuíam força econômica para tal) e a redução dos direitos trabalhistas e do poder dos sindicatos (característicos do chamado trabalho flexível).

Aspectos como a volatilidade do mercado, aumento da competição, estreitamento das margens de lucro, enfraquecimento do poder sindical e grande quantidade de mão-de-obra excedente, abriram caminho para a flexibilização do trabalho onde as perdas mais expressivas se concentram nas reduções salariais, direitos de pensão, segurança no emprego, contratos temporários, e a perda de garantias trabalhistas. Sobre o trabalho flexível Dias mostra que:

As relações de trabalho, as garantias, arrancadas pelas grandes lutas sociais, são denunciadas como corporativismo. Propõe-se, fundamentalmente, sua flexibilização, sua precarização. E, ao mesmo tempo, afirma-se a qualificação como elemento vital: se o trabalhador não é qualificado, capaz, o problema e a culpa são dele e não do mercado. Busca-se eliminar dos textos legais as garantias ao trabalho; reduz-se consistentemente os empregos de tempo integral, promovem-se as jornadas de tempo parcial; terceirizam-se atividades, etc. (DIAS, 2003, p. 51).

O colapso do fordismo-keynesianismo fortaleceu o poder do setor financeiro e de suas multinacionais (que passaram e continuam em um crescente processo de fusões e aquisições), em detrimento do poder do Estado. Isso devido principalmente à evolução/redução dos custos de transporte e de comunicação, pois dessa forma tanto as indústrias se tornam mais independentes podendo transferir seus parques industriais para áreas onde as margens de lucro

são maiores devido ao baixo custo de produção, quanto os fluxos de investimentos se tornam absolutamente fluidos podendo ser transportados em tempo real de um ponto qualquer da terra para outro. O Estado fica em uma posição difícil, porém suas intervenções, mesmo que mais restritas, ainda se fazem necessárias como exemplifica Harvey:

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. (1992, p. 160)

Ficamos diante de uma fase em que o capitalismo, apesar das crises recorrentes, se realiza de forma cada vez mais organizada através da dispersão, da mobilidade geográfica, do trabalho flexível, do mercado flexível, dos novos processos de produção acompanhados por inovações tecnológicas, de produtos e também inovações institucionais. Essa fase é bem caracterizada pelo importante papel assumido pela informação, capaz de gerar riquezas, pois a mesma dá acesso ao conhecimento científico e tecnológico, e também pelo poder assumido pelo sistema financeiro global (agora o lucro não se restringe mais apenas à produção de bens de consumo e serviços). Expõe Filgueiras:

A característica essencial desse novo paradigma tecnológico/organizacional pode ser resumida em uma palavra, qual seja: *flexibilidade*. É a busca permanente para libertar os processos produtivos/comerciais/ financeiros, sob o comando do capital, de todas as formas de rigidez próprias do fordismo. Do ponto de vista tecnológico, é a substituição da automação rígida (não programável) de base eletromecânica, pela automação flexível (programável através da informação) de base microeletrônica; que permite rápidas mudanças no processo produtivo - quantitativas (volume produzido) e qualitativas (diferenciação do produto) -, através da reorientação das máquinas e equipamentos, conforme as flutuações da demanda e a instabilidade dos mercados, próprias desse novo momento do capitalismo. (FILGUEIRAS, 1997, p. 907)

As transformações ocorridas da passagem do fordismo até a acumulação flexível terminaram por causar alterações não só nos campos econômico-políticos, mas também sociais e culturais fazendo surgir em todos eles uma tendência individualista e concorrencial baseados na competitividade. Antunes evidencia os impactos negativos desse processo no mundo do trabalho:

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo num “sindicalismo de empresa” (ANTUNES, 2002, p. 30).

Veremos agora como essas transformações que resultam na reestruturação produtiva em nível mundial, refletem nas mudanças espaciais no arranjo produtivo brasileiro.

1.3 O Estado e a consolidação da indústria brasileira

Reduzindo a escala de análise para o Brasil, notamos no período pós-Primeira Guerra Mundial um aumento significativo da industrialização no país. Porém, é a crise de 1929 que expõe de forma brutal a dependência brasileira aos países desenvolvidos. Até a crise, a economia da nação era baseada na exportação de um único produto primário, no caso o café, e importação de produtos manufaturados. E com a impossibilidade dos países importarem nossa principal mercadoria, inicia-se a partir da década de 1930 uma *política de substituição de importações*, onde o governo intervém de forma determinante, viabilizando infra-estrutura como rodovias, hidrelétricas, ferrovias, telecomunicações, siderurgia, possibilitando o desenvolvimento do capital privado, e a constituição de um mercado consumidor interno, com vistas a atenuar a forte dependência externa.

É em consonância com os ideais keynesianos que Getúlio Vargas canaliza recursos estatais para estimular a industrialização, principalmente através de indústrias de base, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) inaugurada em 1942, a Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores e a Petrobrás em 1953.

Ainda comungando com os ideais keynesianos, Juscelino Kubistcheck (1956-1961) implanta o que veio a se chamar de desenvolvimentismo⁴. O modelo de substituição de importações permaneceu, porém, as indústrias multinacionais oriundas de fora é que impulsionaram o processo de industrialização nesse período. Para JK, a atuação do Estado juntamente com recursos financeiros e tecnológicos externos é que impulsionaria a industrialização do país. Um conhecido *slogan* apoiou o projeto desenvolvimentista: “Cinquenta anos em cinco”. E é durante seu governo que é lançado o Plano de Metas, que

⁴ Política econômica baseada no crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo (MOREIRA, 2002).

abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília (MOREIRA, 2002).

Significativas mudanças ocorriam na sociedade brasileira a partir dos investimentos patrocinados pela nova aliança entre o Estado e o capital transnacional. Em função da ampliação das rodovias, do crescimento das cidades, da instalação de novas fábricas e usinas hidrelétricas e da construção de Brasília, o setor de construção civil se expandiu fortemente. E as multinacionais entraram com destaque nos setores de eletrodomésticos, artigos eletrônicos, exploração mineral, bens de consumo duráveis e, principalmente, as montadoras de automóveis, símbolos desse período.

O desenvolvimentismo é retomado por governos militares (1964-1985), porém com algumas medidas protecionistas em alguns setores considerados estratégicos, dificultando a importação de alguns produtos, além de investirem na indústria bélica fundando a ENGESA⁵ em 1974, e na indústria aeronáutica com a EMBRAER⁶ em 1969. Nesse período também ocorre, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, o “milagre brasileiro”, onde o Produto Interno Bruto – PIB, atingiu médias de crescimento superiores a 10% (entre 1969-1973), isso devido à relativa expansão do mercado interno, e da conjuntura externa favorável que possibilitou grandes empréstimos fomentando esse crescimento. Mas, paralelamente ao crescimento econômico entre 1970 e 1984 a dívida externa salta de 5 bilhões de dólares para 90 bilhões aproximadamente, principalmente com o aumento das taxas de juros internacionais (MOREIRA, 2002). Somado a isso, ocorre até meados dos anos 1990 uma diminuição dos investimentos estrangeiros, altos índices de inflação e desemprego, baixos níveis de crescimento do PIB, o que levou ao esgotamento do modelo desenvolvimentista.

Percebemos uma forte intervenção governamental que buscou espacializar de forma desconcentrada a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do setor industrial, a nível nacional, assim como as metas e os planos econômicos elaborados e praticados pelas diferentes esferas de governo corroborando a afirmação de Andrade:

⁵ ENGESA – Engenheiros Especializados S.A. Empresa especializada no setor de defesa, produzia veículos blindados, caminhões táticos militares, tanques sobre esteiras, jipes, mísseis, foguetes e giroscópios para diversos usos, radares de diversos tipos, possuíam a única fábrica de munição pesada do Brasil, além de alguns segmentos de uso civil. A falência da empresa foi decretada em outubro de 1993.

⁶ EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Fabricante de aviões de pequeno e médio porte, para uso na aviação regional, executiva e agrícola, além de caças militares, aviões de sensoriamento remoto e para transporte de autoridades. Fundada como empresa de capital misto, a Embraer foi privatizada em 07 de dezembro de 1994 e seu controle está em mãos brasileiras. Em 2006, a Embraer anunciou um plano de reestruturação societária, segundo a qual o poder decisório será pulverizado entre todos acionistas, pois todos os portadores de ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo terão direito a voto.

Os estudos de história econômica indicam que o desenvolvimento industrial e com ele, o desenvolvimento econômico, sempre estiveram ligados a uma ação mais ou menos intensa do poder público. (1981, p. 197).

A ação mais intensa por parte do governo dá lugar a uma intervenção mais restrita devido às pressões impostas pela conjuntura externa. Devido às crises do capitalismo (década de 1970) e de seus padrões de regulação, os parques produtores de bens de consumo sentiram a necessidade da dispersão espacial para assegurar o padrão de acumulação. Isso pode ser observado tanto em nível mundial com as multinacionais estendendo suas ações por todo o globo, quanto em nível nacional com tendências de dispersão de alguns setores que saem do Sudeste para outras regiões, efeitos característicos da acumulação flexível e orientações de cunho neoliberais.

O que se segue na década de 1990 é a abertura comercial respondendo ao neoliberalismo vigente na política econômica mundial. Para tanto seguiu-se o receituário econômico elaborado em 1989 pelo economista Jonh Williamson, que reunia o pensamento de grandes instituições financeiras (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e o *Desenvolvimento* – BIRD, que faz parte do Banco Mundial) e também dos Estados Unidos. Esse receituário ficou conhecido como o Consenso de Washington e se baseava em reforma fiscal, abertura comercial, enxugamento da máquina estatal, reformulações na previdência social, nas leis trabalhistas, e privatização de empresas estatais.

No início da década de 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo, houveram reduções das tarifas de importação e os produtos importados entraram de forma maciça no mercado brasileiro. Segundo Filgueiras (1997, p. 909):

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se timidamente já na segunda metade da década de 80, acelerando-se rapidamente a partir dos anos 90, quando da abertura econômica implementada pelo Governo Collor. Centrado principalmente na adoção de novas formas de gestão/organização da produção, esse processo vem se aprofundando mais recentemente, com a política de estabilização consubstanciada no Plano Real, com a subvalorização do dólar frente ao real e uma grande facilidade para importação, que vêm exigindo das empresas transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para poderem sobreviver.

Como conseqüência, ocorreram diversas fusões de empresas nacionais, falência das que não conseguiram competir sem as medidas protecionistas, aquisição de empresas nacionais por grupos estrangeiros e, sobretudo, as privatizações. Sob a alegação de que as

empresas estatais eram ineficientes, davam prejuízos e eram pouco competitivas, a ala neoliberal tenta justificar as privatizações, que em verdade foram uma condição, e não uma simples recomendação, por parte do FMI e do Banco Mundial, para que novos empréstimos pudessem ser obtidos. Devido à privatização de setores considerados estratégicos como a siderurgia, a mineração, bancos estaduais, telefonia, e transportes, pois estão na base do processo de produção, o Brasil passou por um processo caracterizado como *desnacionalização da economia* visto que uma fatia expressiva dos negócios foi realizada com capital estrangeiro.

Junto à abertura e as privatizações (meados da dec. de 1990), as multinacionais que se inseriram no capital das empresas no Brasil, investiam muito em inovações tecnológicas além de adotar o regime de subcontratações o que contribuiu para uma forte queda nos índices de emprego industrial, onde milhares de postos de emprego foram eliminados além da redução dos salários. E a presença do capital estrangeiro não foi suficiente para elevar as taxas de crescimento.

Esses ciclos econômicos e as mudanças políticas do cenário nacional estiveram sempre ligados à conjuntura mundial, e às pressões externas assim como as proposições dos organismos internacionais. Da mesma forma o cenário nacional induziu mudanças e (re)ordenamentos às várias regiões do país e estados da federação. É a partir desse cenário que se busca compreender as mudanças espaciais nos *territórios* goianos, especificamente a constituição do DAIA em Anápolis/GO.

1.4 Goiás e os (re)ordenamentos territoriais

Diversos foram os (re)ordenamentos pelos quais as Minas dos Goyazes⁷ passou, principalmente nos últimos três séculos. Houve perdas territoriais, e fortes mudanças na estrutura que veio a compor a sua formação territorial. Passamos agora para as transformações ocorridas ao longo do tempo no Estado de Goiás, e sua relação com a dinâmica nacional e mundial. Partimos então de uma estrutura que se configurou após alguns caminhos terem sido abertos segundo Chaul (2000) através de várias Marchas para o Oeste⁸.

Primeiro as bandeiras em busca de ouro, com a fundação de alguns núcleos urbanos (segundo quartel do séc. XVIII), que posteriormente – após o declínio da atividade

⁷ Considerada como parte da Capitania de São Paulo, e só em 1744 foi criada a Capitania de Goiás.

⁸ Chaul (2002) considera vários momentos importantes que tiveram o sentido de marcha, como as bandeiras, a ascensão da agropecuária, a integração via estrada de ferro, e não apenas a marcha desenvolvimentista de Vargas.

mineradora – se articularam com uma estrutura baseada na agricultura de subsistência e na criação de gado (ARRAIS, 2007. BORGES, 2000). A disponibilidade de terras fez com que o povoamento de Goiás ocorresse mediado pela posse de terras através de atividades pecuárias e lavoura tradicional como cita Chaul:

Terras em abundância, formas legítimas e ilegítimas de posse, produção para a subsistência no início e crescente desenvolvimento da criação de gado davam a tônica da economia goiana pós-mineração. A baixa produtividade do solo goiano e as técnicas rudimentares de exploração da terra, somadas às relações de produção no campo e à forte concentração fundiária, uniam-se à carência de transportes e formavam o quadro inicial da produção agrícola em Goiás. (2000, p. 120).

Segundo Chaul (2000) dois fatores são fundamentais na inserção de Goiás no mercado nacional: o desenvolvimento da economia cafeeira no Centro-Sul do País e a penetração dos trilhos da estrada de ferro no território goiano. A construção da Estrada de Ferro Mogiana, encampada pela Estrada de Ferro Goiás amplia a relação de complementaridade entre Goiás e a região Sudeste, provocando uma fluidez de mercadorias e o crescimento de algumas cidades que possuíam estações ferroviárias como Anhanguera, Cumari, Ouvidor, Pires do Rio, Ipameri etc., que forneciam mercadorias como arroz, café, charque, couro, toucinho, feijão, gado etc. Esses fatores dão início a um processo de diferenciação regional em Goiás, onde o desenvolvimento se procede substancialmente na região sul do estado, visto que os investimentos em infra-estrutura são resultados das necessidades econômicas do Sudeste goiano no início do século XX.

Esses movimentos criam uma oligarquia econômica, principalmente no sudeste e sudoeste do estado, que não detinham o poder político necessário para a reprodução e ampliação de seus interesses. E nesse ponto, retomamos a ligação entre os aspectos locais, em consonância com o panorama nacional, que por sua vez acompanha uma conjuntura internacional. Na ocasião, a nomeação do interventor Pedro Ludovico Teixeira, pelo então presidente Getúlio Vargas após 1930, possibilita a inserção política, e subsequente tomada do poder, por parte da oligarquia econômica do Sul de Goiás, frente aos que precederam nessa forte representação política, ou seja, a família Caiado. Sobre esse ponto de vista, Arrais diz:

Novamente são as demandas nacionais, traduzidas regionalmente, como a Revolução de 1930, que favoreceram o primeiro passo, ou seja, a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira, representante do Sudoeste do Estado, como Interventor no Estado de Goiás. (2007, p. 99).

Dessa forma Pedro Ludovico, executa manobras que legitimam essa tomada de poder, sendo a principal delas a transferência da capital da cidade de Goiás para a que viria a ser o símbolo de progresso e modernidade, Goiânia. Sobre a transferência da capital Chaul diz:

A marcha desenvolvimentista de Vargas e seu espelho em Goiás, Pedro Ludovico, necessitavam, assim, de uma capital que refletisse o progresso do Brasil novo, descortinado em 1930 e realizado em 1937. Uma capital que coordenasse a vida política e estimulasse a econômica. Uma capital que projetasse Pedro Ludovico nacionalmente e que, em consonância com o governo federal, possibilitasse a ocupação do interior brasileiro. (2000, p. 124)

Utilizando-se de um discurso baseado no sanitarismo, o médico e interventor, apoia-se nos argumentos de que a cidade de Goiás (antiga Vila Boa), por estar cercada pela Serra Dourada e Serra de Cantagalo, encontrava dificuldades para sua expansão, além da incapacidade do sistema de drenagem (saneamento básico) em garantir o abastecimento da cidade. Mais do que uma estratégia puramente estrutural, a transferência da capital representou a consolidação do poder político por parte das novas oligarquias econômicas agindo em sintonia com os interesses nacionais, representados pela “Marcha para o Oeste” de Vargas. Acerca da consolidação dessas estratégias diz Arrais (2007, p. 100):

No âmbito das disputas regionais, ganhou destaque a perseverança que a transferência da capital era necessária. Ideologicamente, Goiânia representaria a mudança, uma forma de começar de novo e apagar os vestígios do período colonial. A transferência da capital marcou a redenção de um *projeto regional* (ascensão das forças modernizantes do Sul do Estado e seu representante, Pedro Ludovico Teixeira) amparada por um *projeto nacional* (a revolução de 30 e a Marcha para o Oeste, da qual Goiânia estaria na vanguarda na busca da “verdadeira brasilidade”).

O decreto nº. 1816 assinado em 23 de março de 1937 efetiva a transferência da capital do estado para Goiânia, que teve sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933. Goiânia amplia então sua ligação com o Norte do estado (que até então era feita principalmente por Anápolis), sendo uma das principais impulsionadoras pela aceleração do povoamento do estado de Goiás.

Outro fator que provoca essa mudança no perfil demográfico e sócio-econômico é a implementação por parte do governo federal da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG (Figura 03), no município de Ceres (antigo Distrito da cidade de Goiás) como projeto de “povoamento”, que muda o perfil do uso e provoca valorização imobiliária nas férteis terras do Vale do São Patrício. Concordamos, quando Borges (2000), propõe que entre as principais

ações governamentais para promover as alterações do quadro da economia goiana principalmente a partir da década de 1930 estão: 1) a construção de Goiânia e a transferência da capital; 2) o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás e a construção de uma rede rodoviária; 3) a fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a criação da Fundação Brasil Central.

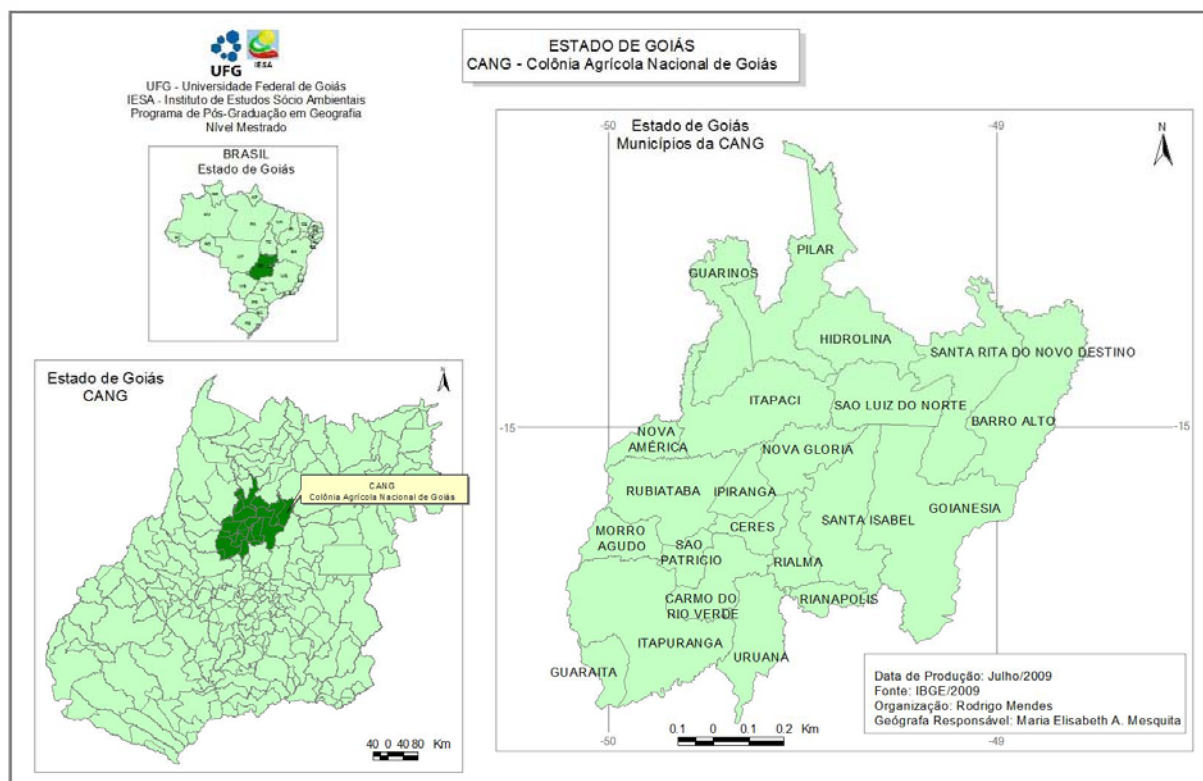


Figura 03 – Localização da CANG no estado de Goiás.

Borges (2000) reforça ainda a nossa convicção na força exercida por um panorama nacional que influencia, sobremaneira, nas transformações no estado de Goiás referentes à expansão da fronteira agrícola principalmente via complementaridade a economia do Sudeste brasileiro:

A ocupação se fez, porém, calcada na ação política governamental visando à conquista do Oeste. Nos anos 40, a ideologia da Marcha para Oeste tornou-se a principal bandeira da ocupação e colonização do espaço regional. O Estado Novo, através do mito da conquista da fronteira, recriou o culto ao “espírito bandeirante” no processo de desbravamento e de ocupação dos sertões. No discurso de Vargas, “o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste”. (BORGES, 2000, p. 248)

Fazendo parte das estratégias da Marcha para o Oeste tivemos a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1967 e tinha como principal missão ocupar essa porção central do Brasil. Suas principais funções eram: 1) Realização de programas e pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, com base para a ação planejada a curto e a longo prazo; 2) Definição dos espaços econômicos suscetíveis de *desenvolvimento* planejado com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o *desenvolvimento* de áreas vizinhas; 3) Concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população; 4) Adoção de política migratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos; 5) Coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis.

O Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste – PLADESCO, elaborado no início da década de 1970 foi o primeiro plano sistematizado, com diagnóstico e prognóstico, realizado pela SUDECO, abrangendo toda a região. Este Plano atendia as diretrizes deliberadas quando da criação dessa autarquia federal, no que se refere às concepções de crescimento econômico e ao papel que o Centro-Oeste deveria exercer frente ao Projeto Brasil Potência⁹. Nesse estudo, ao longo do espaço geográfico da região, foram definidas, a partir do conceito de pólos de *desenvolvimento*¹⁰, 13 áreas programadas, que deveriam receber a maior parte dos recursos governamentais a serem investidos. No Estado de Goiás foram selecionadas as microrregiões de Rio Verde, Ceres e Vão do Paranã, além de Gurupi e Aragarina, atualmente pertencentes ao estado do Tocantins.

Esse processo acentua não só as diferenciações econômicas entre o Norte e o Sul do estado, mas também, diferenças na distribuição demográfica, concentrando a população principalmente no Mato Grosso Goiano¹¹ (Figura 04), como mostra a Tabela 01 onde os três municípios de maior contingente populacional se encontram nessa zona fisiográfica, assim como oito dos dezenove municípios mais populosos. E esse avanço no povoamento, juntamente com a determinação da constituição de 1946 onde uma parte do Imposto de Renda

⁹ O projeto se expressa como uma estratégia geopolítica e militar, com uma clara dimensão espacial. Buscava entender, como estava o país, como o mesmo deveria ser modificado para atender as necessidades de acúmulo capitalista, e buscar uma visão de quais os rumos a tomar para que o país se tornasse uma grande potência.

¹⁰ Conceito baseado principalmente nas propostas de François Perroux onde as regiões que circundam os pólos se desenvolveriam juntamente com o mesmo.

¹¹ O Mato Grosso Goiano localiza-se na área central do estado de Goiás. Para a análise da tabela 01 consideramos tanto o “Velho Mato Grosso Goiano” quanto o “Novo Mato Grosso Goiano”.

arrecadado pela União seria distribuído aos municípios, contribuiu para a fragmentação dos municípios goianos (assim como no resto do país) de forma impressionante, sendo que entre 1950 e 1960 foram criados 101 municípios, crescimento superior a 130% (ARRAIS, 2007).

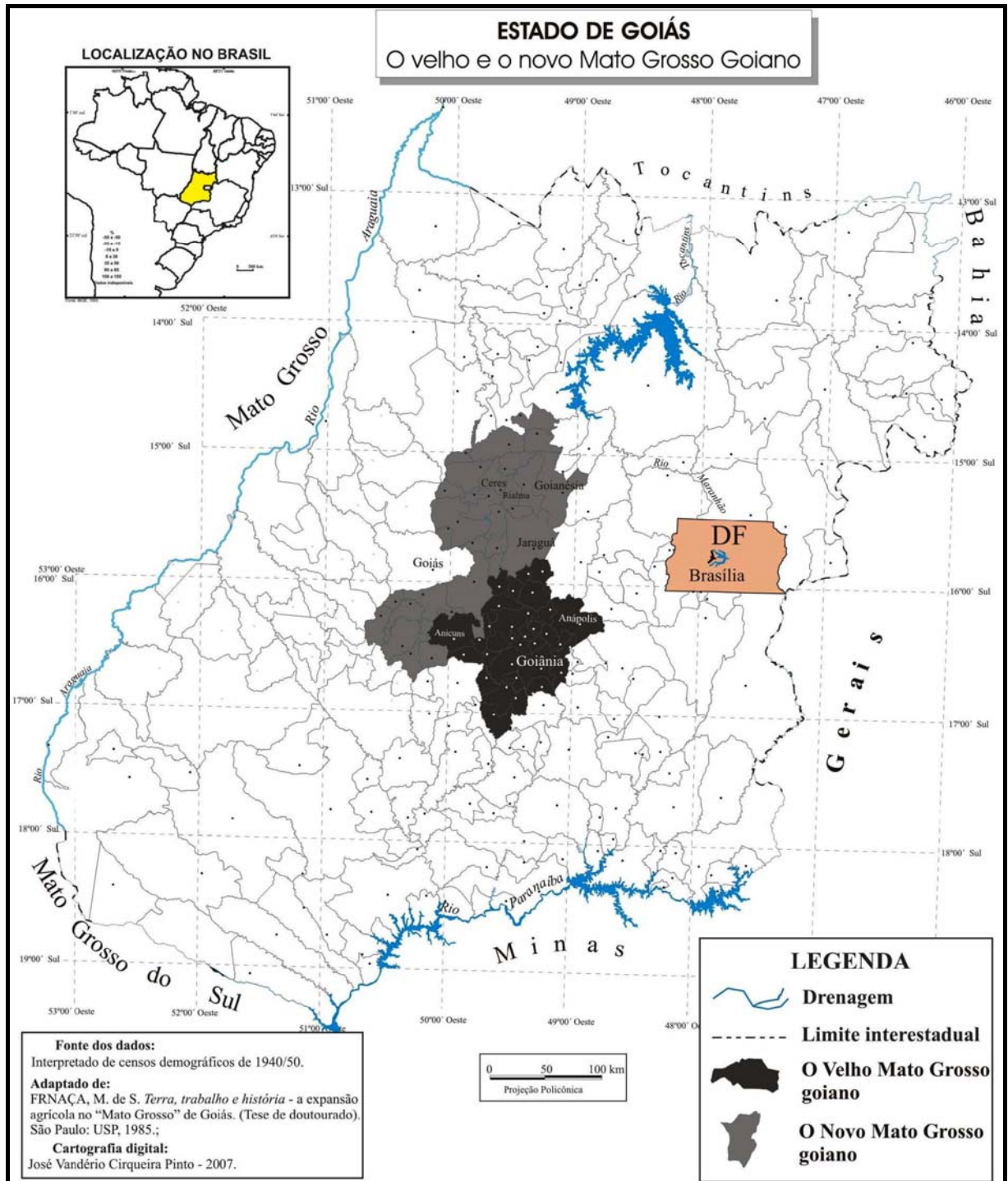


Figura 04 – Mapa de localização do Mato Grosso Goiano

Simultaneamente com os esforços do Governo Federal, o Governo de Goiás e alguns municípios, buscam seguir essas estratégias propiciando infra-estrutura, instituições de

formação, além de financiamento e estrutura burocrática, como a Comissão de Estradas e Rodagens em 1946 (que passou a ser o Departamento de Estradas e Rodagens – DERGO, e atualmente teve suas funções incorporadas às do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A – CRISA, tornando-se por intermédio da Lei 13.550 de 11/11/1999, a Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP); a Escola Técnica Federal de Goiás; o Serviço Nacional da Indústria – SENAI; a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; a Escola de Engenharia, entre outras (MORAES, 2004).

Tabela 01 – População dos maiores municípios do estado de Goiás

Município	Zona Fisiográfica	1940	1950	1960
Goiânia	Mato Grosso Goiano	48.166	53.389	151.013
Goiás	Mato Grosso Goiano	44.250	124.805	33.589
Anápolis	Mato Grosso Goiano	39.148	50.338	68.016
Rio Verde	Rio Verde	31.377	24.731	39.823
Catalão	Ipameri	28.011	30.652	25.699
Ipameri	Ipameri	25.625	21.398	18.080
Jaraguá	Mato Grosso Goiano	23.227	36.895	27.015
Jataí	Rio Verde	22.793	31.229	27.680
Morrinhos	Meia Ponte	21.755	20.847	23.015
Itaberaí	Mato Grosso Goiano	17.980	14.229	27.113
Luziânia	Planalto	17.249	19.657	27.444
Formosa	Planalto	16.886	14.665	21.708
Itumbiara	Meia Ponte	16.186	24.068	48.402
Pirenópolis	Planalto	15.622	22.430	26.494
Anicuns	Mato Grosso Goiano	15.156	17.005	18.381
Pires do Rio	Ipameri	14.728	12.946	13.484
Inhumas	Mato Grosso Goiano	12.230	17.629	21.705
Quirinópolis	Rio Verde		18.387	25.598
Ceres	Mato Grosso Goiano			42.438
Total do Estado	-	826.414	1.214.921	1.917.460

Fonte: Censos Demográficos de 1940,1950 e 1960 (IBGE)
Org. ARRAIS, 2007.

A partir de 1957, um dos mais audaciosos projetos colocados em prática no país, teve papel determinante nas transformações ocorridas no território goiano. Prevista na Constituição

de 1946, e incorporada ao Plano de Metas do então candidato à presidência Juscelino Kubitschek devido às promessas de campanha onde o mesmo se comprometia em cumprir na íntegra a Constituição. A transferência da Capital Federal se processaria para uma área no planalto central, previamente determinada na constituição de 1891. Inicia-se então a construção de Brasília que viria a cumprir, segundo Arrais (2007 p. 113), duas funções:

Seria a capital administrativa, sede dos poderes institucionalizados e, ao mesmo tempo, desempenharia um papel regional, como pólo de desenvolvimento e fator de integração do mercado em uma economia em processo irreversível de industrialização.

Unindo a mão de obra qualificada de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, ao trabalho sem qualificação dos flagelados da seca do nordeste do país, vindos da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, iniciam-se os canteiros de obras, seguindo os traços do plano urbanístico de Lúcio Costa, com estruturas criadas por Oscar Niemayer. Posteriormente Brasília é ocupada pela burocracia do Rio de Janeiro, contribuindo ainda mais como fator de atração populacional. Devido a especulação imobiliária, com rígido controle do solo no Plano Piloto, as populações de baixa renda se instalam no que se processou como cidades satélites (algumas surgidas antes mesmo do Plano Piloto). “O entorno de Brasília tornou-se a segunda microrregião mais populosa do Estado de Goiás e aquela com maior número de municípios com população acima de 50.000 habitantes” Arrais (2007 p. 118).

Não podemos deixar de destacar as fortes transformações ocorridas a partir da década de 1970, onde se acentuam as desigualdades regionais entre o Norte tido como “subdesenvolvido” e o Sul “desenvolvido”, e consolidam o papel de complementaridade do estado de Goiás na divisão regional do trabalho e suas relações com as regiões mais dinâmicas do país, ou seja, a região Sudeste-Sul. Os períodos anteriores concederam significativas melhorias na infra-estrutura, principalmente rodoviária, energética, telecomunicações e créditos subsidiados. Esses e outros incentivos estatais para a modernização da agricultura, proporcionam a expansão da fronteira agrícola, mediados pelos avanços técnico-científicos que permitem a correção dos solos do Cerrado (antes considerados inférteis) e a crescente mecanização/quimificação da agricultura, solidificando o papel do Estado como produtor de matéria-prima para agroindústria desencadeando um processo de agroindustrialização em Goiás.

Em nível nacional, esses movimentos foram impulsionados pelo primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Os dois PND's, praticamente nortearam as ações do

desenvolvimento brasileiro e intervenção do estado durante a década de 1970. O I PND teve atuação entre 1972-1974 e o II PND entre 1974-1978 e orientam todas as macro ações do estado brasileiro durante esse período, visando descentralizar e desconcentrar os investimentos para fora do espaço geográfico do Sudeste brasileiro através de fundos regionais de *desenvolvimento*, políticas de incentivos a exportações ou a agroindústria e pela descentralização de produção de insumos básicos. O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi um programa especial criado em 1975, que atendia às deliberações do II PND para o Centro-Oeste, ou seja, ocupar produtivamente o interior do país.

Essas mudanças no território goiano que passa de uma base econômica estritamente primária, incorporando fortemente o setor secundário (e também com fortes efeitos no terciário de algumas cidades), são ressaltadas por Batista de Deus em seu artigo intitulado *As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais*: “Consolida-se como moderna área de produção agroindustrial, após as alterações promovidas na base econômica, a partir dos anos 70, com especular modernização da produção agropecuária”. (BATISTA DE DEUS, 2002b p. 177).

Mesmo sendo uma modernização considerada conservadora, pois manteve a concentração da posse de terras (caráter latifundiário), houve a implantação das empresas rurais (o agronegócio), aumentando os índices de produtividade, abrindo caminho para a agroindústria, principalmente com levas de migrantes geralmente qualificados e detentores de capital, vindos de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, implantando principalmente o cultivo da soja.

Por ser conservadora e privilegiar a grande propriedade (voltada para a exportação de uma pequena variedade de produtos, em geral monoculturas), a modernização agrícola é considerada excludente e seletista, com fortes impactos negativos principalmente na precarização do trabalho rural além do incremento do valor imobiliário, alterando a estrutura fundiária, as relações de produção e as relações de trabalho dificultando a permanência desse trabalhador no campo, e ocasionando a expulsão de milhares de famílias que rumaram para as cidades e/ou para as áreas de fronteira, propiciando a proletarização de parcela do campesinato goiano. Os índices de população no campo reduziram, aumentando os níveis de urbanização principalmente em cidades *grandes e médias* (um processo que se deu de forma rápida e desordenada, acarretando problemas sócio-ambientais), como pode ser verificado nas áreas do entorno de Goiânia, Anápolis e Brasília.

Para ilustrar os efeitos dessas dinâmicas implantadas recorreremos ao que diz Batista de Deus:

Exemplo característico deste processo foi o crescimento das regiões do entorno de Goiânia e Brasília. Cidades como Aparecida de Goiânia, conurbada à capital de Goiás, cresceu 19,03% ao ano entre os anos de 1970 e 1980, assim como Senador Canedo que cresceu 20,62% ao ano entre os censos de 1980 e 1991. (2002a, p.138).

Apesar do alto custo social (baixos salários, miséria, fome, desemprego), Goiás cresce e se moderniza acompanhando as transformações ocorridas no país como um todo durante as décadas de 1970 e 1980. No fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, tem seu papel de economia complementar assumido, levado pelo processo de desconcentração industrial com características marcantes na agricultura moderna de alto índice de produtividade, com o setor agroindustrial amadurecido, voltado para o mercado externo, em um estado com boa fluidez de mercadorias, capitais, pessoas e serviços.

Com a acentuação das características globalizantes de fluidez, agregadas às ideologias neoliberais, surge a *guerra dos lugares* (conhecida também com guerra fiscal). E Goiás passa a conceder isenções de impostos, terrenos a preços simbólicos, além de outras facilidades como baixos salários, fraco e desarticulado setor sindical, fraca rigidez e controle por parte dos órgãos de proteção ambientais, atraindo grandes grupos industriais, nacionais e transnacionais, para o território goiano como é o caso da constituição do Pólo Farmoquímico, da unidade da Perdigão, e das montadoras de automóveis Mitsubishi e Hyundai.

Por mais simples e elementar que possa parecer afirmação, não estamos sós no mundo. Não estamos sós como pessoas, como família, como comunidade, como cidade, região, estado, país, continente, blocos econômicos, nem de forma alguma. E o simples contato, em qualquer escala estabelecida, faz com que nos relacionemos. E são nas relações, que percebemos as influências e determinações estabelecidas entre os *atores* inseridos em um *território*, ou em *territórios*. Portanto, não há força endógena capaz de atropelar ou ignorar aspectos estabelecidos/mediados pelo poder em uma, ou várias, escalas de maior abrangência. Os (re)ordenamentos territoriais de Goiás tem aspectos inerentes ao mesmo, porém, não está excluído do território nacional, que por sua vez, se insere na economia global, em um mundo de constantes transformações cada vez mais velozes.

Buscamos elucidar o cenário em três escalas, a regional, a nacional, e a mundial, evidenciando a dimensão das relações dos acontecimentos e a influência entre elas no urdir das transformações sócio-econômico-espaciais, contemplando a força exercida pelo Estado.

Essa análise possibilita entendermos de forma mais clara como se deu, e o que possibilitou o surgimento do Distrito Agroindustrial de Anápolis e suas relações.

1.5 A implantação do DAIA

Volvendo nossos olhos para os idos da década de 1970, em Goiás, temos em novembro de 1973 a promulgação da Lei Estadual 7.786 durante o governo de Leonino de Ramos Caiado, criando a Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIÁS INDUSTRIAL, responsável pela efetivação e administração dos Distritos Industriais de Goiás. Segundo o artigo 3º da lei:

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivo apoiar e executar, na que lhe couber, a política de industrialização de Goiás adotada pelo Governo do Estado, competindo-lhe especificamente:

I – projetar e implantar, direta e indiretamente, áreas industriais, bem como administrá-las e a seus serviços e equipamentos de apoio;

II – divulgar e promover as áreas a que se refere o inciso anterior e suas oportunidades industriais;

III – prestar assessoramento técnico ao Governo Estadual e de Municípios, quando solicitado, nos problemas referentes à concentração de Indústrias e suas complicações, fazendo cumprir, no que lhe couber, a política de industrialização estabelecida pelo Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (CONSULP), de que trata a Lei Estadual nº. 7.700;

IV – prestar, gratuitamente ou mediante remuneração, assessoramento técnico às empresas que pretenderem se instalar nas áreas industriais sob sua administração, inclusive mediante estudos de viabilidade técnico-econômica ou projetos de engenharia;

V – participar, como acionista, majoritário ou não, da implantação de empreendimentos industriais, sempre que se torne necessária a participação do Poder Público, a juízo do Chefe do Poder Executivo, para tornar viável técnica e economicamente o empreendimento.

VI – Controlar a poluição ambiental provocada por indústria; especialmente as situadas nas áreas industriais, de acordo com as normas estabelecidas pela União e pelo Estado.

Santos (1999).

Estudos realizados pela Secretaria da Indústria e Comércio em convênio com a CODEG – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás indicaram Anápolis e

Itumbiara como os primeiros municípios a sediar os distritos industriais do estado. Segundo Santos (1999), a indicação de Anápolis como sendo o primeiro município a ser implantado, veio a partir de uma ratificação da indicação por parte da Comissão Estadual de Bacias do Paraná-Uruguai (CEBPU), colocando Anápolis como localidade mais adequada para o projeto de implantação da Cidade Industrial, e não próximo a Senador Canedo como foi cogitado.

As primeiras providências vieram no governo de Leonino de Ramos Caiado (entre 1971-1975), porém o primeiro projeto fora considerado muito sofisticado e caro. Assim a Companhia de Distritos Industriais de Goiás, já no governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979), elaborou outro projeto mais simplificado e funcional, implantado rapidamente. Segundo Santos (1999, p. 108), as obras se concretizaram da seguinte forma:

A infra-estrutura do DAIA materializou-se com o início da obras de uma estação de captação com a capacidade para 690 litros/segundo; uma estação de tratamento próprio com reservatório de 10 milhões de litros quatro reservatórios com a capacidade conjunta de 1.750.000 de litros e rede de distribuição de água tratada com mais de 15 Km de extensão, sistema de esgotos sanitários industrial com capacidade para processar 620 litros/segundo e uma subestação das Centrais Elétricas de Goiás com oferta de 35.000 Kva. Além disso, conta com terminais telefônicos disponíveis para as empresas que permitem ligações DDD e DDI e serviço de telex e um posto de Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Implantações consideradas ousadas para a época. (SANTOS, 1999, p. 108).

O Governo de Ary Ribeiro Valadão (1979-1982) buscou instalar mais indústrias no DAIA e terminar suas obras de infra-estrutura, como mostra a Tabela 02 retirada do Plano de Ação do respectivo governo. Não há fontes claras sobre o que seria a *infra-estrutura social* que se mostra como incipiente na tabela, mas provavelmente se tratava de linhas de transporte público e a construção do bairro industrial nas imediações do Distrito.

Santos (1999) sinaliza que apesar dos esforços por parte do governo, a ocupação do Distrito não se deu no ritmo esperado pela população anapolina, causando frustração nos cidadãos e também nos migrantes que para lá foram em busca de oportunidades, visto que a implantação do DAIA foi propagandeada como o possível solucionador dos problemas que o município enfrentava como o desemprego, por exemplo. A autora aponta a crise do petróleo, que forçara o governo a reduzir o ritmo dos investimentos, e também a ameaça da construção da Cidade Industrial de Ceilândia, por parte do Governo do Distrito Federal (fato que gerou um protesto do governo do Estado de Goiás junto ao Conselho de Política Fazendária), e também uma terceira justificativa na qual a visão empresarial da época primar por se instalarem próximo às matérias-primas e/ou próximo aos mercados consumidores.

Tabela 02 – Situação física das obras do DAIA em 1980

Obras	Percentual Concluído (%)
Terraplenagem	100
Pavimentação do eixo principal	63,5
Pavimentação das vias secundárias	2
Drenagem	80
Meio-fio e sarjetas	60
Energia elétrica - 10.000 kw	40
Iluminação Pública	46
Captação de Água potável	95
Adução de Água potável	100
Reservatório de Água potável	40
Tratamento de água	95
Rede de distribuição	70
Sistema de esgoto sanitário	85
Telefonia (50 linhas)	20
Infra-estrutura social	incipiente

Fonte: Plano de Ação - Governo Ary Valadão 1980/83 - Estado de Goiás
Org. SANTOS, 1999.

Juntamente ao aporte institucional e físico, os incentivos para que as indústrias se instalassem nos Distritos são principalmente as linhas de crédito, a redução e/ou isenção de impostos ISSQN¹², IPTU¹³ e taxas diversas por parte dos governos municipais, além da concessão de terrenos ou redução dos custos do terreno para a implantação das indústrias. A política de redução de alguns impostos via dispositivos jurídicos não é tão recente. A Lei nº. 2000 de 1958 isentava por 10 anos a arrecadação do IVC¹⁴ e abrangia todos os ramos industriais. Em 1971 é promulgada a Lei Estadual nº. 7.384 que previa o financiamento de 42% do ICM¹⁵, no prazo de 5 anos também com abrangência para todos os ramos industriais. A Lei 7.700 de 1973 dava isenção do ICM por 7 anos e atendia todos os ramos industriais.

¹² ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, é um imposto municipal recolhido mensalmente em razão da prestação de um serviço definido na lista estabelecida pela Lei Complementar Nacional nº. 116/03. Os contribuintes do imposto são as empresas ou profissionais autônomos que prestam o serviço tributável. No caso do trabalhador autônomo o recolhimento é anual. A alíquota varia de uma cidade para outra.

¹³ IPTU - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, instituído pela Constituição Federal cuja incidência se dá sobre a propriedade urbana. Os contribuintes do imposto são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm a posse do imóvel, por justo título.

¹⁴ IVC - Imposto sobre Vendas e Consignações, passou a ser cobrado a partir de 1936, quando entrou em execução a discriminação de rendas da lei Maior de 1934. Foi criado depois que a Constituição de 1934 estendeu a incidência do IVM – Imposto sobre Vendas Mercantis, às operações de consignações mercantis. O IVM foi instituído pela lei federal n. 4.625, de 31/12/1922, de competência tributária atribuída aos Estados-Membros. O imposto incidia sobre o valor da venda na proporção de 0,3%.

¹⁵ ICM – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias, veio da substituição do IVC em 1965, com a Reforma Constitucional nº. 18, foi adotado na tributação sobre o consumo o princípio da não cumulatividade apurado pela

Mas a lei de incentivos fiscais que se mostrou mais representativa foi a Lei nº. 9.489 de 1984, onde houve a criação do Programa Fomentar. Estabelecendo financiamento de 70% do ICMS¹⁶ a recolher com prazos de vigência inicial de 5 a 10 anos, ampliados para 15 e até 30 anos. Surgindo da derivação do Programa Fomentar, o mais recente dispositivo fiscal em atuação é o Programa Produzir.

Instituído em 18 de janeiro de 2000 pela lei nº 13.591 o programa incentiva a implantação e a expansão de indústrias denominado Produzir. Ele atua sob a forma de financiamento, reduzindo o valor do ICMS mensal devido pela empresa beneficiária dependendo de sua arrecadação se enquadrando no Produzir (redução de 73% do imposto), ou no Microproduzir (redução de 90% do imposto). Os projetos industriais amparados pelo sistema são: implantação de novos empreendimentos; expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; aumento de competitividade; revitalização de unidade industrial paralisada; realocização de unidade industrial motivada por fatores de infra-estrutura e ambiental. O programa conta ainda com alguns sub-programas que estendem ainda mais seus benefícios: o LogProduzir, apoio a logística de transporte; CDProduzir, apoio a implantação de centros de distribuição; ComexProduzir, apoio às atividades importadoras via Porto Seco de Anápolis e o TeleProduzir, apoio às atividades de telecomunicações. Temos no Quadro 01 a síntese do programa.

O quadro mostra informações como as garantias necessárias para se beneficiar do programa, as formas de pagamento procedimentos necessários (documentos e projetos), taxas de juros, prazos e a classificação da empresa que é baseada no faturamento anual.

Relacionado especificamente à linhas de crédito voltamos a cronologia para o mês de novembro de 1975, onde buscando impulsionar a industrialização no Estado, a Lei 7.994 instituiu o Sistema de Incentivos a Industrialização de Goiás – SIN, que previa a participação do Estado no capital social das empresas, fomento às empresas industriais, treinamento e qualificação da mão-de-obra. Em abril de 1976 a Lei 8.062 criou o Banco de Desenvolvimento de Goiás – BD. Já em meados dos anos 1990, o governo do estado implanta

confrontação de débitos e créditos, débitos quando da saída de mercadorias e créditos relativos a sua entrada no estabelecimento do contribuinte.

¹⁶ ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, derivou do anterior ICM. Ao campo de incidência do ICMS, a Constituição Federal de 1988 incorporou os serviços de transporte e comunicação, bem como a incidência sobre energia elétrica, combustíveis, lubrificantes e minerais, os quais eram até então tributados pela União.

o principal dispositivo legal de linhas de crédito mostrando-se determinantes na consolidação desses projetos, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO¹⁷).

Quadro 01 – Quadro síntese do Programa Produzir

Condições		Programa PRODUIR		Subprograma MICROPRODUIR		Observação
Porte		Média e Grande Empresa e Grupo econômico		Micro e Pequena Empresa		-
Enquadramento por Faturamento		Acima de R\$ 1.200.000,00		Até R\$ 1.200.000,00		Faturamento anual
Limite do ICMS Financiável		Até 73%		Até 90%		-
Prazos		PRIORIDADE		PRIORIDADE		Anexo I (PRODUIR) e Anexo IV (MICROPRODUIR) Dec. n.º 5.265/00
		7 anos	2	3 anos	2	
		15 anos	3 ou 4	5 anos	3 ou 4	
Juros		0,2 % a.m.		0,2% a.m.		Não capitalizável
Projetos		Projeto completo com assinatura de economista regularizado no CORECON/GO – 18ª Região		Projeto simplificado, em modelo padrão, não necessita de economista		Modelo de projeto simplificado disponível em nosso Site
Forma de Pagamento	Recolhimento normal	27% de ICMS no DARE para o Tesouro Estadual		10% de ICMS no DARE para o Tesouro Estadual		-
	Antecipação	10% sobre o valor mensal do ICMS utilizado de 73% (= 7,3%)		5% sobre o valor mensal do ICMS utilizado de 90% (= 4,5%)		Pago no ato da utilização do benefício
	ICMS	O saldo devedor acumulado do ano terá 12 meses de carência e será pago com redução através dos fatores de descontos, que pode atingir até 100%.				Fatores para desconto: Anexo II (PRODUIR) e Anexo V (MICROPRODUIR) Dec. n.º 5.265/00
	Juros	Pagos mensalmente, sobre o saldo das parcelas do ICMS financiado				-
Correção monetária		Não há incidência de correção monetária				-
Garantias		1º - Aval ou fiança dos sócios ou diretores 2º - Seguro garantia 3º - Garantia real 4º - Fiança bancária				O Agente Financeiro escolherá uma ou mais destas garantias.
Agente financeiro		Agência de Fomento de Goiás S/A				

Fonte: Site do Goiás Fomento (2008)

Na distribuição dos recursos do Fundo ficam 29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal, possibilitando financiamentos de até 90% do custo do projeto, com pagamento em longo prazo (até 12 anos para pagar) e

¹⁷ Regulamentado pela Lei n.º 7.827 de 27 de setembro de 1989, o FCO, é direcionado para o empresariado, seja pessoa física ou jurídica, e atua em dois segmentos: FCO-Empresarial (Indústria, Comércio, Turismo, Serviços, Infra-Estrutura, Incentivos às Exportações) e o FCO-Rural (Programa de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento de Sistemas de Integração Rural e Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF). Busca dinamizar a economia regional diversificando e modernizando a estrutura produtiva. São disponibilizados 3% (três por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%).

carência de até três anos (SEPLAN, 2008). Para pleitear o financiamento são feitas as seguintes exigências: Projeto de Viabilidade Econômica (feito por um especialista da área); 130% de garantias sejam elas bens reais moveis ou imóveis em relação ao valor do financiamento; em certos casos (depósitos de 10% a 30%) de recursos próprios. O Quadro 02 mostra as taxas referentes ao porte do empreendimento com base no faturamento.

Quadro 02 – Taxas de juros por porte do empreendimento

Enquadramento / Porte	Faturamento Anual R\$ 1000	Juros (%) Anual	Juros (%) com pontualidade		Limite Financiável Recursos FCO (%)	Recursos próprios (%)	Prazo para pagamento até	Carência até
			Anual	Mensal				
Micro	700	8,75	7,44	0,62	90	10	12 anos	03 anos
Pequeno	700 -> 6.125	10	8,50	0,70	90	10	12 anos	03 anos
Médio	6.125 -> 35.000	12	10,20	0,85	80	20	12 anos	03 anos
Grande	35.000 ->	14	11,90	0,99	70	30	12 anos	03 anos

Fonte: Site da SEPLAN (2008).

O Quadro 02 mostra que há uma intenção em beneficiar as empresas menor porte tanto com taxas menores quanto com limites de financiamentos maiores, dando o mesmo prazo de pagamento e de carência para todos os portes¹⁸.

Percebemos até aqui uma intenção de várias instâncias do poder público (e porque não, dos vários *atores* envolvidos), em consolidar esse projeto de industrialização via Distritos Agroindustriais e ao menos no projeto, que se desse de forma desconcentrada, tendo como ponto de partida o DAIA para então se expandir para outros Distritos. Os incentivos através do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Banco de Desenvolvimento de Goiás, o Sistema de Incentivo a Industrialização, o programa Produzir (antigo Fomentar), além de isenções de impostos municipais, foram e ainda são ferramentais de fundamental importância para que o Distrito pudesse atrair empresas e se consolidar.

Visto que todo o processo se deu de forma planejada, remetemos então ao que ficou conhecido como uma política de *Aménagement du Territoire*. Essa política surgiu com novas disciplinas ou campos de estudos, na busca de corrigir os desníveis no *desenvolvimento* regional, utilizando-se de conhecimentos de Geografia, Sociologia, História Econômica e Social, e Economia. Juntando esses conhecimentos científicos às técnicas de planificação, se faz possível uma projeção desses desníveis no futuro, visando planejar em longo prazo ações

¹⁸ Nesse caso o porte da empresa é estabelecido de acordo com o faturamento anual da mesma.

atenuantes das desigualdades regionais, baseando-se em dois princípios básicos: a integração e a prospectiva (ANDRADE, 1977).

Os procedimentos metodológicos para a efetivação do *Aménagement du Territoire*, consistem em primeiro estabelecer um diagnóstico geo-sócio-econômico, focando as distorções da região em questão. Segundo, deve-se motivar e envolver a população no projeto, através de campanhas de educação de massa. Terceiro, deve ser feito um trabalho de programação de longo prazo (ao menos por vinte anos), estabelecendo os princípios e as prioridades a serem seguidas. Todavia, não deve ser rígida e também contemplar políticas e diretrizes de médio e curto prazo (três, cinco ou sete anos). Um detalhe importante é que não se deve fazer uma planificação regional totalmente à parte, desconectada, de uma planificação nacional, sendo que as mesmas devem ser feitas e implementadas em um trabalho conjunto entre cientistas legisladores e o Poder Executivo, para então se caracterizar como *Aménagement du Territoire* (ANDRADE, 1977).

Portanto podemos dizer que houve em terras goianas uma tentativa de *Aménagement du Territoire*, porém devido as particularidade locais, o mesmo não se procedeu exatamente nesses moldes. Por mais que as intenções tenham partido da desconcentração industrial, e conseqüente atenuação das desigualdades regionais (visto que estavam planejados não poucos, porém vários distritos agroindustriais espalhados pelo estado), obviamente pelo grande déficit de infra-estrutura local, os diagnósticos foram voltados não para as áreas mais carentes de *desenvolvimento*, e sim para as áreas com maior potencial para que o mesmo se processasse. De modo geral a situação atual da maioria dos 42 Distritos Agroindustriais (Figura 05) é precária sendo que apenas alguns realmente se estruturaram e grande parte se encontra sem infra-estrutura ou EIA/RIMA, outros sob administração de Prefeituras Municipais, e também há alguns que sofreram a ocupação da população local (GOIÁS, 2005a).

Referente à afirmação temos o já citado estudo feito por parte da Secretaria da Indústria e Comércio em convênio com a CODEG, indicando Anápolis para sediar o primeiro Distrito Agroindustrial, apoiado pela Comissão Estadual de Bacias do Paraná-Uruguaí (CEBPU). Isso mostra, já de início, uma contradição entre o que é mostrado como intenção e a forma de implementação do projeto, evidenciando que os *atores* hegemônicos envolvidos no processo, se interessam por atuar obviamente mediante as garantias de lucratividade (por parte do empresariado) e manutenção de poder (por parte da oligarquia política), seguindo a lógica de acumulação capitalista, e já sendo possível perceber indícios de *um território permeado* por relações de poder e constantes disputas.

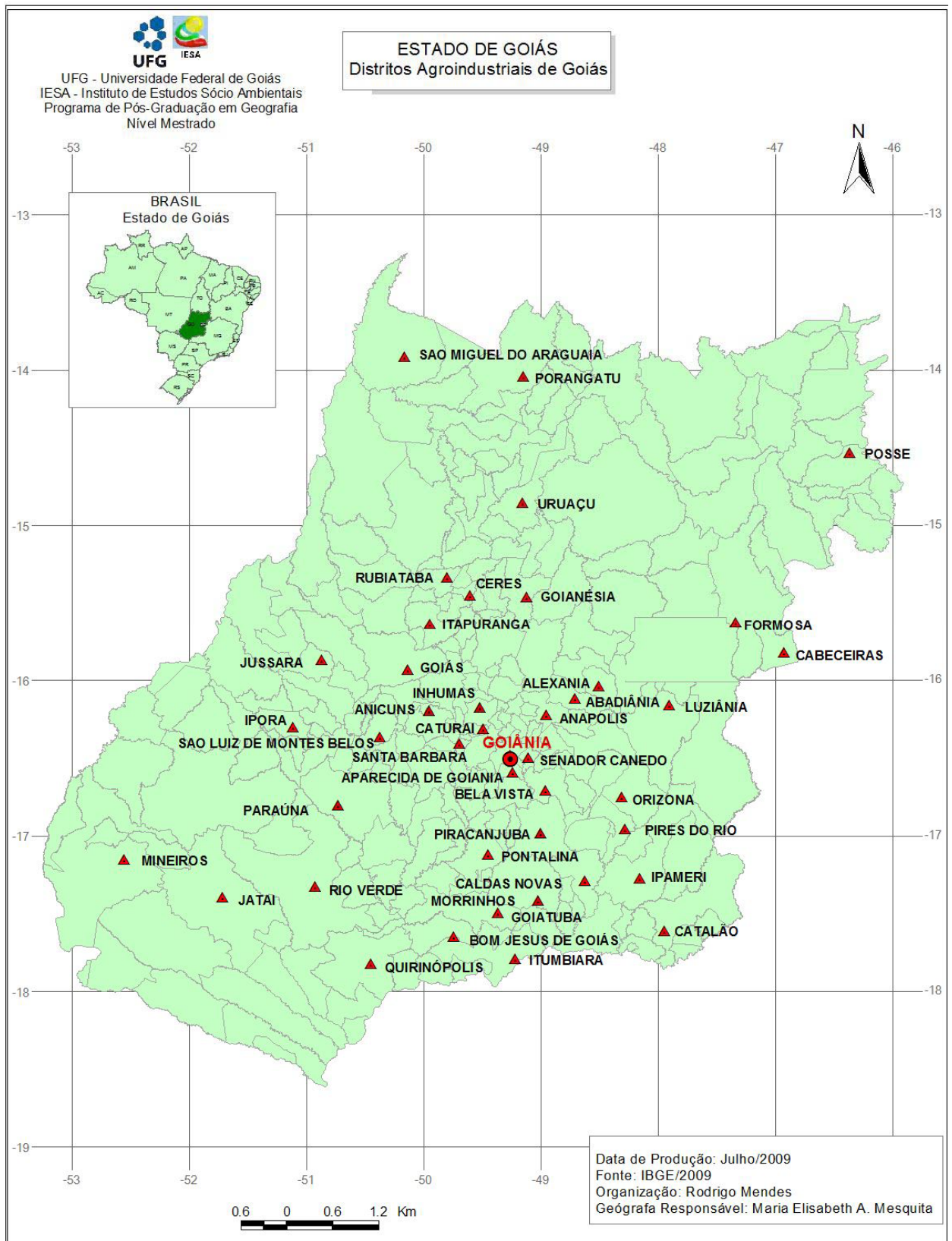


Figura 05

A política de industrialização do território brasileiro, via Distritos Agroindustriais, está calcada nas proposições de Françoise Perroux, baseados na teoria de pólos de *desenvolvimento*¹⁹ que irradiariam os benefícios por todas as regiões próximas a esses empreendimentos. Segundo Andrade:

Em resumo, podemos dizer que para Perroux o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo. (1977, p. 60).

É importante salientar que Perroux diferencia crescimento e *desenvolvimento*. Para ele o crescimento ocorre quando se aumenta o produto global e conseqüentemente a renda *per capita*, o que difere de *desenvolvimento* que para ser caracterizado necessita, além desse aumento, ser devolvida na região recursos e riquezas que dela retira, combinadas com uma mudança social e mental da população. No caso do DAIA, essa é uma questão chave que provoca as maiores inquietações referentes ao nosso estudo, e será abordada de forma mais detalhada no capítulo 3²⁰.

Os pólos podem tanto surgir obedecendo a uma planificação (como é o caso do pólo Agroindustrial de Anápolis), assim como de forma espontânea. Em alguns casos, levados geralmente por características físicas locais, posição geográfica e recursos naturais, alguns empreendimentos se instalam em um determinado lugar (indústria motriz), e conseqüentemente provocando uma aglomeração populacional, de onde surgem atividades complementares, tanto no setor industrial para servir à indústria motriz, quanto desenvolve atividades primárias e terciárias para atender às necessidades desse crescente contingente populacional. Geralmente essas indústrias se são indústrias de base, e por provocar efeitos em uma área de influência com atividades complementares e articuladas, a região é tida como um Pólo, podendo surgir o que Perroux admite como complexo industrial, onde não há regime concorrencial entre as várias indústrias existentes numa aglomeração territorial, influenciada

¹⁹ Perroux (1975, p. 100) referindo-se a pólos de crescimento diz: “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”.

²⁰ Montenegro Gómez (2006) em sua tese de doutorado, coloca-se na contramão do discurso proferido pela maioria dos pesquisadores. Faz uma (des)construção do termo desenvolvimento, em sua acepção mais ampla, e o aborda como estratégia de reprodução do capital, e consolida-se como uma afinada estratégia de controle social. O autor enfatiza ainda a capacidade de articular discursos que escondem as deficiências do desenvolvimento, mostrando a distância entre o que promete e o que oferece, entre o que mostra e o que esconde entre o que faz e o que diz que faz. As visões e definições de desenvolvimento também estarão contempladas mais adiante.

por uma indústria-chave. Andrade (1997), afirma que pólos de *desenvolvimento* podem às vezes surgir espontaneamente, porém predominantemente surgem de uma ação planejada.

Firmando-se em Perroux e seu discípulo J. R. Boudeville, Andrade (1977) admite três tipos de pólos, referindo-se à escala: 1) O pólo-nação – Nações que devido à importância dominadora de sua economia, espalham seu poder de influência pelo mundo se tornando um país foco em torno do qual giram países considerados satélites devido à dependência econômica (como é de fácil identificação os Estado Unidos da América). 2) O pólo-região – São regiões que exercem influência em todo território nacional, além de penetrar pelos países vizinhos (como é o caso da região Sudeste do Brasil). 3) O pólo-cidade – encarado em escala regional e sempre apresentado por uma cidade (como o caso de Anápolis e Goiânia). Nota-se claramente que apesar das terminações nação, região e cidade, os limites de influência não se referem à divisão político-administrativa dos territórios.

Podemos então ver a cidade de Anápolis como um pólo agroindustrial, devido entre outros ao seu tipo de produção estabelecida e ao seu raio de influência, inserida no eixo de *desenvolvimento* Goiânia-Anápolis-Brasília (Figura 06), devido à ligação a outros dois pólos dinâmicos considerando suas ligações físicas, as trocas e fluxos de diversas ordens como econômicas, de informação e populacionais, procedendo de forma complementar, onde as três sedes dos municípios “[...] funcionam como pólos da região, centralizam e difundem a modernidade no território goiano”. (ARRAIS, 2007 p. 125).

Sobre a importância econômica e o peso político desse eixo para o Estado, Arrais (2007, p. 125-126) diz:

O Centro-Goiano é explicado pela sua posição econômica e importância política em relação a Goiás, Brasília e o Centro-Oeste brasileiro. [...] os 12 municípios com população superior a 50.000 habitantes (exceção feita para Cidade Ocidental) agrupavam em 2000 uma população total de 4.411.530 habitantes. Sua área de influência direta estende-se para mais de cinquenta municípios em um raio de 100 km a partir dos núcleos centrais de Goiânia-Anápolis e Brasília, ultrapassando os cinco milhões de habitantes. Sua taxa de urbanização em 2000 foi de 95,95%, com densidade demográfica média de 522,05 hab./km², superior à média do Estado de Goiás (14,71 hab./km²) e do Distrito Federal (353,53 hab./km²) (IBGE, 2001). [...] Os principais municípios da região, do ponto de vista demográfico, econômico e do peso político, são Goiânia, Anápolis e Brasília. A distância que separa Goiânia de Brasília é menor que 200 km, sendo vencida com facilidade pelas redes de transporte e comunicação que integram a região, formando uma “bacia de emprego”, muito próxima da “metápolis” de Ascher (1998).

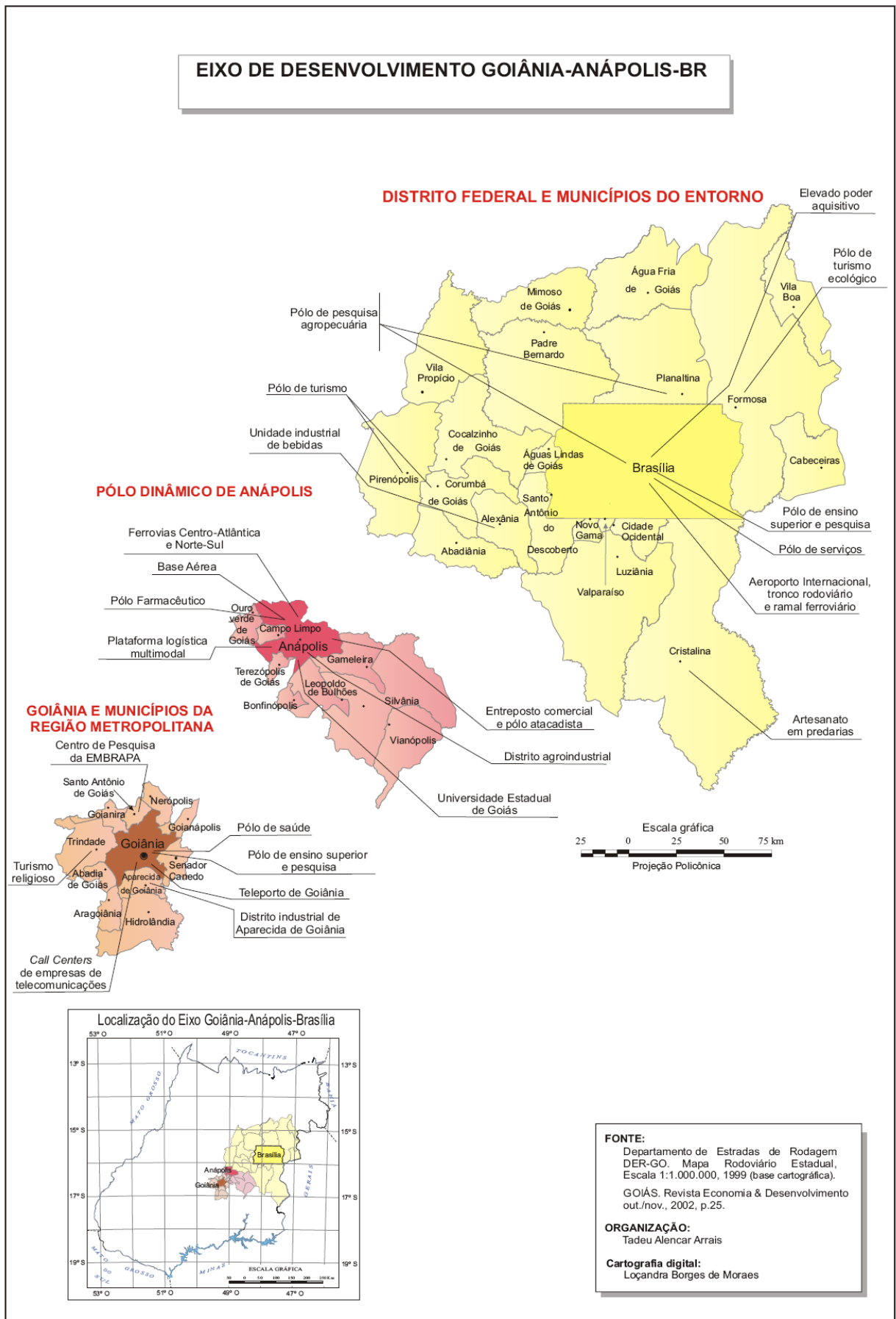


Figura 06

O autor considera dois núcleos sendo o Oeste formado por Goiânia-Anápolis e o Leste por Brasília, onde os mesmos se integram funcionalmente, com fluxos de deslocamentos temporários e espacialmente, pela demanda de trabalho e serviços, numa relação de complementaridade. A alta taxa de urbanização, alto grau de densidade demográfica, que ultrapassam a média do estado de Goiás e do Distrito Federal, além do peso político e econômico, levam o autor a comparar o eixo a uma metápolis²¹, onde se forma uma “bacia de empregos”. A pesquisa não tem o intuito de analisar todo o eixo, porém quanto aos empregos especificamente no DAIA e em Anápolis serão analisados no capítulo 2.

O fato de alguns postos de trabalho no DAIA serem ocupados por pessoas de outros municípios também remete à influência exercida por Anápolis na região como o fato em que “as empresas apontaram que realizam recrutamento de trabalhadores internos e também externos à cidade de Anápolis”, e confirmam que há a necessidade de “contratar trabalhadores de outras cidades por causa da dificuldade de encontrar mão-de-obra qualificada no mercado anapolino” (RIBEIRO, 2008). Algumas pesquisas abordam a centralidade do município²², e nelas verifica-se que Anápolis funciona como um importante gerador de fluxos, estabelecendo uma centralidade e produzindo dinâmicas econômico-territoriais. Os vultosos investimentos em infra-estrutura por parte do Estado, para viabilizar as atividades comerciais e industriais assim como os esforços para mantê-las como pólo e centro dinâmico da economia goiana são um bom indicativo dessa centralidade.

Segundo Meneses (2008), Anápolis atinge assim alto grau de importância, com um marcante papel atrativo e funcionando como difusor econômico, sendo isso reflexo das lógicas de atuação do capital, redefinindo e concentrando papéis regionais. Afirma:

Existe portanto, pontos nodais que geraram centralidades em decorrência dos fluxos que são alimentados pelo consumo intra-urbanos, interurbanos e regionais, o qual caracterizam centralidades regionais, resultando estruturas de grande envergadura, fato correspondente à situação e capacidade de atração inerente a Anápolis. (MENESES, 2008, p. 54)

²¹ Metápolis é um conceito criado por Ascher significando: “o conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano de uma metrópole” (ASCHER, 1995, p. 34). Ainda segundo o autor os espaços que compõem uma metápolis são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos, e compreendem ao menos algumas centenas de milhares de habitantes.

²² Para maiores aprofundamentos acerca dessa centralidade Luz (2001), Montessoro (2006) e Menezes (2008).

Os grandes volumes de investimentos feitos por parte do Estado para que Anápolis se mantenha como cidade pólo, e também com centro dinâmico goiano, aliados à considerável presença de atividades comerciais e industriais, posicionam o município como pólo regional econômico.

Baseada na teoria das localidades centrais do geógrafo alemão Walter Christaller, o IBGE elabora um estudo chamado “Região de Influência de Cidades – 1993” (BRASIL, 2000), que é utilizado como fundamentação teórica para outro estudo, feito pelo IPEA, que busca estabelecer além de uma hierarquia de redes urbanas, os níveis de intensidade das centralidades das cidades brasileiras. A partir desses estudos Meneses (2008), elabora um mapa indicando o nível de influência da cidade de Anápolis, evidenciando uma forte interação espacial entre as cidades e que suas trocas extrapolam os limites de sua microrregião, podendo ser comparada a uma “capital regional” (Figura 07).

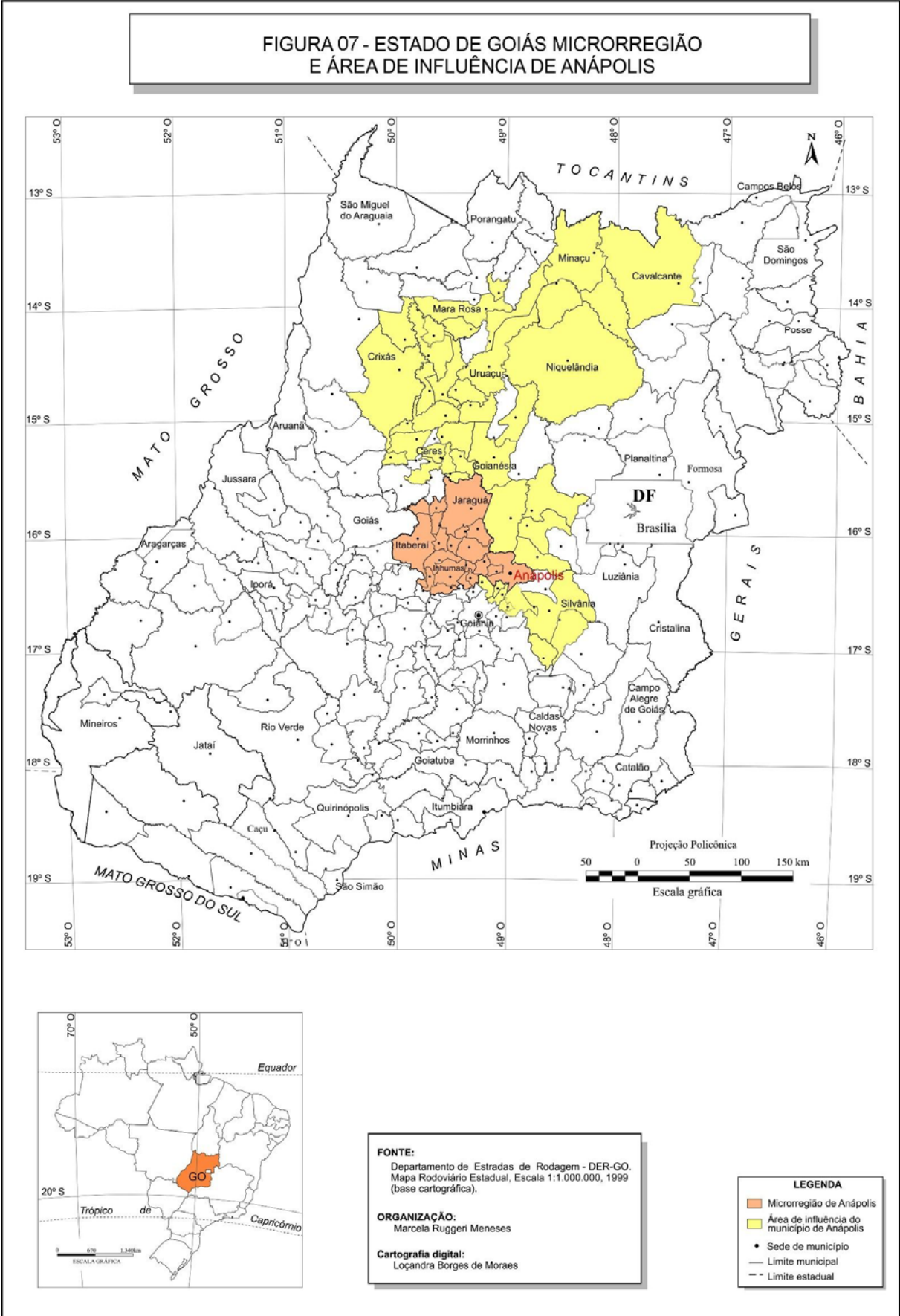
Corroborando o nível de influência do município, a autora utiliza ainda outro estudo feito em conjunto pelo IPEA e o IBGE chamado “caracterização e tendências da rede urbana no Brasil” (BRASIL, 2002, v. 2/4), confirmando a centralidade de Anápolis para o estado de Goiás:

Nesta pesquisa existem dados que confirmam a centralidade de Anápolis perante a região centro-goiano e o estado de Goiás. Como as análises se detiveram, em sua maioria, em dados econômicos e na escala das economias regionais, apresentaremos resumidamente por meio de alguns dados esta caracterização. Anápolis e a região Centro-Goiano nos indicadores relacionados por setor de atividade – dados produzidos pelo IBGE em 1985 – possuem destaque incontestável. (MENESES, 2008, p. 107)

Outro fator que reforça a força de centralidade exercidas por Anápolis se refere ao que é tido por Brito (2007) como um potencial pólo universitário oferecendo mais de 50 cursos de graduação e pós-graduação atraindo pessoas de fora da cidade inclusive da capital Goiânia:

Estas entidades formam um potencial a ser consolidado – Anápolis como pólo universitário – visto que já são fatores de atração de população de municípios vizinhos, produzindo um efeito indireto no sentido de promover novos empreendimentos econômicos principalmente no setor de serviços. (BRITO, 2007, p. 43)

FIGURA 07 - ESTADO DE GOIÁS MICRORREGIÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA DE ANÁPOLIS



FONTE:
Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO.
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).

ORGANIZAÇÃO:
Marcela Ruggeri Meneses

Cartografia digital:
Loçandra Borges de Moraes

LEGENDA

- Microrregião de Anápolis
- Área de influência do município de Anápolis
- Sede de município
- Limite municipal
- - Limite estadual

Figura 07

Dessa forma, entendemos como Anápolis se tornou um importante município na dinâmica do estado de Goiás e em que condições surge o DAIA, frente a um cenário de (re)ordenamento territorial, num período de modernização do território goiano, que por sua vez foi viabilizado por marcantes intervenções por parte do Estado, em nível regional e também nacional, visto que o mesmo conduzia sua política de acordo com as possibilidades e demandas exigidas pelo cenário mundial. Partimos agora para uma análise mais profunda das relações urdidas até o momento, desse Distrito com seu município, contemplando os choque de forças e as intenções por parte dos *atores*.

CAPÍTULO 2

O DAIA PELOS ANAPOLINOS

Adentrar no labirinto da compreensão dos fatores que possibilitaram a formação e o (re)ordenamento do *território* composto por Anápolis e o DAIA não é tão simples. Os fatos e constatações materiais são uma poderosa ferramenta. Porém, nem tudo que se passou e que ocorreu fica registrado nos dados, nas paisagens, nas formas, na organização e nas estruturas. Grande parte dos efeitos de todo o processo está dentro dos sujeitos que o sentiram, que o perceberam, que o vivenciaram. E esses sujeitos permeados pelas relações sociais, institucionais e econômicas, são ao mesmo tempo causa e efeitos de discursos, sendo que esses efeitos não se produzem senão nos corpos. Segundo Foucault (1979, p. 22)

[...] sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.

Essas impressões, significados, conflitos, desejos, estão contidos nas vozes desses sujeitos, representadas por diversos segmentos, com posições e visões por vezes distintas, direcionadas geralmente pela classe a que pertencem. Esses relatos carecem de um receptor apto a ouvi-los, contrapô-los, perceber suas nuances e interpretá-los. Unindo as percepções materiais e imateriais podemos ampliar nosso escopo acerca do objeto analisado e assim aprofundar a nossa análise tendo a oralidade como instrumento para a pesquisa, buscaremos perceber essas evidências através das falas, pois também temos:

[...] a suspeita de que a linguagem não diz exatamente o que diz. O sentido que se apreende e que se manifesta de forma imediata, não terá porventura realmente um significado menor que protege e encerra; porém, apesar de tudo transmite outro significado; este seria de cada vez o significado mais importante, o significado “que está por baixo”. (FOUCAULT, 1987, p. 14)

Foi então que mais uma vez *enfiamos o pé na estrada* e fomos em busca dessas vozes que representam os significados dos signos de Anápolis e seu Distrito Industrial mas dessa vez ditas pelos próprios anapolinos, trabalhadores, industriais, dirigentes de organizações e empresas, para então fazer uma associação entre alguns elementos (como indicativos sócio-econômicos) e a observação da vida cotidiana.

As questões que nortearam as entrevistas²³ foram elaboradas visando identificar qual é o significado do DAIA para Anápolis e para os anapolinos, entendendo que o Distrito perpassou por duas fases, uma considerada de implantação e outra de consolidação, que ao longo desses processos foram importantes para o (re)ordenamento territorial. E para que essas mudanças pudessem ser contempladas nas falas, buscamos entrevistar pessoas que residiam em Anápolis há vinte anos aproximadamente.

Existir em Anápolis para qualquer indivíduo resulta em se relacionar com a cidade, seus signos e significados. E pelo fato dessas relações se processarem em um *território*, são invariavelmente permeadas pelo poder. Dessa forma, as diferentes visões acerca dos questionamentos propostos variam de acordo com a posição na qual o indivíduo exerce seu papel, seja ele um trabalhador do DAIA, da classe empresarial ou dirigentes políticos.

A respeito dessas visões verificamos algumas práticas bastante recorrentes que buscam a legitimação de um discurso no qual o Distrito Agroindustrial de Anápolis foi e continua sendo o responsável maior por todo o *desenvolvimento*²⁴ de Anápolis. Nesse ponto em particular, as forças políticas, os trabalhadores e também o empresariado se mantêm em sintonia de forma com que essa afirmação possa ser considerada como um mito, que na seqüência da pesquisa será enxergada por dentro, num processo de destruição/construção de outras narrativas, essas a partir das contradições.

Buscamos agora investigar quais são as condições para a existência desse determinado discurso e porque ele se dissemina daquele determinado local. Por isso devemos ter claro que os discursos comumente proferidos em torno do DAIA e de Anápolis estão imersos em um jogo de relações e de poder (algumas vezes “legitimadas” pelo saber). E esses discursos estão calcados em formações discursivas que se relacionam com processos econômicos, sociais e institucionais. Por discurso temos “[...] um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p.135). E os enunciados podem ser considerados como função de existência a qual se exprimem sobre algumas manifestações como a frase, o ato de linguagem, uma manchete etc., e esses enunciados estão apoiados em um conjunto de signos. E segundo Deleuze, somos capazes de extrair os enunciados das frases e das palavras visto que os mesmo não se confundem com elas. Segundo palavras do autor:

Estamos, então, capacitados a extrair – das palavras, frases e proposições – os enunciados, que não se confundem com elas. Os enunciados não são as

²³ Os procedimentos metodológicos foram contemplados nas considerações iniciais e o roteiro das entrevistas encontram-se no Anexo 01.

²⁴ No capítulo 3 abordaremos detalhadamente o conceito de *desenvolvimento*, seus mitos, usos e práticas.

palavras, frases ou proposições, mas formações que apenas se destacam de seus *corpus* quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no “diz-se”, distribuindo-se, dispersando-se na espessura da linguagem. (DELEUZE, 1991, p.29)

Poderemos nos situar em meio à tessitura de um quebra-cabeça de enunciados identificando um tipo de organização, pois os mesmos pertencem a uma certa formação discursiva e por formação discursiva o Foucault entende:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1986, p.82)

Tanto os enunciados quanto as formações discursivas são partes de uma mesma *coisa* e devem ser analisadas de forma correlatas, sendo que a regularidade da prática do uso de alguns enunciados possibilitará a caracterização de um discurso. Veremos agora como a regularidade de algumas práticas e de alguns discursos acabou por constituir em Anápolis um mito que se relaciona diretamente com o Distrito Agroindustrial.

2.1 A construção do mito

“Motor do desenvolvimento industrial e econômico de Goiás”, é o título de uma matéria contida na edição n. 14 da Revista “Economia e Desenvolvimento” publicada pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Goiás/SEPLAN. A chamada faz referência a um estudo elaborado e divulgado em 2003 pela própria SEPLAN, contendo um *ranking* dos dez municípios goianos mais competitivos. Anápolis ficou em primeiro lugar sendo o estudo repetido em 2005 onde o município manteve sua posição.

Entre as referências ao Porto Seco, ao pólo universitário, ao modal ferroviário dentre outros, contidas nesta edição o DAIA ganha destaque:

Nessa atividade econômica, merece destaque o papel desempenhado pelo Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia). O mais antigo e consolidado distrito industrial de Goiás gera atualmente 7,2 mil empregos diretos e outros 400 na construção civil, relativos aos canteiros de obras de instalação de novas empresas. No fim do ano passado, o Daia completou 27 anos de

funcionamento com a inauguração de nove plantas industriais novas, responsáveis por investimentos fixos de cerca de R\$ 73 milhões e pela geração de 959 empregos. Para o secretário da Indústria e Comércio, Ridoval Chiarello, o Daia é um instrumento de desenvolvimento de Anápolis e de Goiás. (GOIÁS, 2004, p. 30).

Na seção “Município em foco” da edição n. 27 da mesma revista, Anápolis é considerado o município mais dinâmico de toda a região Centro-Oeste, ficando atrás apenas das capitais. A localização geográfica é referenciada como privilégio, e o *desenvolvimento*, segundo os editores, se deve ao tripé indústria, comércio e educação. Na ocasião Anápolis completava 100 anos de emancipação política, fazendo parte do destacado eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, “[...] onde vivem quase 06 milhões de habitantes, um mercado, portanto, de grande potencial, com elevado poder aquisitivo.” (GOIÁS, 2007c, p. 38).

A manchete representada na figura 08 (GOIÁS, 2007c, p. 39), ilustra bem a intenção do uso dos discursos que vinculam a indústria ao progresso, ao *desenvolvimento* do município:



Figura 08

Ao expor o DAIA como “locomotiva econômica que dinamiza toda a economia”, os editores buscam resgatar no imaginário do leitor a idéia de algo que traciona toda a economia,

remetendo à locomotiva (principalmente pelo fato de a estrada de ferro ser considerada um dos principais indutores do *desenvolvimento* local já na década de 1930), e unir a idéia dos trilhos ao Distrito Agroindustrial de Anápolis, representando a indústria que moderniza, desenvolve e dinamiza a economia. E na referência à figura a afirmação de que “o DAIA forte gerador de emprego e renda”, além da importância da diversificação das atividades desenvolvidas.

Faremos aqui uma distinção entre trabalho e emprego visto que é comum o uso dos dois termos como sinônimos. Trabalho é toda atividade laboral que se possa desenvolver, mesmo que informal, e está associado à condição humana de transformar a realidade ao seu redor através do uso da sua capacidade física e mental, podendo ser remunerado ou não. O trabalho tem sentido mais amplo e complexo e não pode ser visto de forma reducionista, pois de fato é uma relação social advindo de uma construção sócio-histórica como diz Mendonça (2004, p. 92): “O trabalho deve ser reconhecido como uma relação social e, por isso, é necessário compreendê-lo enquanto uma construção sócio-histórica, da qual decorrem diversas ações políticas.” E um ponto que esconde importantes nuances acerca da questão se trata da sua relação com o capital, e essa relação não se dá de forma homogênea em todos os lugares. Há particularidades inerentes a determinados *territórios*, fazendo com que a relação capital x trabalho se proceda de forma diferenciada e que precisa de compreensão como explica o autor:

Atualmente, ao se pensar a relação capital x trabalho como eixo explicativo, não se está excluindo, tampouco esquecendo as diferentes formas de territorialização dessa relação social. Ao proceder dessa forma, não se percebe as clivagens e as contradições a partir da leitura dos territórios, dos lugares, pois é exatamente a compreensão dessas singularidades, no espaço geográfico, que permitirá visualizar as diferencialidades espaciais. (MENDONÇA, 2004, p.120)

O trabalho no capitalismo é a expressão da *contradição viva* pelo fato de se relacionar diretamente com o capital, o mesmo se encontra imerso em contradições, sendo de suma importância uma leitura bem próxima do real, e para isso se faz necessário a sua interação com a Geografia como aponta Mendonça:

A relevância do tema - trabalho para a ciência geográfica é tratada não enquanto uma nova corrente do pensamento geográfico, mas enquanto um “outro olhar” sobre a realidade social, enxergando “por dentro” a contradição, fundada na relação capital x trabalho. O trabalho como fundante - a essência do Homem - a hominização criadora e potenciadora

das ações humanas rumo a emancipação social. Essa concepção recupera e aponta a necessidade de uma relação da Geografia com o trabalho e, portanto, dessa ciência com os movimentos sociais e as possibilidades criadoras. (2004, p. 108)

Já o emprego é uma das formas de trabalho, com sentido restrito, e caracteriza-se pela formalidade: registro em carteira, horário determinado para entrar e sair e função também designada pelo empregador onde uma pessoa física (o empregado) se obriga, mediante o pagamento de um salário, a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa, podendo ser física ou jurídica (a figura do empregador), a quem fica juridicamente subordinado, prestando trabalho de forma contínua, visto que o trabalho eventual não consolida uma relação de emprego. É importante ressaltar que outras formas de trabalho também não podem ser consideradas emprego como o autônomo, o trabalhador informal, o trabalho voluntário, assim como o prestador de serviço de forma terceirizada onde se contrata uma pessoa jurídica também não consolidando relações de emprego regidas pela CLT²⁵ com todos os direitos e acréscimos legais (horas extras, adicionais etc.). Após várias metamorfoses do trabalho galgadas em suas diferentes relações, seguindo determinados contextos, temporalidades e modos de produção, ocorre uma espécie de relação contratual com o capital na forma de assalariamento como explica Mendonça:

Conforme as temporalidades construídas no processo de humanização dos ambientes e do próprio homem, o trabalho foi sendo aperfeiçoado, pois escravidão e servidão são formas de trabalho que já foram hegemônicas na história humana. Todavia, a forma mais moderna e aceitável do trabalho como relação social é o assalariamento, que apresenta diferenciações significativas na efetivação concreta da relação contratual entre capital e trabalho. (2004, p. 92)

E o casamento dessas relações com uma legitimação legal termina por fundar essa categoria chamada emprego.

Feita essa diferenciação, percebemos a intenção na qual o poder público estadual busca imprimir através de suas publicações, que o DAIA dinamiza toda a economia regional, coadunando com as vozes dos entrevistados, tanto da classe empresarial quanto os dirigentes políticos, que constantemente seguem na mesma direção. Residente em Anápolis há 20 anos

²⁵ O termo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) – Lei criada através do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista então existente no Brasil. Seu objetivo principal é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. O seu oposto é o profissional que trabalha como pessoa jurídica, ou profissional autônomo, ou ainda como funcionário público estatutário.

E. D.²⁶ um proprietário de uma indústria do ramo de fundição e torneadora, instalada no DAIA há doze anos, explanou em entrevista de forma categórica:

O DAIA foi a grande mola propulsora de Anápolis. Anápolis hoje está crescendo está desenvolvendo por causa do DAIA. Eu não tenho dúvidas de falar sobre isso. As indústrias que vieram, o desenvolvimento tecnológico que veio, o desenvolvimento industrial que veio, por exemplo, hoje nos temos uma montadora a CAO A..., Hoje nós temos um pólo farmoquímico respeitável com a NEOQUIMICA, TEUTO, e várias outras menores, DUCTO, INFARMA, e várias outras que vieram e hoje são respeitadas no cenário nacional. Então, Anápolis deve grande parcela de seu desenvolvimento sócio-econômico ao Distrito Industrial. Eu não tenho dúvidas de afirmar isso pra você. [...] Então Anápolis deve muito ao Distrito Industrial. (Trabalho de campo, 2009)

Nesse caso, o industrial vê o DAIA como “mola propulsora de Anápolis”, e afirma que o comércio local depende diretamente do consumo feito pelos trabalhadores que recebem os salários proporcionados pelo Distrito e gastam em Anápolis.

O administrador do DAIA P. T. nascido em Anápolis, segue essa linha argumentativa na qual a partir da implantação do Distrito criou-se uma nova realidade no município:

Com o advento do DAIA, ele tomou um outro foco, começou a industrialização dessa produção agrícola, foi focado nisso. Então as primeiras empresas que nós tivemos aqui ou eram da parte agrícola ou eram na parte de mineração, com argilominerais, esse tipo de coisa. Posteriormente nós tivemos um desenvolvimento maior com a criação dos incentivos fiscais. Esses empresários viam uma possibilidade de crescimento de desenvolvimento, vieram pra Goiás e criaram uma nova realidade. Então o DAIA foi muito importante com relação a isso porque ele foi uma ferramenta, ainda é hoje, uma ferramenta de desenvolvimento importantíssima não só pra Anápolis, mas pra toda região, pra todo Goiás e Centro-Oeste também. [...] Pra Anápolis, o DAIA acredito que só traz vantagens. Primeiro porque é um instrumento de desenvolvimento importantíssimo. Hoje ele é ecologicamente correto. Em termos de distritos industriais do Centro-Oeste ele é o mais bem aparelhado. Possui a estação de tratamento de esgoto, onde se trata todos os efluentes industriais gerados, não só os industriais, mas o biológico também gerado dentro do distrito. É exclusivo do distrito. Nós temos uma estação de captação de água, onde fazemos o tratamento dessa água e distribuímos para as empresas, exclusivo do DAIA também. Hoje na verdade as vantagens são inúmeras. A empresa hoje pra se colocar no mercado não basta só produzir, ela tem também que ter estratégias de marketing, estratégias de colocação, e tudo isso o DAIA ajuda. O marketing de uma empresa que está instalada no DAIA é lógico, muito superior a uma outra que está fora do distrito. (Trabalho de campo, 2009)

²⁶ Manteremos apenas as iniciais dos nomes dos depoentes para que sejam preservadas as respectivas privacidades e seus direitos.

Quando perguntado sobre vantagens e desvantagens da existência do DAIA para Anápolis o entrevistado só relatou as vantagens. E também deixou claro não só a intenção de destacar o DAIA como importante para Anápolis, mas também busca atribuir vantagens em *marketing* aos empresários que instalem suas fábricas no Distrito. Assim vai se formando uma mentalidade mítica na qual o Distrito foi responsável por impulsionar a economia anapolina, criar uma nova realidade no município, desenvolver a região, atrair investimentos pessoa e atenção para Anápolis.

Ao colocar o DAIA como *instrumento de desenvolvimento importantíssimo* e também ao citar que o foco inicial era a industrialização da produção agrícola, o administrador do Distrito estabelece uma relação com a tese defendida por Moraes (2004), na qual o território goiano passa por um processo de captura pela industrialização, via agroindústrias, onde a atividade industrial passa a representar boa parte do PIB, impulsionando também o setor terciário caracterizando a *Sociedade Industrial*:

O conceito de “Sociedade Industrial”, formulado por Raymond Aron é caracterizado por um crescente número de trabalhadores ocupados nas áreas da indústria e dos serviços. Constante preocupação com a produtividade, busca satisfazer as demandas industriais, em pleno processo de expansão, e a aplicação de mecanismos de pretensa racionalidade, aliados à crença na tecnologia com rápidas mudanças nos hábitos e costumes da população. Esse contexto se aplica à realidade vivenciada pelo estado, que, ao longo dos últimos anos, presenciou um forte deslocamento de sua força produtiva do setor primário para a indústria da transformação e de prestação de serviços. A atividade industrial passa a representar uma parte significativa na composição do PIB estadual e a dinâmica produtiva do estado, nos últimos anos, ordena-se de acordo com as demandas do setor da indústria, com forte tecnificação e busca de racionalização dos meios disponíveis, tal qual apresentado no PPA 2000 – 2003²⁷. Nesse sentido, entendemos que Goiás caracteriza-se como uma sociedade industrial. (MORAES, 2004, p. 122-123).

É inegável a influência da indústria nas transformações percebidas desde o surgimento do DAIA em Anápolis, assim como o papel da industrialização em Goiás. Porém esse processo se deu de forma subordinada, atendendo às demandas do Sudeste como visto no capítulo 1. Entendemos que o estado se constituiu em uma nova sociedade urbana de base agrária moderna, com a capital Goiânia e as cidades médias com fortes tendências no setor terciário. Houve um choque do urbano-industrial com o rural, onde apesar do estado de Goiás

²⁷ PPA 2000-2003 (Plano Pluri-Anual) que teve como objetivo central o aumento da inserção da economia goiana no cenário nacional e a penetração no mercado internacional. Uma das intenções era agregar valor à matérias primas aqui produzidas utilizando-se da agroindústria como instrumento para agregação de valor (MORAES, 2004).

estar em sintonia com os mercados globalizados não alterou suas tradições por completo, como podemos perceber nas festas, expressões culturais, na culinária, na literatura, etc. Por conseguinte concordamos com Chaveiro:

Essa nova estrutura espacial de Goiás a qual Goiânia expressa com fidelidade, cria a seguinte condição: os signos da tradição rural são trazidos para Goiânia pela migração, ocasionada pela modernização da agricultura no momento em que a cidade se torna metrópole; e os signos urbanos são levados para o campo pela esteira da modernização, originária da indústria. Isso indica que a “fazenda goiana” convive com a “*empresa rural moderna*” numa convergência conflituosa. Internet, Antena Parabólica, Cálculo financeiro, gerenciamento moderno, informação, telefone celular, carro importado são móveis urbano-industriais desse novo campo; e chapéu, carroça, pamonha, pequi, hortas caseiras e um conjunto de formas simbólicas são móveis rurais presentes na metrópole goianiense, demonstrando que os componentes das estruturas sociais estão desvelados nas estruturas subjetivas da gente da cidade; e isso espalha e esparge em sua paisagem, em seus objetos, na intimidade quase invisível do seu modo de ser real. (2002, p. 296)

Essa grande ênfase no discurso acerca da importância do DAIA para Anápolis também na fala do W. J. nascido há 60 anos em Anápolis, presidente da Câmara dos Dirigentes e Lojistas de Anápolis/CDL, além da relação com o período em que esse processo se intensificou marcado pelo governo do Marconi Perillo e referenciado por Moraes no PPA 2000 – 2003, quando se diversificou mais ainda a produção industrial no Distrito:

E aconteceu principalmente no governo Marconi Perillo, nomeação de empresários anapolinos, que pra lá foram, e trouxeram esse desenvolvimento que o DAIA hoje está experimentando. Primeiro com a instalação dos primeiros laboratórios, depois formando o pólo farmoquímico, essa pujança que está aí hoje com os laboratórios despontando no Brasil, quem sabe talvez até internacionalmente, nós sabemos de alguns que tem inclusive unidades lá fora, e por último agora com a implantação da montadora da Hyundai, isso trouxe um desenvolvimento muito grande para DAIA. [...] A empresa que hoje administra o “Brasil Park Shopping”, que é o último shopping que está instalado aí, já iniciou a segunda fase de implantação e está preparando pra terceira fase de ampliação. Consta nessa empresa anapolinos, pessoas empresários de Anápolis fazem parte desse grupo, na administração desse grupo nessa área do shopping. Então a instalação do Brasil Park Shopping na cidade, realmente veio consolidar esse desenvolvimento que Anápolis tem experimentado nesses últimos quatro, cinco anos bem dizer. [...] Isso tem trazido grandes empreendimentos, tem desenvolvido rapidamente o comércio anapolino. E o grande feito disso tudo, com a chegada dessas grandes redes na área de alimentação como o Carrefour, na área de calçados e confecções, tem atraído consumidores das cidades circunvizinhas. Então nós podemos pegar um raio aí de oito a dez cidades que até então passavam em Anápolis e às vezes aqui compravam alguma coisa e acabavam

chegando à capital do estado. E hoje esses consumidores não precisam mais ir à capital do estado porque tudo aquilo que ele vai encontrar lá no shopping tem aqui, as grande redes já estão aqui [...]. Então Anápolis tem experimentado nesses últimos anos um desenvolvimento muito grande no comércio diretamente trazido e responsável por isso o desenvolvimento industrial da cidade, porque os empresários realmente enxergam isso, se o município está desenvolvendo [...]. (Trabalho de campo, 2009)

A colocação do presidente da CDL toma um viés no qual o comércio de Anápolis é de certa forma, impulsionado pelo *desenvolvimento* industrial que foi proporcionado pelo DAIA. A implantação dos primeiros laboratórios, somados a grandes empreendimentos como a montadora de automóveis Hyundai, que atraíram outros como o Carrefour, o Brasil Park Shopping, ampliando a centralidade do município, tudo isso, segundo o entrevistado se deve ao DAIA. Essa relação direta também é vista na fala do proprietário da fundição e torneadora:

Eu tenho um amigo que tem dez anos que ele construiu um hotel aqui em Anápolis. E sempre ele perguntava como estava o distrito, como estava o DAIA, pra você ter uma idéia como é aqui em Anápolis. E eu falava tá acontecendo assim, assim e assim. Mas por que esse interesse? Ele falou que quando o DAIA está aquecido, o meu hotel não fica vazio. Daí você vê a idéia porque, se tem uma indústria do tamanho da NEOQUIMICA, do tamanho da TEUTO, que tem vendedores, que têm representantes a nível nacional, vai fazer reunião, vem todos pra Anápolis, então vão lotar todas as vagas da hotelaria. Então é uma coisa que está puxando, está todo amarrado. [...] O presidente da ACIA percebeu que o comércio de Anápolis depende do DAIA, porque nós temos muita gente que ganha ali mas vai gastar no comércio de Anápolis, então se ele não tiver onde ganhar ele não tem com o que gastar, então eu tenho certeza disso que estou te falando. Anápolis deve muito ao DAIA em seu desenvolvimento. (Trabalho de campo, 2009)

Fica evidente a impressão de que o comércio anapolino definitivamente não funcionaria sem o DAIA. O presidente da CDL endossa a afirmação, mas não apenas relacionando com a classe trabalhadora:

Contrapartida é lógico que quando a parte industrial da cidade se desenvolve, começa a tomar corpo, os empresários da área de comércio enxergam isso como uma grande oportunidade para expandir seus negócios. Alguns empresários de Anápolis enxergaram isso, e puderam ampliar o seu negócio, aumentar ou seu negócio ou diversificar o próprio negócio para aqui se firmar cada vez mais e com isso também houve atração de novos empreendimentos comerciais para o nosso município. [...] Nesses últimos oito a dez anos essas empresas (grandes redes de lojas) começaram a fazer pesquisas aqui, para verem a viabilidade de abrirem filiais dos seus negócios. Isso tem acontecido com as grandes redes que começaram a aportar em Anápolis, depois esse desenvolvimento fez com que enxergassem também grandes empreendimentos da área de construção civil para que se instalasse um shopping em Anápolis, que era necessário, a

população já tinha a necessidade de um shopping, já sentia essa necessidade e os empresários enxergaram isso. [...] O comércio realmente começou a sentir o desenvolvimento muito rápido dos últimos cinco anos. Então nós podemos presenciar hoje essa preocupação com o desenvolvimento comercial da cidade inclusive “obrigando” o shopping existente, que também estava numa área estagnada, numa fase de estagnação, desacreditado, mas a partir do momento que houve a possibilidade de começar a construção do novo shopping imediatamente aquela incorporação começou a revitalização dele, então está em fase de reforma todo ele. (Trabalho de campo, 2009)

A classe empresarial e a diversificação das atividades comerciais são tratadas nesse trecho da entrevista. E também faz referência à atração de grandes redes de lojas, inclusive com estudos de viabilidade, um *desenvolvimento* acelerado nos últimos cinco anos e até a inauguração de um *shopping center*. Esses seguimentos que se implantaram nos últimos anos acabam por se localizar em áreas já valorizadas como foi o caso do *shopping* nas proximidades do bairro Cidade Jardim, como consta no estudo de Brito (2007, p. 62):

Em Anápolis, a realidade segue o padrão de segregação tendo em vista o espaço enquanto reprodução do capital, estando o valor da terra vinculado à proximidade das áreas centrais e ao fornecimento de infra-estrutura urbana. Com base em dados da AIA – Associação das Imobiliárias de Anápolis (ANÁPOLIS, 2006) pode-se observar, em relação ao valor do lote urbano, que a cidade possui uma grande mancha homogênea na qual se incorporam algumas áreas lindeiras à Av. Brasil Sul, o condomínio horizontal Sun Flower, alguns bairros em área próxima ao Jundiá, Cidade Jardim e Bairro Bandeirante onde o valor do metro quadrado de área é mais alto. As áreas localizadas perifericamente aos bairros centrais, ou áreas próximas a fundo de vale que possuem declividade mais acentuada situam-se em uma faixa com valor mais baixo. Às vezes, algumas áreas mais periféricas possuem um diferencial no valor em virtude da infra-estrutura instalada ou pelo fato de serem áreas mais planas.

Esse novo *shopping* acabou por forçar o antigo a se revitalizar, atraindo novos fluxos de consumidores e indiretamente reaquecendo o valor imobiliário do local.

A classe trabalhadora, mesmo com todas as dificuldades para argumentar o que pensam como pudemos perceber ao longo das entrevistas, repetem o mesmo discurso. O mito desenvolvimentista que gira em torno do DAIA se estende à fala de um entrevistado, com 57 anos de idade, residente em Anápolis desde 1970 e como mecânico no DAIA durante 28 anos onde o mesmo diz: “De 1990 pra cá mudou muita coisa. O setor industrial mesmo mudou muito pra melhor. Pra cidade o DAIA foi uma boa coisa, teve muito crescimento na renda.” Outro entrevistado, de 54 anos, residente em Anápolis há 33 anos, trabalhou como encarregado de cobrança no DAIA diz: “As indústrias trouxeram grande benefício pra cidade.

O DAIA acredito ser um pólo industrial muito bom, trouxe vários empregos, em vários segmentos, principalmente na área de remédios, farmacêutico, acredito que tenha influenciado bastante.”

E para completar essa sintonia, em uma entrevista com R. O. residente em Anápolis desde 1961, Deputado Federal eleito em 2002 e reeleito em 2006, percebemos a mesma intenção no discurso enaltecendo do Distrito:

A partir de 1990 na minha avaliação é que o grande avanço que nós tivemos, inclusive com a participação direta minha, iniciativa nossa na assembleia legislativa em 1999 da implantação e consolidação do pólo farmoquímico. O pólo farmoquímico para o Distrito Industrial de Anápolis significou uma nova fase na sua expansão e a garantia da sua consolidação. Com o pólo farmoquímico atraímos não apenas algumas empresas farmacêuticas e da área química, mas atraímos a atenção do país. Fizemos com que o país tivesse uma nova visão sobre a cidade de Anápolis e sobre a oportunidade de investimento que era o Distrito Agroindustrial de Anápolis. Isso se soma a já uma iniciativa anterior, que foi a garantia do porto-seco. Então o porto-seco e a implantação do pólo farmoquímico são pra mim as duas iniciativas importantes e decisivas para essa nova fase de grande impulso econômico para o Distrito Agroindustrial de Anápolis. (Trabalho de campo, 2009)

O Deputado faz uma referência direta ao avanço do Distrito principalmente no período pós década de 1990, atribuindo a esse avanço a implantação do pólo farmoquímico juntamente com o porto-seco, sendo ambos decisivos na *nova fase de grande impulso econômico* onde foram atraídos não só empresas mas também a atenção do país, além de garantir a consolidação do DAIA. Obviamente essa ênfase quanto ao pólo farmoquímico, se deve ao fato do mesmo ter tido influência direta na constituição do mesmo junto à assembleia legislativa. Seguindo a entrevista, o depoente atribui a esses dois empreendimentos até mesmo uma mudança de cultura como relata o trecho:

O porto seco e o pólo Farmoquímico, pólo farmacêutico, ele para o município traz uma mudança importante de cultura. Com esse relacionamento cada vez mais externo, com a potencialização das negociações de importação e exportação, com a vinda de técnicos, de empresários, de consultores, administradores de outros estados, e com outra visão, outra mentalidade outra cultura, isso aos poucos foi avançando também a visão de Anápolis quanto a aquilo que está ao seu redor. A cidade também, que tinha mais uma visão provinciana começa ter que interagir com outras realidades, a pensar a realidade de outros estados, a pensar a realidade de outros países porque você tem relação de importação, relação de exportação, então isso fez com que, digamos assim entre aspas, crescesse a mentalidade e a nossa visão de mundo, além é claro das grandes

oportunidades que se abriram para a cidade do ponto de vista de negociação e comercialização. (Trabalho de campo, 2009)

Segundo a opinião do deputado, a vinda de técnicos, consultores, empresários de outros estados, e as relações de importação e exportação, introduziram outra mentalidade e cultura na qual o município acompanhando o processo avança em sua visão dando-lhe o poder de enxergar o que está ao seu redor, saindo de uma visão provinciana passando a pensar outras realidades, de outros estados e países. O mito avança e não fica restrito simplesmente ao fator econômico, sendo agora também responsável por mudanças culturais. Percebemos que a fala busca estender essa relação de negociações externas, além de atribuir a mudança de visão provinciana atrasada, para uma visão moderna, uma nova visão de mundo para todo o município e não apenas para as empresas (e empresários) do segmento farmacêutico e fornecedoras de insumos.

Há de alguma forma entre os entrevistados (empresários, comerciantes e representantes dos empresários, trabalhadores, políticos) um consenso no qual o DAIA direta ou indiretamente movimenta o comércio anapolino. J. P. um historiador residente há 43 anos em Anápolis, com diversos livros publicados sobre Anápolis e sua história, participou das entrevistas e nela concorda nesse ponto:

Outro aspecto positivo em relação ao DAIA é que dentro da cidade você movimenta um pouco a economia no comércio, acho que isso é uma questão interessante. O comércio de Anápolis depende muito do poder público, e um pouco daquilo que gera de salário que sai do DAIA. (Trabalho de campo, 2009)

Porém na fala do historiador podemos notar uma cautela, pois mesmo se referindo a uma vantagem do DAIA para o município, quantifica os salários que saem do DAIA como uma pequena parcela em relação aos salários vindos dos empregos públicos no que se refere à movimentação direta no comércio de Anápolis.

Após todos esses apontamentos, identificamos uma formação discursiva baseada em diversas enunciações que giram em torno de um Distrito indutor de modernidade, empregabilidade, utilizando-se de alguns conceitos como, por exemplo, o avanço da tecnologia e o “desenvolvimento”, na busca de organizar estratégias para que esse discurso se disperse e seja disseminado, atentando-nos para o fato de que os enunciados surgem de diversos campos como, instituições privadas, públicas, de pesquisa etc., que delimitam o que pode e o que deve ser dito pelos sujeitos de acordo com a posição que ocupam nesse campo.

A partir dessa formação discursiva e da disseminação desse discurso que busca posicionar o DAIA como a síntese de tudo o que se desejava para a época como o *desenvolvimento*, a modernidade, o progresso (e que continuaria sendo objeto de desejo), percebemos o que Foucault conceitua como prática discursiva:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1986, p.136)

Essa prática discursiva se procede a partir de um contexto de modernização do território goiano, baseado na política de desconcentração industrial, que por sua vez responde ao desenrolar de acontecimentos sócio-histórico e econômicos em nível mundial, se materializando em Anápolis em seu Distrito Agroindustrial num espaço e tempo determinados. Ainda segundo Foucault (1986, p. 8-9), “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” e, com isso, conjugam-se *poderes e perigos*. Exemplo dessa seleção, controle, redistribuição e conjugação desses poderes é o título do artigo escrito por ninguém menos que o prefeito em exercício na ocasião, Pedro Sahium, na qual diz: *Anápolis, um município onde a modernidade já chegou* (GOIÁS, 2005g).

Um fato em particular chamou-nos a atenção: a palavra repetida por todos quando se trata dos benefícios do DAIA não é outra senão emprego. O mito de que o DAIA é o *motor* de Anápolis foi construído ao longo do tempo, e é amplamente divulgado sendo que esse discurso foi tão repetido a ponto de percebemos de forma enfática na fala de praticamente todos os entrevistados. Além disso, o Distrito também é visto como uma *fábrica de empregos*, um mito contido em outro, como abordaremos a seguir.

2.2 DAIA, o grande gerador de empregos – Um mito dentro de outro mito

O que fica mais evidente na construção desse mito no qual o DAIA é de fundamental importância para o município de Anápolis são dois aspectos: geração de emprego e arrecadação de impostos. Isso o pesquisador historiador J. P. deixa bem claro em sua fala:

[...] temos que ver como que a origem do DAIA reflete, nem que seja do ponto de vista psicológico na cidade. Existe um conceito que é muito forte na cidade, que o DAIA foi fundamental para o desenvolvimento econômico

do município, na geração de emprego e impostos, geralmente essas são as duas coisas que o pessoal²⁸ utiliza. (Trabalho de campo, 2009)

A idéia de que o DAIA gera um número exorbitante de empregos e *desenvolvimento* foi bastante massificada e bem absorvida principalmente pela classe empresarial e política. De certa forma essa idéia atingiu também a classe trabalhadora e a população anapolina, como bem disse o entrevistado “reflete, nem que seja do ponto de vista psicológico da cidade”. O proprietário da torneadora e funilaria E. D. mantém esse discurso:

Com a implantação do Distrito Anápolis cresceu muito, o foco anapolino ainda é voltado muito para as indústrias do DAIA. As indústrias do DAIA empregam em torno de 12 a 15 mil pessoas hoje. Então assim, são muitas pessoas trabalhando [...]. (Trabalho de campo, 2009)

O proprietário da empresa de cartonagem M. M., que emprega 140 funcionários, se vê numa situação difícil quando questionado sobre as desvantagens da implantação do DAIA para Anápolis e também recorre à palavra emprego:

Desvantagens é muito difícil de colocar. É um lugar que abriga muito emprego. O *status* de ter um Distrito Industrial tão bem montado como é o nosso, com empresas que geram muito emprego. Em tempos atrás se fazia muito importação de mão-de-obra. Hoje a mão-de-obra está mais localizada porque está havendo mais treinamento. Na década de 90 teria que trazer diretores de fora. Hoje vejo amigos de infância na direção de algumas. Hoje já diminuiu bastante, mas ainda estamos trazendo mão-de-obra de fora. (Trabalho de campo, 2009)

Por considerar a mão-de-obra qualificada como um gargalo, sua fala chama a atenção para dois aspectos: o primeiro se refere à adequação dos institutos de formação de mão-de-obra para as indústrias, principalmente os chamados *chão-de-fábrica* com instrução restrita e baixos salários. O segundo é uma questão bastante debatida, na qual há um indicativo de que a maioria dos cargos de direção e maiores salários são ocupados por *estrangeiros* – não por anapolinos – mas por mão-de-obra especializada de fora. O entrevistado acredita que esse fenômeno tem sido reduzido, mas ainda está ocorrendo. O Deputado Federal R. O. corrobora esse fato em sua fala:

Uma das dificuldades é que essa expansão acontecida após a década de 1990, advinda do porto-seco e do pólo farmoquímico, a cidade não estava preparada para assimilar de pronto esse momento importante. Então por

²⁸ Quando diz “pessoal”, o entrevistado se refere principalmente aos empresários e políticos.

exemplo a falta de mão-de-obra qualificada fez com que tivéssemos que trazer de fora muitos dos trabalhadores. Abriam-se as vagas de emprego no DAIA, mas elas não eram assimiladas e preenchidas por pessoas de Anápolis. Isso já está sendo superado, com escola técnica profissionalizante, que estamos implantando, mas eu diria que isso seria o ponto básico negativo das dificuldades que nós tivemos com esse novo momento de impulso do DAIA. (Trabalho de campo, 2009)

Esses aspectos remontam uma prática comum da sociedade atual na qual os trabalhadores que não conseguem emprego, acabam recebendo a culpa por não serem qualificados e portanto incapazes de se adaptarem às exigências do mundo do trabalho como afirma Ribeiro:

No tocante à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, Fogaça (1999, p. 65) acrescenta que “a responsabilidade pela situação de desemprego vem sendo tirada dos ombros do Estado e jogada nos ombros dos próprios trabalhadores”. O autor adverte que nesse aspecto o trabalhador é que se torna responsável pelo seu próprio desemprego. (2008, p. 101)

Desse modo o trabalhador é induzido a acreditar que sem capacitação seria praticamente impossível a inserção no o mercado de trabalho:

O fenômeno da qualificação profissional impregnou-se no ideário societal, difundido no interior do meio empresarial, levando a classe trabalhadora a aceitar esta idéia como condição para ter acesso ao trabalho. Thomaz Júnior (2000) ressalta que ao se esperar que a (re)qualificação do trabalho, por si só, seja o selo de garantia para a revalorização da competência e da habilidade, acabou-se por convertê-la no passaporte para a empregabilidade. (MENDES, 2007 p. 47).

Isso fica claro na explanação do Deputado Federal quando o mesmo se refere a uma vantagem da presença do DAIA para a população de Anápolis:

Segundo, o incentivo à maior profissionalização, a exigência de cada vez pessoas mais capacitadas, incentiva as pessoas a se desenvolverem em seus estudos, a se capacitarem para poder ocupar as oportunidades que estão abertas. (Trabalho de campo, 2009)

A condição imposta aos trabalhadores de que os mesmos devem se capacitar para poder ocupar as vagas de emprego é dissimulada pelo entrevistado como sendo um incentivo. Esses trabalhadores recebem injustamente, toda a culpa por não conseguirem emprego como explica Mendonça:

Surge então o discurso da empregabilidade, responsabilizando o indivíduo pelo seu emprego e/ou desemprego. A questão da qualificação aparece como a única alternativa e, nesse sentido, a responsabilização social recai sobre o trabalhador, uma vez que ao Estado cabe a criação de cursos de qualificação e requalificação e, se o trabalhador demora mais em conseguir trabalho, aparentemente, o problema não está na macroestrutura econômica e política, mas nas poucas habilidades e/ou aptidões do trabalhador. (2004, p. 89-90)

Sob as argumentações desse “discurso da empregabilidade”, os empresários pressionam o poder público a viabilizarem cursos profissionalizantes. Junto a essa pressão, temos o sentimento por parte dos trabalhadores no qual “suas vagas de trabalho” estão sendo tomadas por pessoas oriundas de outras localidades. Isso culmina na implantação da Rede S (SENAI²⁹, SENAR, SESC, SESI, SENAC). Os cursos oferecidos são elaborados sob encomenda atendendo às necessidades das fábricas e também às transformações do mercado formando um trabalhador *superqualificado*, polivalente:

A superqualificação, como característica do trabalhador da indústria moderna, se dá no sentido da polivalência. Como ele tem a função de operar máquinas, nada impede que ele possa operar mais do que uma máquina, ou como, no exemplo do entrevistado, o operador opera a máquina e cuida de sua manutenção. A lógica se dá com trabalhadores que possuam diversas habilidades e competências, ou seja, superqualificado, exercendo várias funções na produção. (MENDES, 2007 p. 119).

A implantação desses cursos acaba por passar uma falsa sensação na qual os trabalhadores anapolinos atingiriam os empregos com melhores remuneração, o “alto escalão”. Ledo engano, pois o que acaba por se concretizar é o chão-de-fábrica.

Percebe-se que a Rede S contribui com as estratégias do capital visando treinar a mão-de-obra, ou melhor, adestrá-la, elevando a produtividade do trabalho, criando-se, em grande número, trabalhadores desempregados, porém qualificados, formando um *exército industrial de reserva* qualificado. O SENAI de Anápolis forma em média 6.000 profissionais por ano, podendo então o industrial negociar mais facilmente os baixos salários principalmente devido ao alto número de trabalhadores que precisam se empregar e não conseguem, pois não há vagas suficientes para suprir todos esses novos profissionais. Muito além do simples adestramento, essa qualificação é imbuída de um conceito ideológico de educação e cidadania, buscando a imagem de uma instituição prestadora de serviço, funcionando na

²⁹ Escola de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, inaugurada em 1952 em Anápolis e em 1942 no Brasil. O SENAI surge com o objetivo de recrutar, preparar e (re)qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho seguindo as demandas das indústrias na década de 1940 através do Decreto-Lei n.º4.048, de 22 de janeiro de 1942.

verdade como um mecanismo de controle social que aliena o trabalhador e mascara a exploração do trabalho e a difusão de um modelo de educação unilateral acirrador da competitividade, que beneficia apenas aos industriais. (MENDES, 2007). A análise dos currículos dos cursos oferecidos no SENAI em Anápolis demonstrou não apresentar conteúdos políticos e sociais de forma a não permitir a reflexão social e a emancipação do trabalhador, pois tem como objetivo geral a preparação para a polivalência técnica (RIBEIRO, 2008).

Para melhor ilustrar veremos como no caso de Catalão, a implantação do SENAI em 1988 se deu de forma semelhante à de Anápolis, expondo claramente a união de interesses do capital com o Estado atendendo aos desejos dos industriais que se firmavam no discurso do fenômeno da qualificação profissional. Coube à prefeitura ceder uma área com 7.500 metros quadrados, e galpões necessários ao funcionamento das oficinas da Unidade, e aos empresários a aquisição de equipamentos para as mesmas. O SENAI ficou responsável por construir a sede da administração, auditório, cantina, área de lazer, salas de aula, instalações, mobiliário, além de assumir a administração³⁰.

Essa utilização dos recursos públicos para viabilizarem uma capacitação restrita e direcionada para algumas funções específicas dentro das fábricas, com baixa remuneração onde o trabalhador se vê sem muitas opções de escolha, denota claramente que os principais beneficiados desse processo são os empresários. No caso específico do DAIA as principais instituições que se encarregam de treinar essa mão-de-obra para as indústrias são o SENAI, a UEG (Universidade Estadual de Goiás), e a CEPA (Centro de Educação Profissional de Anápolis) recentemente implantado no Distrito (RIBEIRO, 2008). Pelo fato do CEPA ser subsidiado pelo governo estadual, nota-se novamente o uso de recursos públicos em benefício dos industriais. Isso revela a fusão de interesses imersa na complexa relação capital-estado-trabalho, além da necessidade de manter esses fatos longe do conhecimento dos trabalhadores como cita Mendonça:

Os agentes do capital, desde a gênese do capitalismo, não fizeram outra coisa senão aperfeiçoar e/ou inventar novas formas de controle sobre os trabalhadores que, estranhados do produto do trabalho social, apresentam entraves que os impedem de ter a clarividência acerca do processo e das teias emaranhadas que constituem o tripé capital-Estado-trabalho, que assegura a expansão e a consolidação das formas de produzir hegemônicas pelo capital contemporâneo, centrado na tecnociência e nas finanças. Mas, ambos, capital e trabalho, sabem dessa processualidade sócio-histórica e o desafio dos agentes capitalistas é impedir que mais e

³⁰ Para maiores detalhes desse processo ver Mendes, 2007.

mais trabalhadores tenham clareza disso, pois quando assim procederem, as amarras que cerceiam a ação política libertária serão rompidas. (2004, p.93)

Como explicitado no capítulo 1, a implantação do DAIA surge de uma demanda que não pode ser vista como exclusiva de apenas uma escala. Tanto o local, quanto o regional estavam em sintonia com demandas nacionais, e as políticas públicas foram direcionadas para tal intento. Nesse contexto Goiás se insere nacionalmente acompanhando as necessidades, principalmente, de São Paulo, potencializando a agroindústria e depois atraindo conglomerados industriais modificando características do estado. E na viabilização desse processo ficou explícito a aliança dos agentes econômicos e seus interesses juntamente com o aparelho do estado como cita Moraes (2004, p. 104):

A inserção da economia goiana, na esfera produtiva nacional, acompanhou complementarmente o ritmo e as demandas da economia paulista. A estrutura criada no território goiano e as vantagens comparativas aqui existentes, foram paulatinamente atraindo agentes econômicos que, aliados ao aparelho do estado, implementaram estrutural transformações nas características do estado.

O discurso da empregabilidade teve ampla divulgação e massificação como pudemos perceber na fala de quase todos os entrevistados da classe trabalhadora (foram cinco no total). Os entrevistados são categóricos: “O que mudou foi as indústrias, os empregos, o trabalho. Duas vantagens são o trabalho e o transporte”. – O. 55 anos, trabalha em manutenção e mora em Anápolis há mais de 20 anos; “O DAIA contribuiu pra isso né? Contribuiu na industrialização, na geração de empregos, o pessoal tá trabalhando tá podendo sustentar a vida”. – J. S. trabalhador na função de serviços gerais, sempre morou em Anápolis; “O DAIA é muito bom, a valência da cidade é o DAIA, tem muita indústria, muito emprego. Tem que ter mais ainda, quanto mais, melhor pra cidade”. – J. M. 54 anos, morador de Anápolis e já trabalhou no DAIA; “As vantagens é o grande número de empregos para a população anapolina”. – D. 54 anos, encarregado de cobrança, mora em Anápolis há 33 anos; “Das vantagens do DAIA o que vem na minha cabeça é o emprego. Eu trabalhei, só nessa firma (PRECON) 28 anos”. – A. G. 57 anos, trabalhou na PRECON como mecânico, reside em Anápolis desde 1970³¹. De forma unânime o discurso é apregoado no imaginário da classe trabalhadora.

³¹ Fonte dos depoimentos: Trabalho de campo, 2009.

Seguindo essa tendência, o Deputado Federal quando questionado acerca das vantagens do DAIA para o município reforça: “Arrecadação, atração de novos investimentos e novos recursos, geração de emprego, com isso garantia de renda, e isso reflete na qualidade de vida da população, tudo isso no campo econômico”.

O administrador do DAIA P. T. buscou propagar o discurso da empregabilidade proporcionado pelo Distrito de forma que em alguns aspectos o argumento se aproxima do senso comum:

Para Anápolis, o mais importante de tudo é a empregabilidade, é a inclusão de pessoas como trabalhador honesto, que ganha seu salário honestamente, com qualidade, todas as empresas do Distrito por uma questão do PRODUZIR, tem uma contrapartida onde as empresas são obrigadas, com os incentivos fiscais, elas se isentam de algumas taxas. Então tem uma contrapartida de inclusão social, de qualificação de mão-de-obra, de patrocínio ao esporte amador, tudo mais. Então as vantagens para região, não só pra Anápolis, mas pra região, porque hoje nós temos funcionários que moram em Goiânia, que moram em Goianápolis, em Nerópolis, em Leopoldo de Bulhões e trabalham no DAIA. Então quer dizer, essa *rede do bem*, essa rede dessa qualificação, essa rede da pessoa de bem com ela mesma, essa rede recebe um grande apoio das indústrias do DAIA nessa geração de emprego. Isso melhora a qualidade de vida, melhora o relacionamento entre as pessoas, melhora o padrão de vida de toda a sociedade. (Trabalho de campo, 2009)

Seu discurso já começa confundindo inclusão social com os empregos disponibilizados no DAIA. Posteriormente, destaca a relevância do alcance regional, pois parcela das vagas ofertadas serem ocupadas por trabalhadores oriundos das cidades próximas.

Na verdade esse aspecto não é só do emprego do DAIA, mas também atinge vagas em universidades, além de diversos serviços. No final do trecho o entrevistado chega a ser burlesco. Refere-se a uma *rede do bem*, diz que a geração de empregos gera uma “rede da pessoa de bem com ela mesma”, e atribui a melhora do relacionamento entre as pessoas a esse labor no DAIA, da qualidade de vida, e ainda a melhora do padrão de vida de toda a sociedade.

Outro aspecto percebido no trecho é a fantasiosa impressão de que as pessoas recebem o “apoio” das indústrias do Distrito. O entrevistado apresenta, de forma demagógica, uma visão na qual as indústrias possuem uma espécie de dádiva de conceder trabalho para a população, como se fizessem um favor. Porém a realidade não é essa. As indústrias estão ali instaladas, funcionando a partir sistema capitalista, que visa o lucro. E para atingi-lo necessita invariavelmente reduzir os custos de produção, e por aí passa o valor pago pelo trabalho a cada funcionário. Da mesma maneira, quando o trabalho humano tem a possibilidade de ser

substituído por trabalho mecanizado e o mesmo se apresenta em maior nível de produtividade, portanto significando mais lucro, não há apoio nem favores. A mão-de-obra humana é substituída de imediato.

As formas de se buscar essa redução dos custos mantendo as margens de lucro sofreram mutações ao longo do tempo. No Brasil, após a abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais as empresas se viram forçadas a rever alguns aspectos da relação capital x trabalho na busca de manterem-se competitivas frente ao mercado mundial (MENDONÇA, 2004).

De forma mais sóbria, porém mantendo discurso, W. J. presidente da CDL quando questionado acerca da importância do DAIA para a população anapolina responde:

A geração de emprego é muito grande. Não só para população anapolina, mas tem atraído muita gente pra cá em busca de emprego. E tem absorvido a mão-de-obra dessas cidades circunvizinhas que nós sabemos que são municípios muito menores, não oferecem muita coisa, apesar de Goiás estar passando por um *desenvolvimento total*, estão instalando usinas, algumas indústrias em determinados pontos desses municípios, mas com isso tem atraído essa nova mão-de-obra para cidade. Então junto à população eu tenho certeza que a geração de emprego é importante [...]. (Trabalho de campo, 2009, *grifo nosso*)

A fala pode ser analisada a partir do discurso desenvolvimentista da grande geração de emprego por parte do Distrito e também com a idéia de fortalecer e incentivar o dinamismo regional. E mesmo tendo tanta certeza dessa geração de emprego, em um trecho mais a frente o próprio entrevistado começa a (des)construir essa idéia quando questionado sobre o fato do comércio gerar mais empregos que a indústria:

Sim. Porque na indústria, a gente sabe que a alta tecnologia às vezes substitui a mão-de-obra. É o desenvolvimento natural do mundo. Mas esse desenvolvimento da indústria atrai essas grandes empresas que empregam muito mais mão-de-obra. Então o comércio ainda é o campeão da empregabilidade, da ocupação dessa mão-de-obra, muito mais que a prestação de serviços. Porque a prestação de serviços, vamos dizer hoje na área da construção civil ela é sazonal. Ela tem um pico, chegou a crise agora houve a estagnação, diminuiu e muito. Apesar da preocupação do governo federal agora de querer injetar recursos para não acontecer essas demissões que estão acontecendo. Mas é um fator natural, é um acontecimento que ninguém esperava, está aí e você vê que o comércio em si, a grande rede de micro e pequenos empresários que atuam nessa faixa do comércio, na ponta, não demitiu, aconteceu de ter admissão de mão-de-obra porque desenvolveu a cidade. (Trabalho de campo, 2009)

Apesar de atribuir à indústria a chegada de outras empresas, afirma que a tecnologia substitui a mão-de-obra no mundo e não seria diferente em Anápolis. E apresenta o comparativo no qual o comércio supera não só a indústria como também o setor de serviços atribuindo a esse o aspecto negativo que é a sazonalidade de alguns segmentos como a construção civil.

De fato o entrevistado tem razão como podemos observar através dos dados da Tabela 03 que traz a evolução, por período, do pessoal ocupado dividido em ramos de atividade para Goiás, Goiânia e Anápolis. Evidentemente Goiânia assume maior influência nos setores de serviço e comércio (com um considerável incremento do serviço na última década verificada), e pouca variação no percentual de participação da ocupação na indústria a cada período.

Tabela 03 – Pessoal ocupado por ramo de atividade

	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Pessoal ocupado em 1970								
Goiás	18514	26,58	32689	46,93	18446	26,48	69649	100
Goiânia	5812	25,95	10678	47,67	5911	26,39	22401	100
Anápolis	2981	40,13	2879	38,75	1569	21,12	7429	100
Pessoal ocupado em 1975								
Goiás	31532	26,36	53473	44,70	34627	28,94	119632	100
Goiânia	10933	24,31	20462	45,49	13587	30,21	44982	100
Anápolis	4467	41,87	4147	38,87	2056	19,27	10670	100
Pessoal ocupado em 1980								
Goiás	55131	31,52	70971	40,57	48829	27,91	174931	100
Goiânia	18409	25,34	29669	40,84	24576	33,83	72654	100
Anápolis	8937	50,98	5898	33,65	2694	15,37	17529	100
Pessoal ocupado em 1985								
Goiás	61465	30,96	88044	44,35	49025	24,69	198534	100
Goiânia	21868	27,21	37073	46,12	21441	26,67	80382	100
Anápolis	8575	46,15	7276	39,16	2729	14,69	18580	100
Pessoal ocupado em 1995								
Goiás	91354	26,99	154225	45,56	92908	27,45	338487	100
Goiânia	35668	21,66	71731	43,56	57270	34,78	164669	100
Anápolis	9280	32,71	12618	44,48	6471	22,81	28369	100

Fonte: Ipeadata baseado em dados quinquenais do IBGE

Obs. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

A visualização se torna mais fácil através do gráfico da figura 09, contendo também uma linha que representa o comércio e o serviço juntos. A capital Goiânia aqui é utilizada apenas como comparativo para vermos como Anápolis se comportou de forma semelhante à metrópole em relação ao número de pessoas ocupadas por ramo de atividade.

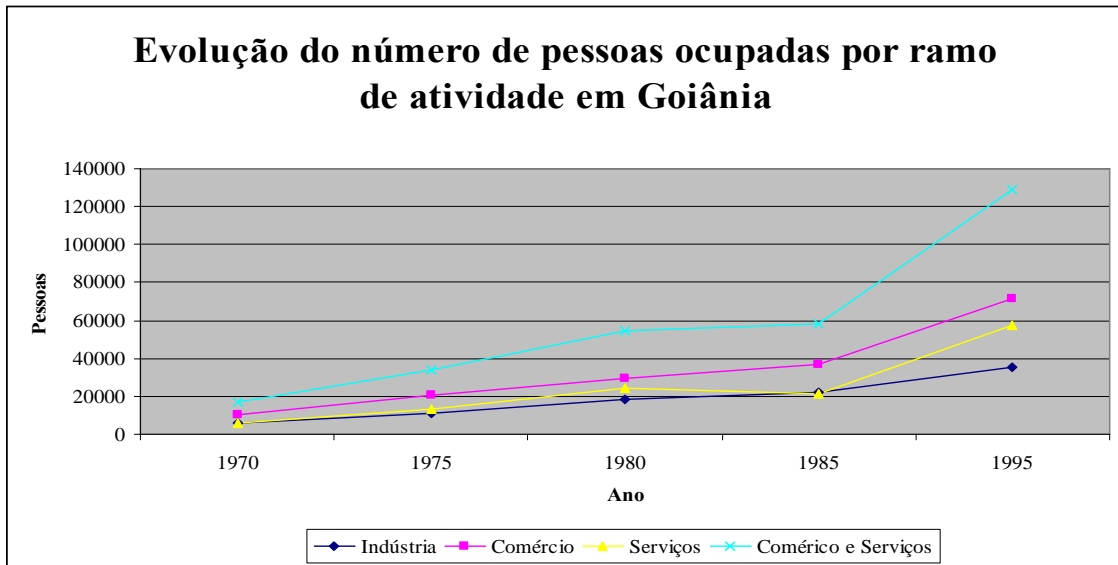


Figura 09

A figura 10 demonstra pouca diferença para o estado de Goiás. Percebemos as mesmas características quanto à participação do comércio, porém o serviço perde um pouco sua influência em relação à capital equiparando-se à indústria no que se refere ao pessoal ocupado.

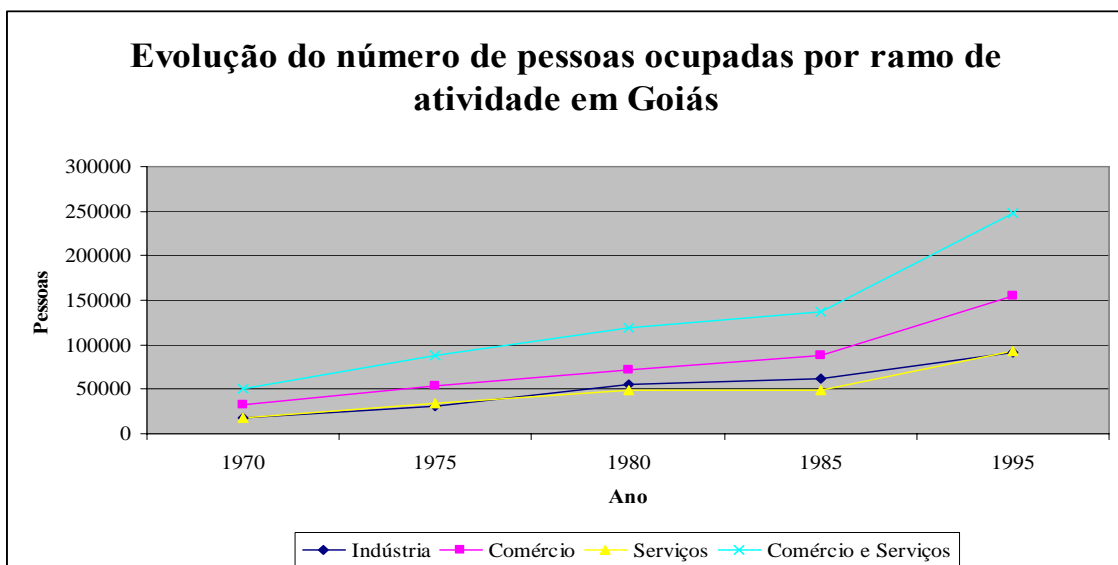


Figura 10

Porém é no município de Anápolis que estão as características mais intrigantes. Segundo a figura 11, podemos notar que tanto o comércio quanto o setor de serviços gradativamente aumentam o número de pessoas ocupadas e vão aumentando o seu percentual de participação. Já a indústria segue a mesma tendência apenas na primeira década analisada,

pois entre 1975 e 1980 há um forte incremento no índice, devido à implantação do DAIA. Mas esse número não sofre incremento nos 15 anos seguintes.

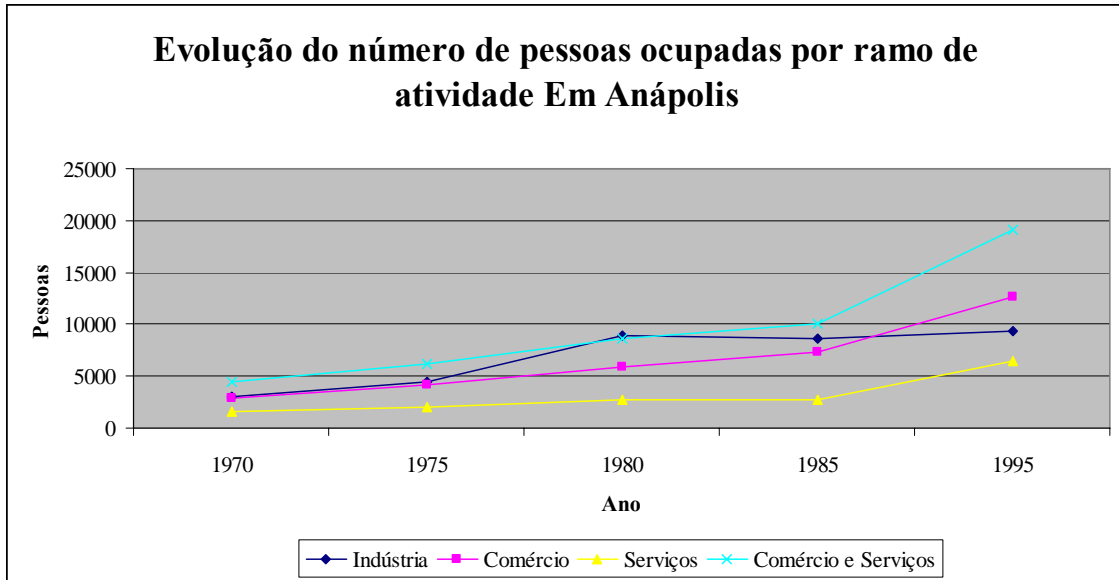


Figura 11

A figura 12 permite uma melhor visualização da perda da importância da indústria no número de postos ocupados por trabalhadores.

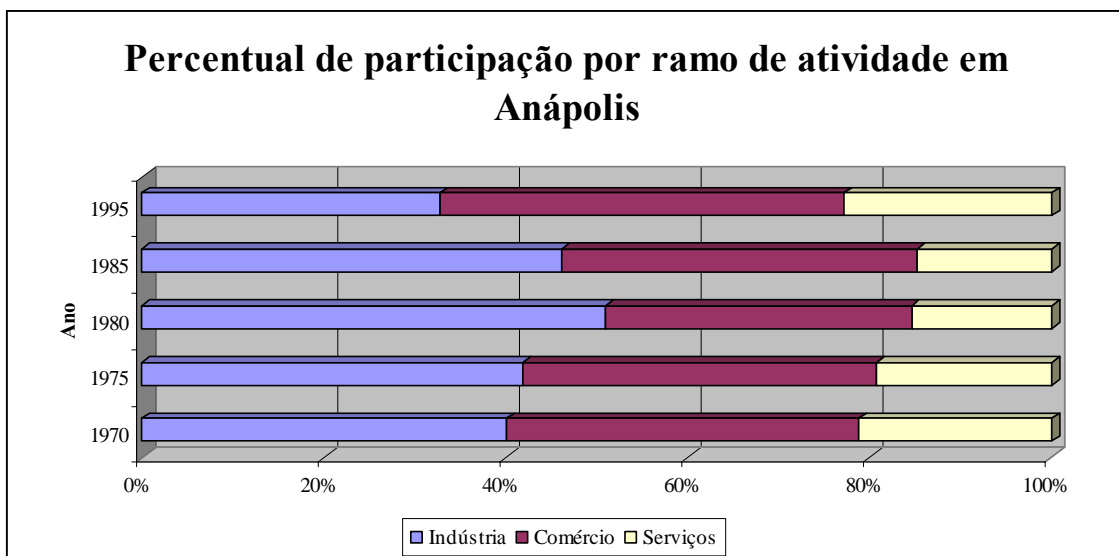


Figura 12

O percentual diminuiu principalmente após 1980, motivado por inovações tecnológicas que substituem a mão-de-obra como já discutido anteriormente. Nota-se também o aumento da participação do comércio e dos serviços, principalmente em 1995. Essas características ficam ainda mais marcantes quando percebemos que nos primeiros anos do Distrito eram apenas 12 indústrias, e em 1995 eram contabilizadas 53 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1996),

ou seja, um incremento de quase 350% no total de indústrias sendo que entre 1980 e 1995 reduziu-se em 18,27% o número de pessoal ocupado pela indústria anapolina³². Onde estão os tais empregos do DAIA? A fala de um dos entrevistados da classe trabalhadora evidencia esse aspecto por parte de quem vivenciou isso de perto. D. 54 anos diz:

Eu trabalhei de 1981 a 1993, foi na época que teve uma maior movimentação, a CEMINA tinha um grande número de funcionários, nesse período tinha uma movimentação de funcionários muito maior do que tem hoje. De uns tempos pra cá, apesar de ter aberto várias firmas, teve uma diminuição no número de empregos. A CEMINA tinha um número enorme de funcionário, eu não me lembro bem mais eu acredito que na faixa de uns cinco mil funcionários, e hoje tem trezentos. (Trabalho de campo, 2009)

Contrapondo-se a mítica “fábrica de empregos” por parte do Distrito Agroindustrial de Anápolis, temos um estudo monográfico realizado pela então concluinte do curso de Licenciatura em História Luzivânia Rodrigues Lima em Anápolis, que traz o título: *As transformações no mundo do trabalho em Anápolis: mitos e verdades (1930 – 2006)*. Nele a pesquisadora consegue levantar que apenas os estabelecimentos comerciais de uma importante avenida da cidade empregam mais trabalhadores que o DAIA. Trata-se da Avenida Brasil³³ (figura 13) onde já na década de 1980 haviam instaladas ao longo da mesma 47 empresas (Tabela 04) enquanto o DAIA contabilizava 12 indústrias na mesma década.

Tabela 04 – Empresas estabelecidas na Avenida Brasil 1940 a 2000

ANOS	NÚMEROS DE EMPRESAS
1940	03
1950	08
1960	08
1970	12
1980	47
1990	79
2000	223
TOTAL	380

Fonte: LIMA, 2008.

³² Essa redução se observa em números proporcionais e não absolutos.

³³ A Avenida Brasil surge da sugestão de um comerciante situado às margens da Rodovia BR-14 junto à Câmara dos Vereadores de Anápolis para que se implantasse ali uma Avenida, ainda na década de 1960. O então vereador João Furtado de Mendonça elabora um projeto que recebe aprovação. Na década de 1970 a Avenida é urbanizada sob a administração do prefeito Eurípedes Barsanulfo Junqueira (1974 – 1975) recebendo seu batismo final. Em 1980 ocorre a pavimentação e duplicação do trecho central (IV Batalhão da Polícia Militar até o DAIA), e em 1982 da parte Norte. (LIMA, 2008). A Avenida Brasil corta a cidade de Norte a Sul como uma espinha dorsal do município sendo que ao norte se localiza o Trevo de Corumbá e ao Sul encontra-se o DAIA e pela tipologia de eixo rodoviário, acabou por adensar o comércio e serviços regionais.

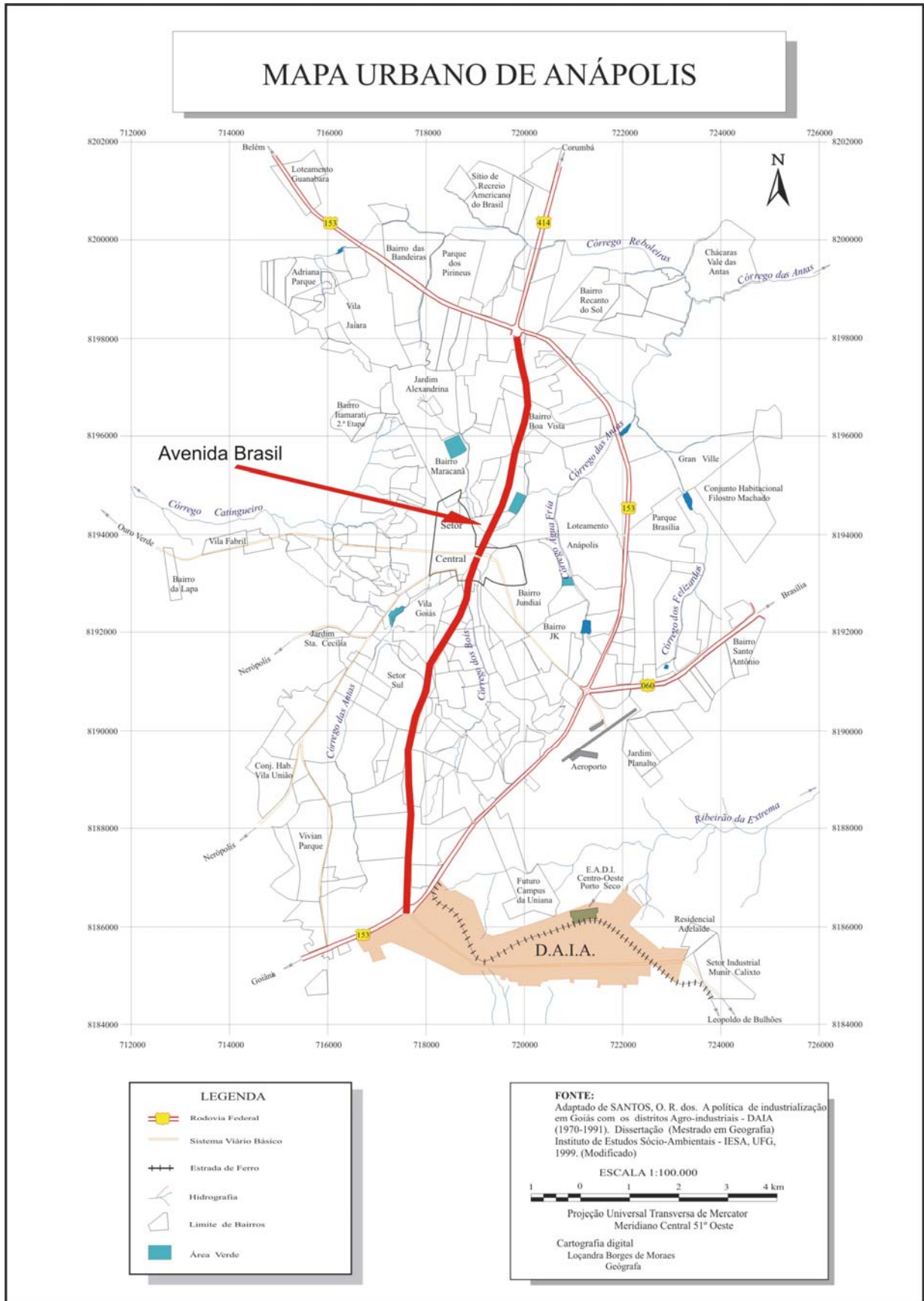


Figura 13: Localização da Avenida Brasil em Anápolis

Porém o dado mais marcante fica por parte do número de empregos disponibilizados pelas empresas instaladas ao longo da Avenida Brasil em comparação ao DAIA. Em 2006, somando todas as empresas da Avenida Brasil temos um total de 380 instaladas gerando 8.771 postos de trabalho³⁴ (Tabela 05), em contrapartida o DAIA gerou uma média de 7.600 postos³⁵ no mesmo ano (LIMA, 2008).

Referente aos dados da Avenida Brasil, juntando-se as Micro Empresas e as Empresas de Pequeno Porte temos 93,42% do total de empresas, porém respondendo por apenas 28,84% do total de empregos. Por outro lado as Empresas de Grande Porte significam somente 4,47% do total de empresas, mas empregam sozinhas 65,92% do total de empregos.

Tabela 05 – Número de empresas e de empregados na Avenida Brasil por porte

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE EMPRESAS	PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPRESAS	NÚMERO DE EMPREGADOS	PERCENTUAL DO TOTAL DE EMPREGOS	MÉDIA DE EMPREGADOS POR EMPRESA
Micro Empresas	273	71,84%	1043	11,89%	3,82
Empresas de Pequeno Porte	82	21,58%	1487	16,95%	18,13
Empresas de Médio Porte	8	2,11%	459	5,23%	57,38
Empresas de Grande Porte	17	4,47%	5782	65,92%	340,12
TOTAL GERAL	380	100,00%	8771	100,00%	23,08

Fonte: LIMA, 2008.

Essa característica se deve ao fato das Empresas de Grande Porte possuírem uma média de 340,12 empregados por empresa, enquanto as Micro e Pequenas empresas possuem uma média de 3,82 e 18,13 empregados respectivamente. No caso das Micro empresas verifica-se a grande quantidade de empreendimentos familiares. Isso não representa um dado positivo visto que apesar de uma média maior de empregados nas Empresas de Grande Porte, temos uma quantidade muito reduzida de proprietários desses empreendimentos, resultando assim numa maior concentração de renda.

É irônico o pouco esforço necessário para entendermos a fragilidade da afirmação na qual o DAIA é um poderoso gerador de empregos. As fábricas que ali chegam, ou que já estão, são modernas ou se modernizaram para manter a competitividade. E ao se modernizarem aumentam o desemprego estrutural no qual a mão-de-obra é substituída por máquinas e robôs de alta tecnologia e produtividade.

³⁴ Estes 8771 postos de trabalho são compostos de 8147 empregos formais e 624 informais.

³⁵ Destes 7200 são empregos diretos e 400 são indiretos.

As inovações tecnológicas promoveram a elevação da produtividade propiciando grandes dividendos para os proprietários dos meios de produção, todavia, também promoveu a diminuição brusca do trabalho vivo, ampliando o desemprego e complexificando as relações de trabalho, na medida em que os próprios trabalhadores, na busca pela sobrevivência, se rearranjaram diante da nova dinâmica controlada pelo capital. No rearranjo das relações sociais de trabalho é que as relações precarizadas sobressaíram, expressando novas formas de acumulação e um significativo desmonte da estrutura sindical até então existente. (MENDONÇA, 2004, p. 91)

Em 1982 o DAIA contabilizava apenas 12 empresas instaladas e mesmo assim gerava quase oito mil empregos (MACEDO, apud RIBEIRO, 2008, p. 109). Entre 1982 e 2006 o número de empresas subiu para 95 (aumento de 691%) e o número de empregados permaneceu abaixo de oito mil. O dado expõe o fato de que o avanço tecnológico atrelado ao desemprego estrutural impede, no setor industrial, que o índice de emprego acompanhe o aumento no número de fábricas, significando uma redução nas vagas ofertadas como mostra Antunes:

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo ou eliminando em muito tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria *valor*, ou suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *Lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”. Se, no apogeu do taylorismo/fordismo, a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam suas atividade laborativa, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta”, merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que, apesar disso, tem maiores índices de produtividade. (2002, p. 29 – 30. *Grifos do autor*).

Dessa forma aumenta-se o exército de trabalhadores desempregados, aumentando-se a oferta de mão-de-obra facilitando-se assim a redução dos salários e a desarticulação sindical. Esses são os efeitos da reestruturação produtiva do capital, e mais recentemente da precarização e flexibilização do trabalho. Dias pontua:

Não importa se nesse processo são eliminados postos de trabalho, isto é mero detalhe para os capitalistas. Busca-se destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas seus os coletivos. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado

ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão. (2003, p. 50).

Reflexo desse panorama foi a seleção de candidatos da montadora de veículos Hyundai que se implantou no DAIA onde “150 postos de trabalho foram disputados por mais de 6 mil candidatos” (RIBEIRO, 2008, p. 73).

Nem é preciso salientar que a análise se trata de apenas uma Avenida, desconsiderando todos os outros estabelecimentos encravados das demais ruas e avenidas do município. Como pode então, continuarem a repetir que o DAIA é um “poderoso gerador de empregos”, e que só traz benefícios à população anapolina? Apesar do IPEA³⁶ ter disponibilizado apenas dados até 1995 sobre o pessoal ocupado por ramo de atividade, o percentual de participação na indústria é ainda menor nos dias atuais. Isso corrobora a afirmação feita pelo historiador de que o comércio em Anápolis é movimentado muito mais pelos salários advindos do setor público e de serviços do que pelo setor industrial. Porém, os conflitos e contradições são inúmeros, como veremos a seguir buscando entender como se processam as disputas políticas, e a busca pelas conquistas dos interesses individuais por parte dos *atores* envolvidos.

2.3 Política, disputas, poder

Através das vozes, vimos até agora nesse segundo capítulo como foi construído o mito em torno do DAIA que o punha como gerador e mantenedor de todo o *desenvolvimento* ocorrido nos últimos 30 anos no município de Anápolis. E dentro desse mito desenvolvimentista fica claro a força que ganhou ao longo do tempo o discurso no qual o DAIA é também um grande gerador de emprego e renda para a população anapolina. Para enxergarmos por dentro e perceber como se urdiram essas tramas no município, é preciso entender que essas construções se deram de forma com que alguns *atores* executaram suas articulações inseridos em um *território* permeado por relações conflituosas de disputas e poder, tratando-se de classes distintas .

³⁶ Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

Segundo Marx; Engels, como classe social³⁷ temos: burguesia, proletariado e os proprietários rurais. Porém há outras classes que se aproximam das clássicas, ou surgiram dela. Aqui nos interessa diretamente o proletariado que representa a classe trabalhadora assalariada; e a burguesia de onde podemos extrair a classe empresarial, detentores do capital. A classe dos dirigentes políticos não raro deriva da classe empresarial, ou delas são representantes, muitas vezes com interesses comuns.

E a categoria *território*, que agora nos serve de cristalino, possibilitou a percepção de três *atores* nessas disputas territoriais, cada um representado por grupos que se mostram em classes: a classe trabalhadora (não hegemônica), e os reconhecidamente hegemônicos aqui representados pelo empresariado e os dirigentes políticos. Por se tratar de disputas territoriais, cada um desses *atores* (representando suas classes) busca satisfazer seus interesses e necessidades através de vários mecanismos, tratando-se também de disputas pelo poder. E os *atores* hegemônicos nesse sentido disputam cada um sua fatia, porém de forma individual e sem muita cooperação, ficando a classe trabalhadora a mercê dos desdobramentos desse jogo, pois não tem poder de decisão. Essa constatação fica evidente nas falas dos entrevistados.

A distinção desses *atores* se assemelha ao que segundo Santos (1988) compara com um jogo urbano, ou *um jogo de cartas*, no qual a cidade seria a mesa:

Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertençam. Há os políticos, técnicos e funcionários que representam o GOVERNO [...] existem as EMPRESAS que agem através de investimentos na indústria, no comércio e nos serviços, com especial destaque para o capital ligado aos ramos imobiliário e da construção civil, cujas ações têm reflexos diretos no meio urbano. Por fim entra a POPULAÇÃO, fragmentada nos mais diversos grupos (vizinhança, filiação política e religiosa, profissão, parentesco, afinidades...). (SANTOS, 1988, p.50, *grifos do autor*).

Partindo dos empresários, E. D. quando questionado sobre as desvantagens do DAIA nos revela o caráter individual desses empreendimentos que buscam manter sua sobrevivência no mercado de regras claras dominado pela concorrência:

A grande desvantagem que eu vejo no DAIA hoje é a questão que o meio empresarial do DAIA deveria ser mais unido, o DAIA ainda é um pouco desunido. O empresariado do DAIA hoje é muito: “eu cuido da minha

³⁷ “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir. (Nota de F. Engels à edição Inglesa de 1888).” (MARX, K.; ENGELS, F., 1998, p. 4).

firma, você cuida da sua”. O pólo ainda não tem uma visão única, nós somos um Distrito, mas temos que defender uma bandeira única. Então há uma grande dificuldade em modificar a visão do empresariado do DAIA, eu vejo isso. (Trabalho de campo, 2009)

Essas são as condições e o comentário não traz nada de anômalo, principalmente pelo mercado se basear em competitividade. Porém se ampliarmos o escopo introduzindo o outro ator hegemônico, a classe política (cientes aqui que a classe política não se desvincula da empresarial), veremos muitas outras farpas trocadas. Os principais conflitos identificados passam por atritos entre as esferas administrativas, mudanças de governo, nomeações, disputas políticas e partidárias.

Após a implantação do DAIA algumas empresas com boa representatividade ali se instalaram como a PRECON (Junho de 1976) e a CEMINA (Agosto de 1978, hoje CECRISA). Porém, no início o Distrito não conseguiu atrair muitas empresas sendo que até 1982 haviam 12 indústrias implantadas. Na ocasião o presidente da república era Ernesto Geisel (1974 – 1979), enquanto Irapuã Costa Júnior (1975 – 1979) era o governador do estado de Goiás. Irapuã nomeou então Sultan Falluh, um empresário anapolino para presidir a Goiasindustrial³⁸ com a missão de implantar o DAIA. Segundo o presidente da CDL W. J.:

Aí veio o advento do DAIA, o DAIA foi criado no governo Geisel, inclusive um anapolino esteve naquela época no Goiasindustrial, inclusive fazendo a implantação do DAIA, no governo estadual do Irapuã Costa Júnior, quando nomeou o empresário Sultan Falluh, daqui de Anápolis, para que realmente ele implantasse o DAIA. Assim foi feito, houve um tempo áureo também na implantação do DAIA naquele período, porque todo distrito agroindustrial atrai num primeiro momento grandes empresas, porque o empresário visualiza, se está implantando um distrito no Centro-Oeste brasileiro é porque o Centro-Oeste, naquele período já existia a projeção que seria realmente a parte do país com maior desenvolvimento, e está se provando isso hoje. (Trabalho de campo, 2009)

Essa projeção de que o Centro-Oeste passaria por um acentuado *desenvolvimento* se baseia desde a “Marcha para o Oeste” até a construção de Brasília e também a implantação da Base Aérea. Após estudos feitos considerando-se questões de tráfego aéreo e interferências de rádio, além da proximidade com Brasília, Anápolis é escolhida como o local ideal para a construção da primeira Base Aérea capaz de receber aviões supersônicos, com a função de defender a Capital Federal. Suas obras tem início em fevereiro de 1970 e a inauguração ocorre em 1972. Essa implantação reflete no crescimento demográfico do município devido ao

³⁸ Companhia dos Distritos Industriais de Goiás – Criado em 1970 visava orientar as políticas públicas de industrialização no estado de Goiás.

umentando o fluxo migratório para Anápolis para compor o quadro de militares demandados pelo projeto. Na década de 1940 a taxa de crescimento da população urbana era de 2,5% ao ano, e entre as décadas de 1970 e 1980 sobe para 5,5%, sendo atribuído ao incremento da taxa a construção da BAAN e a implantação do DAIA (BRITO, 2007).

Em 28 de agosto de 1973 com a implantação da Base Aérea de Anápolis – BAAN o município passou a ter o *status* de área de segurança nacional, e os cargos administrativos passaram a ser ocupados por nomeação. Na mesma data o então prefeito eleito José Batista Júnior tem seu mandato cassado por ordem do presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que usou como argumento o fato de Anápolis ter passado a ser área de segurança nacional, portanto deveria ter um prefeito indicado pelo Governo Central. Irapuã Costa Júnior toma posse então como prefeito de Anápolis em 29 de Agosto de 1973 e seu mandato foi até 16 de Maio de 1974 durando oito meses e dezesseis dias, sendo que no ano seguinte seria nomeado governador do estado de Goiás. Sobre esse período político de Anápolis, Polonial escreve:

O mandato do prefeito eleito, José Batista Júnior, foi curto, pois tomou posse em 31 de janeiro de 1973 e foi deposto em 28 de agosto do mesmo ano, quando foi cassado pelo Regime Militar, o que levou à suspensão dos seus direitos políticos. Esse ato arbitrário só foi possível porque a cidade foi decretada área de segurança Nacional e desde então, e até 1985, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente da República. (POLONIAL, 2007, p. 111)

O período entre 1973 e 1986 é considerado por Brito (2007) como sendo de “intenso processo de descontinuidade administrativa”, somente sendo retomada em 1985 com o retorno do voto direto:

A instalação da Base Aérea, por sua vez, contribuiu sobremaneira na definição dos aspectos político-administrativos pela ruptura feita ao processo democrático de escolha direta de seus prefeitos. Anápolis foi declarada Área de Segurança Nacional a partir de 1973, as eleições majoritárias foram suspensas e os prefeitos passaram a ser nomeados. No período de 1973 a 1986 foram dez prefeitos caracterizando um intenso processo de descontinuidade administrativa. Sua autonomia administrativa só foi recuperada em 1985. (BRITO, 2007, p. 84)

A Tabela 06 ilustra bem a descontinuidade em relação a quantidade de prefeitos nomeados em um curto período no executivo municipal de Anápolis, e não descontinuidade em relação à ideologias partidárias visto que o PDS surgiu da ARENA e como todos eram

indicados pelos governos militares não podia haver oposição (o que poderia ser visto como continuidade). A única distorção é o aparecimento do PMDB na última eleição.

Tabela 06 – Prefeitos indicados em Anápolis e partidos políticos 1973 a 1985

PREFEITO	ANO	PARTIDO
Irapuan Costa Júnior	1973-1974	ARENA
Eurípides Junqueira	1974-1975	ARENA
Jamel Cecílio	1975-1978	ARENA
Lincoln Gomes de Almeida	1978-1979	ARENA
Decil de Sá Abreu	1979-1980	ARENA/PDS
Wolney Martins de Araújo	1980-1982	PDS
Fernão Ivan	1982	PDS
Olímpio Ferreira Sobrinho	1982-1983	PDS
Anapolino de Faria	1983-1985	PMDB

Fonte: Polonial, 2007.

Posteriormente, na esfera estadual, houve diversas trocas de governadores³⁹, algumas por nomeação, que na opinião do presidente da CDL acabaram por desviar o foco da política de *desenvolvimento* via distritos agroindustriais. E mesmo com o retorno do voto direto⁴⁰ o Distrito não consegue retomar o ritmo de crescimento e entra em declínio. Assim continua a afirmar o entrevistado:

Aí houve troca de governos, naquela época o Irapuã era nomeado, área de segurança nacional, aí vem a troca de governo, diversos governos passaram por aí, quando entrou outros administradores do estado, e alguns deles realmente, fecharam os olhos para Anápolis, para o Distrito Agroindustrial que vinha numa pujança muito grande com várias empresas se instalando. Mas de repente acho que fecharam as portas, dificultaram a chegada de novas e dificultaram a permanência de algumas dessas grandes que aí estão ou estiveram. E com isso houve a estagnação do Distrito Agroindustrial de Anápolis, passado aí um período de 16 anos aproximadamente, que foi virado as costas realmente para a industrialização de Anápolis. (Trabalho de campo, 2009)

W. J. presidente da CDL considera que no período que vai de 1983 a 1999 (período governado pelo PMDB), foi “virado as costas” para o setor industrial de Anápolis prejudicando o *desenvolvimento* do Distrito. Outro entrevistado corrobora esse fato em sua exclamação:

³⁹ Posteriormente ao mandato de Irapuã Costa Júnior tivemos, por nomeação: José Luiz Bittencourt (interino) 1979; Irapuan Costa Júnior 1979; Ary Ribeiro Valadão-1979 a 1983. Por voto direto: Iris Rezende-1983 a 1986; Onofre Quinan-1986 a 1987; Henrique Santillo-1987 a 1991; Iris Rezende-1991 a 1994; Agenor Rodrigues de Rezende-1994 a 1995; Maguito Vilela 1995 a 1998; Naphtali Alves de Sousa-1998; Helenês Cândido-1998 a 1999; Marconi Perillo – 1999 a 2006; Alcides Rodrigues – 2006 aos dias atuais.

⁴⁰ Através da Emenda constitucional n. 15 de 19 de novembro de 1980, o voto direto nas eleições para Governador de Estado e para Senador da República é restabelecido, ainda sob a vigência da Constituição de 1967.

Quando eu fui para o DAIA em meados de 1998, um colega meu, empresário aqui em Anápolis falou assim: “não, o DAIA é cemitério de empresa”. Por quê? Porque no período de 90 o DAIA ficou esquecido pelo governo. Não tinha investimento no DAIA, não tinha infra-estrutura, não tinha benefício para empresário, não tinha incentivo fiscal, o governo largou o DAIA. O DAIA é administrado pelo governo estadual, puxado por Goiânia, o governo estadual na época estava nas mãos do Maguito Vilela e o foco deles era o Sudoeste Goiano. Então Anápolis ficou esquecida e o DAIA ficou praticamente morto. Aquelas empresas que tinham lá não cresciam, ninguém expandia, não tinha nada. Quando o Marconi Perillo entrou (Anápolis praticamente elegeu Marconi Perillo no segundo mandato), pois teve mais de oitenta e cinco por cento de aprovação aqui na cidade de Anápolis. E aí ele é que começou a incentivar novamente. O que ele fez? Pegou um cara de Anápolis, botou pra ser o diretor da GOIASINDUSTRIAL, e aí Anápolis começou a ser desenvolvida. Mudou-se a política, tinha muitos prédios fechados e não podia alugar, não podia fazer nada, porque a política do GOIASINDUSTRIAL não permitia locação de imóveis lá dentro, não tinha como vender, tava uma burocracia feia. E esse camarada, Luiz Medeiros, ele mudou a política, a gestão e teve a possibilidade que pessoas pudessem locar imóveis no DAIA. O que aconteceu? Muitas outras indústrias foram chegando, mexeu com o empresariado, e hoje graças a Deus o DAIA é uma boa realidade pra nós, é uma grata realidade, porque cada dia e ano que passa o DAIA fica maior. Toda vez que você for no DAIA você vai ver uma indústria em implantação, uma outra em expansão e isso pra nós foi muito positivo. (Trabalho de campo, 2009)

O entrevistado apresenta fatos mais recentes e atribui a falta de investimentos no Distrito ao governo Maguito Vilela (1995-1998), e sinaliza um aspecto importante que é o fato do DAIA ser administrado pelo governo estadual com sede na capital o que prejudicaria o *desenvolvimento* do Distrito. Isso fica evidente quando o mesmo usa a expressão “puxado por Goiânia”. E segue dizendo que a reestruturação do DAIA veio apenas quando foi nomeado um representante de Anápolis para a direção da Goiasindustrial, na ocasião Luiz Medeiros, indicado pelo então governador Marconi Perillo. Esse “olhar” ou “virar as costas” tanto para Anápolis como para a industrialização, expõe o fato de haver diversas disputas políticas regionais. Assim também exemplifica W. J. quando diz:

Existiu um período realmente de queda no faturamento nas empresas, mas sempre chegando novas empresas em Anápolis, que vinha contrabalançar isso. Aí veio o governo Marconi Perillo, foi exatamente esse governo que voltou os olhos para cidade de Anápolis. Eu acho que por ele ter uma aproximação muito grande com o senador Henrique Santilo, que também escolheu Anápolis para fixar sua moradia, quando ele veio de Ribeirão Preto, terminou medicina, foi professor na Universidade Federal de Ribeirão Preto, veio para Anápolis instalar seu consultório médico e ingressou na política, chegando até ministro, senador da república e governador. Então Marconi Perillo realmente é uma cria daquela época do

Henrique Santillo. Parece que por isso ele criou também um amor por Anápolis, diretamente ligado com Henrique Santilo, acho que por isso ele criou esse vínculo com Anápolis, e quando se tornou governador, realmente viu que o DAIA precisava ser reestruturado, porque estava acabado, a estagnação realmente, nós pudemos presenciar isso, o DAIA realmente ficou estagnado e acabado. A preocupação também, das entidades classistas de Anápolis foi junto ao governo do estado sempre pleitear secretaria de indústria e comércio do estado de Goiás para Anápolis, porque nós visualizávamos o DAIA, precisava revitalizar o DAIA, e só assim seria feito se realmente tivéssemos alguém da nossa cidade, do nosso município lá. (Trabalho de campo, 2009)

Atribuindo a atenção dada ao município como “amor” o entrevistado também atribui a revitalização do DAIA à administração de Marconi Ferreira Perillo, por ele tido como “cria do Henrique Santillo⁴¹”. Soma-se a isso a pressão dos órgãos de classe junto ao governo em questão na busca de representatividade via Secretaria de Indústria e Comércio do estado, revelando então mais facetas do jogo político na busca de conquistas de seus interesses.

Esse aspecto também está presente na fala de um dos entrevistados A. G. 57 anos, que trabalhou no DAIA afirmando a positividade do governo Marconi Perillo para o Distrito em detrimento do governo de Maguito Vilela:

Vou citar o exemplo do governo do Maguito, foi um péssimo governo. Quando eu trabalhei lá eu vi as firmas, como dizem descadeirada. A partir do momento que entrou o Marconi, dois mandatos, o DAIA estourou. E aí o que é que estourou também, Anápolis. Você vê que Anápolis cresceu o dobro do que era esperado. (Trabalho de campo, 2009)

Marconi Perillo assume o Governo do Estado de Goiás em Janeiro de 1999 e é reeleito cumprindo mandato até Março de 2006. Seu plano de Governo expresso no Plano Puri-Anual 2000–2003 se configura na intenção de modernizar a gestão pública inserindo o estado na economia nacional e internacional, e também integrar os elos das cadeias produtivas existentes no estado, visando agregar valor industrial rompendo a histórica condição de exportador de matérias-primas. O segundo PPA 2004–2007 não busca mudar os rumos do primeiro plano, provocando na verdade “um aprofundamento da inserção subordinada do sistema produtivo local ao mercado nacional e internacional” (MORAES, 2004). Essa linha apresenta grande confiança no mercado como instrumento de *desenvolvimento* se mostrando

⁴¹ Henrique Antônio Santillo nasceu em 1937 e é natural de Ribeirão Preto. Formou-se em Medicina em 1963 na Universidade Federal de Minas Gerais e exerceu vários mandatos políticos sendo: Vereador em Anápolis (1965-1969), Prefeito de Anápolis (1969-1972), Deputado Estadual (1975-1979), Senador da República (1979-1987), Governador do Estado de Goiás (1987-1991), Ministro da Saúde (1993-1995), Secretário de Saúde de Goiás (1999). Veio a óbito em 2002.

em sintonia com políticas neoliberais amplamente difundidas nacional e internacionalmente nesse período.

As diferenças dos governos anteriores param por aí. Em entrevista ao *Jornal Opção* o professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás Pedro Célio Alves Borges ao ser questionado sobre a diferença dos governos do PSDB e do PMDB diz:

[...] Qual é a diferença básica? Teria dificuldades em dizer, por mais que eu tenha as informações disponíveis de um e de outro. A diferença qualitativa é muito pequena. Traduzo essa ênfase estratégica no modelo de gestão ou nas opções administrativas de um e de outro como *marcas de época*. O governo de Marconi Perillo - muito mais do que o período do PMDB ou de Íris Rezende - coincide com uma inserção fortíssima do Brasil em uma economia ou em um mundo de negócios transnacionais, onde a própria concepção de direito trabalhista é diferenciada, as concepções de democracia e de cidadania se aproximam da prestação de serviços, em uma realidade em que o Estado já contava com uma boa base da infra-estrutura realizada. *É a marca de época*. Há uma sensibilidade, há um mérito muito grande do governante que sabe entender isso, e inegavelmente os dois mandatos de Marconi Perillo traduziram isso muito bem. (BORGES, 2006, p. 03)

Pedro Célio considera a capacidade de Marconi Perillo em entender as transformações pelas quais o país e o mundo passava como mérito dizendo que ele soube entender a “marca da época”, direcionando para o mesmo rumo as ações de seu governo. Tais marcas seriam, naquele momento a inserção do Brasil no mundo de negócios transnacionais, sendo que o estado já contava com uma base de infra-estrutura realizada. A diferença em relação ao governo de Íris Rezende (herdado por Maguito) seria na estratégia do modelo de gestão. Com essas ações o então governador Marconi Perillo busca apregoar a idéia de modernização de Goiás através do *Tempo Novo*, mas que não alterou as estruturas políticas do estado:

[...] os recursos de comunicação e de marketing pesam muito. As expressões *Tempo Novo* e *Tempo Velho* fazem parte do discurso do grupo de Marconi Perillo, não é o discurso do analista. E quando repete esse discurso, o analista praticamente está referendado ou reproduzindo com ares de cientificidade a voz da própria fonte. O PMDB, por ser opositor, não aceita isso, e os grupos da esquerda do espectro político também não comungam com essa idéia. Nossos discursos e nossas referências de interpretação nós os retiramos das próprias vozes que estão envolvidas nas disputas políticas, mas temos que ter um parâmetro mínimo para procurar regularidades um pouco diferentes em relação a essa. As regularidades no processo político são mais sólidas, são mais permanentes do que essas mudanças ocasionais de grupos no poder ou, no máximo, de alternância. (BORGES, 2006, p. 02)

Portanto observando-se as características no exercício do poder não temos grandes diferenças entre o governo do PMDB e do PSDB por vezes tido como *Tempo Velho* e *Tempo Novo* respectivamente. Não houve mudança de regime político, tampouco nas forças sociais que sustentaram o poder político. Houve na realidade uma alternância dos grupos de poder onde os jogos e interesses desse poder preservando suas características.

Marconi e seu governo do *Tempo Novo* utilizou de estratégias de *marketing político* que seguem a lógica do mercado buscando agir mais no desejo do que nas necessidades da população. Dessa forma os partidos políticos e as lideranças são como empresários políticos oferecendo suas mercadorias, ou seja, ideologias, programas de governo e candidatos. (BORGES, 2000b).

Na tentativa de fazer uma síntese, o administrador da CDL descreve a sua visão sobre a política do Estado e também do município de Anápolis.

O que aconteceu nesses últimos 26 anos, vamos dizer assim quase 30 anos, foi realmente uma má vontade política em olhar a parte econômica da cidade. Se preocuparam muito com política. Eles preocuparam tanto com política que prejudicou a ala política do nosso município. Nós chegamos a ter quatro deputados, cinco deputados estaduais, três federais e o senador Henrique Santilo. Hoje nós temos um federal e um estadual. Então veio caindo, por causa da briga política que existe aqui no município. Então as forças políticas aqui no nosso município dividem demais, não se unem. É uma preocupação muito grande, nós já começamos a tratar isso com alguns presidentes de partido, muito aleatoriamente, vamos ver se trabalhamos a partir de fevereiro de 2009, começar a reunir os presidentes dos partidos para achar uma solução exatamente para 2010. (Trabalho de campo, 2009)

O entrevistado mostra preocupação com a pouca representatividade atual do município no cenário estadual e nacional. E indica que as entidades de classe já estão se organizando para contornar o problema pra as eleições de 2010. E segue dizendo que os partidos políticos não se entendem entre eles mesmos:

E inconcebível Anápolis com 217 mil eleitores não conseguir fazer três a quatro deputados estaduais e uns dois federais. Por quê? Porque eles mesmos não se entendem, os partidos não se entendem. E tem um limite de candidatos que cada partido pode colocar. Então, em vez de escolher dois ou três bons que captam votos, eles enchem de qualquer pessoas. Então vem pessoas de outros municípios aqui e levam bastante votos. Sandes Júnior foi assim, levou muitos votos de Anápolis. Mara Naves de Goianésia, levou muitos votos de Anápolis. Lamis Cosac da região da Estrada de Ferro, levou muito voto de Anápolis e outras pessoas. Porquê? Porque aqui não tem união. Se os partidos tivessem união aqui, não aconteceria isso. (Trabalho de campo, 2009)

A fala alerta para o fato da representatividade política que Anápolis já teve e que se perdeu com o tempo (Tabela 07). Atribui a isso uma “má vontade política” onde os partidos se perdem numa disputa não só entre os mesmos, mas disputas internas também. E sinaliza que as entidades de classe tem consciência desses problemas, sabe que são prejudiciais para o município e já buscam soluções.

Tabela 07 – Representação de Anápolis – Eleições de 1982 a 2006 / Legislativo

ANO	BANCADA FEDERAL	BANCADA ESTADUAL
1982	2 (PMDB)	4 (PMDB-3/PDS-1)
1986	2 (PMDB/PFL)	4 (PMDB)
1990	Sem representação	1 (PDS)
1994	2 (PMDB/PP)	2 (PP/PT)
1998	2 (PMDB/PL)	2 (PMDB/PT)
2002	1 (PT)	1 (PSDB)
2006	1 (PT)	1 (PTB)

Fonte: Polonial, 2007.

É importante observar que essa busca pela união dos diferentes grupos políticos é motivada não pelas necessidades da população, mas pelos interesses do capital. Essa falta de sintonia entre os partidos acaba por refletir na parte econômica o que acaba incomodando as entidades de classe. Assim os grupos que tem divergências políticas ou ideológicas acabam sendo colocados como vilões, atrapalhando o *desenvolvimento* do município. Não é considerada a possibilidade de haver projetos políticos diferenciados. Isso fica evidente no trecho a seguir onde W. J. da CDL diz:

Não adianta olhar só a área social e esquecer a segurança, olhar o social também e esquecer a saúde, olhar a saúde e esquecer a parte econômica do município. [...] Então a culpa é só dos partidos políticos. A culpa não é da população não. A população às vezes é enganada é lesada, vem esse pessoal de fora, buscar esses votos aqui e atrapalham eleger o pessoal de Anápolis. (Trabalho de campo, 2009)

Além de reclamar da suposta desunião e da falta de um olhar amplo para o município, o entrevistado deposita uma esperança no atual prefeito eleito Antonio Gomide, do PT, que até então não *pusera os pés* na administração de Anápolis. Esperança essa calcada na possível facilidade de comunicação com a esfera federal de mesmo partido, W. J. continua:

Se tivesse união os prefeitos realmente eleitos aqui voltariam as vistas para a cidade como um todo, não para parte política, mas a parte econômica, social da cidade, parte de saúde, segurança que deixou a desejar nesses últimos anos, realmente tem deixado a desejar. A nossa esperança é que no governo do Antônio Roberto Gomide, governo novo, do PT que nunca assumiu Anápolis, apesar de que o Rubens Otoni aqui de Anápolis foi candidato duas ou três vezes, mas não ganhou, foi deputado estadual, deputado federal, mas para prefeitura não logrou êxito. Então foi uma série de fatores que aconteceram nessa última eleição agora, culminando com a eleição de Antônio Roberto Gomide, que é um partido pela primeira vez assumindo a direção do município, tem ventos favoráveis do irmão que foi eleito deputado federal pelo PT e tem um acesso muito grande com o governo federal, com o Lula, então ele tem que aproveitar esses dois anos. Nós estamos com muita esperança na administração dele, esperamos que ele revolucione a administração municipal, que implante justamente uma administração moderna na cidade, e olhe para frente, para os horizontes. (Trabalho de campo, 2009)

Sobre as divergências políticas e a pouca representatividade de Anápolis no cenário nacional o Deputado Federal R. O. expõe:

Os partidos tem que se organizar pra poder se representar, pra ter candidatos atuantes, pra ter candidatos competitivos, pra ter candidatos que possam merecer o voto da população, então eu acho que isso é um desafio. Eu concordo que precisamos aumentar a representação política no município, mas ela não passa apenas por parcerias, passa pela organização dos partidos e pelo interesse das lideranças de poderem participar do processo político. A maioria das pessoas que falam isso quando as convida para participar do processo político elas não querem. (Trabalho de campo, 2009)

O entrevistado discorda da idéia de que apenas parcerias entre partidos seja suficiente para aumentar a representatividade do município, a questão está muito mais na organização interna de cada partido. Ele concorda que se deve buscar aumentar a representação, porém aponta a falta de interesse das mesmas lideranças que reclamam da desunião dos grupos políticos, que quando chamados a participarem do processo se negam. Isso demonstra mais claramente a busca de interesses particulares por parte de cada um dos grupos.

Nas duas esferas da administração (municipal e estadual), encontramos outras nuances dessas disputas políticas que possuem desdobramentos territoriais entre os diversos sujeitos em questão. M. M. empresário entrevistado, expõe um fato entendido por ele como sendo uma das tentativas por parte de alguns governos no âmbito estadual, de reduzirem a força de Anápolis:

Nós tivemos em Anápolis várias tentativas de diminuir a força política da cidade através de governos que não ajudaram. A gente sabe, eu sei que ao longo da história que essas tentativas, elas conseguiram tirar alguma coisa,

mas não conseguiram matar a cidade. Então a cidade sobreviveu embora tenha tido golpes duros. Eu diria, por exemplo, só pra ter uma coisa mais visível, essa estrada que foi tirada do Vale do São Patrício⁴², no caso de Goianésia, Jaraguá, diretamente cortando por São Francisco e entrando por Goiânia. Embora tenha sido feito um trecho menor, que melhorou o trânsito de quem saía do vale do São Patrício para Goiânia, isso prejudicou demais Anápolis, porque as pessoas valorizaram mais Goiânia inclusive na parte de comércio atacadista, em detrimento da cidade. Então se tivesse, por exemplo, feito uma duplicação de uma rodovia, por exemplo, até Ceres, pra facilitar o escoamento do vale do São Patrício pra Anápolis, aí sim seria uma outra história, melhor ainda. Enfim tem várias coisas, vários aspectos que tem que considerar que a cidade poderia melhorar, poderia estar melhor. (Trabalho de campo, 2009)

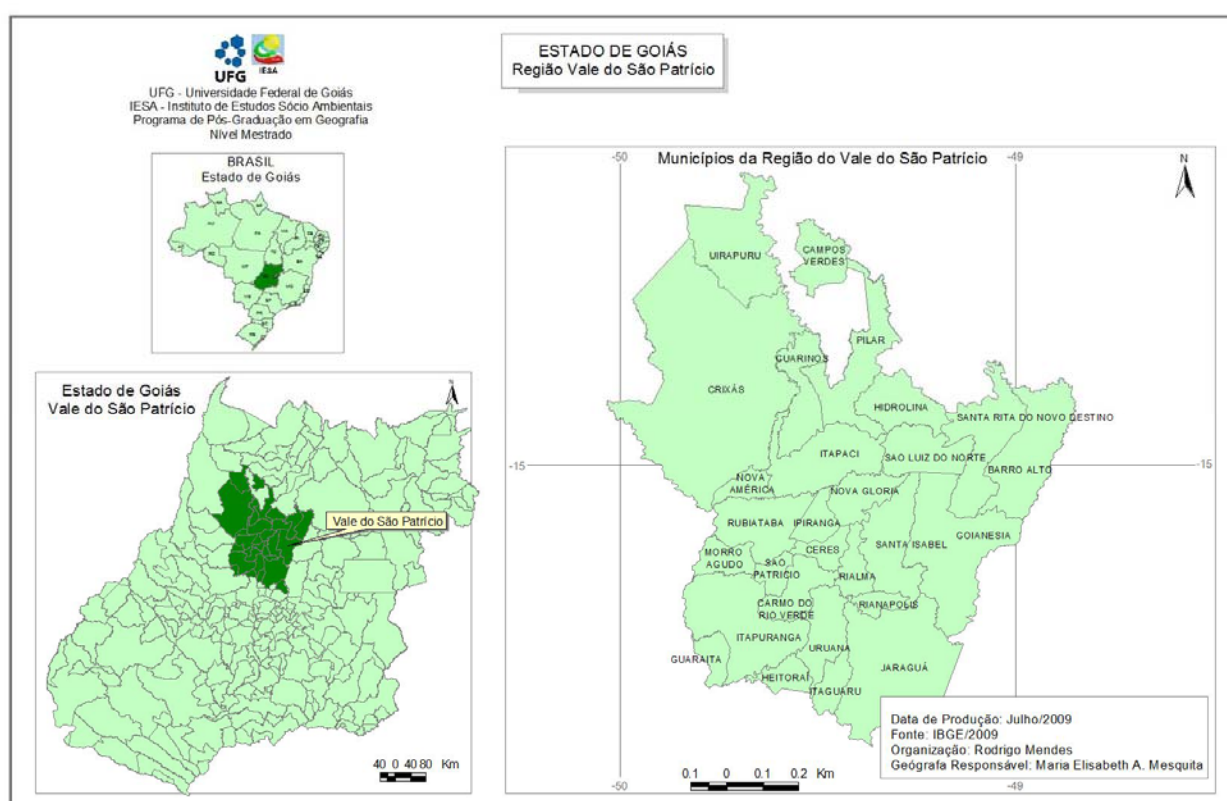


Figura 14 – Mapa de localização do Vale do São Patrício

O trecho mencionado se refere a uma parte da rodovia GO-080 (Figura 15), que na ocasião acabou por desviar o fluxo que partia do Vale do São Patrício e passava por Anápolis

⁴² A Região do Vale do São Patrício (Figura 14) abrange uma área de 35.978,3 km², localizada na mesoregião de Goiânia e microrregião de Ceres, ficando a menos de 200 km de distância da capital e de fácil acesso à Anápolis, Brasília e Norte do Estado. É uma das importantes regiões do estado de Goiás teve sua ocupação e *desenvolvimento* impulsionados pela criação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1941, que trouxe para esta região colonos de vários estados brasileiros e também de outros países. É constituída de 22 municípios: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraitá, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luís do Norte, São Patrício e Urubiana.

para então seguir para outras localidades. Isso mostra como algumas obras executadas pelo governo estadual podem privilegiar algumas regiões ou cidades em detrimento de outras, sendo que os planejamentos dessas obras são feitos considerando-se em alguns casos, interesses de quem os elabora e os põe em prática.

O entrevistado sugere que caso fosse construído uma duplicação entre Anápolis e Ceres (trecho da BR-153), o município teria atingido o nível de *desenvolvimento* melhor e manteria a cidade como um dos principais pólos.

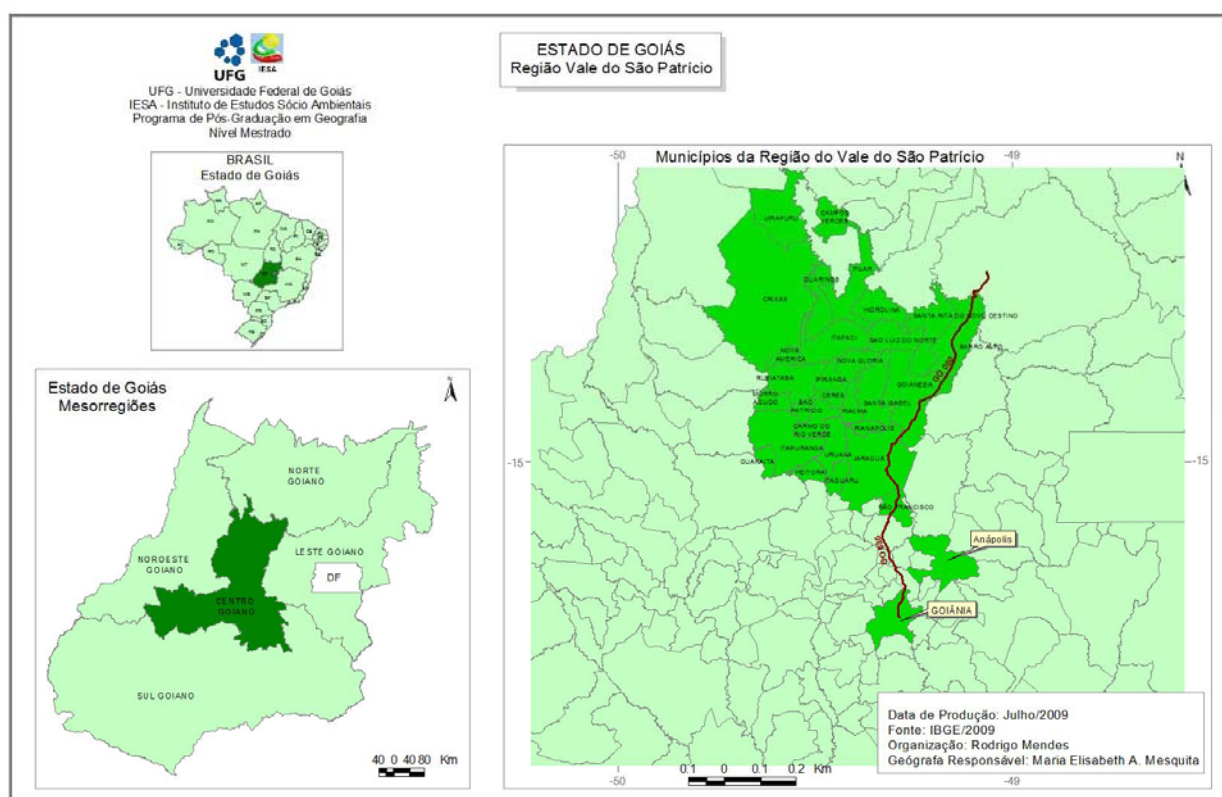


Figura 15 – GO-080 - Ligação rodoviária entre o Vale do São Patrício e Goiânia

E essas disputas não ficam restritas à esfera estadual como percebemos na continuação da entrevista de M. M. que expõe a fragilidade da comunicação e cooperação entre a Prefeitura e o DAIA:

Outro dado interessante, porque isso é fundamental, a cidade, por parte do executivo, os prefeitos, eles nunca preocupam em tomar medidas de ser popular com o Distrito. Acredito que a cidade tem que abraçar o Distrito como se fosse e se fizesse parte dela. E isso é o contrário, fazem exatamente o contrário. Então todos os prefeitos, todos, sem exceção, até agora. Não sei esse novo que chegou aqui. Todos, eles tem uma certa restrição em dizer. Eles falam que o Distrito faz parte da cidade, mas só na hora de engrandecer

alguma coisa, mas de fato eles teriam que vir e incentivar o Distrito e ser mais ligado com o Distrito. Na verdade todos se distanciaram. Eles não procuram integrar. Então acho que teria que ter uma integração melhor do executivo municipal com o Distrito, até pra saber quais são as dificuldades e o próprio Distrito saber quais são as dificuldades do executivo. Muitas empresas aqui do DAIA ajudam, patrocinam esporte, futebol etc., porque não há esse entrosamento esse vínculo. Então você teria que ter uma política de integração do Distrito com a própria cidade. Isso é uma coisa histórica, eu conheço por exemplo o Distrito de Caxias⁴³, lá o prefeito é uma pessoa que tem um trânsito enorme com os empresários. Ele resolve, ajuda e o que a gente vê aqui até agora é uma dificuldade enorme. Quando é para o DAIA, começam a enroscar, começam a levar em conta outras coisas. Quer dizer, não tem uma política de entrosamento com o Distrito. E isso é fundamental. Esse separatismo aí é muito prejudicial, dizem que um reino separado é um reino enfraquecido. (Trabalho de campo, 2009)

Sua fala mostra a separação entre administração municipal e os empresários do DAIA, expondo, segundo o entrevistado, o oportunismo dos administradores de utilizarem o Distrito, principalmente para fazerem discurso quando precisam engrandecer a cidade, ou seja, faz parte de Anápolis apenas quando é conveniente. O empresário reclama que todos os prefeitos sem exceção não procuraram ligação alguma com o Distrito, e que esse problema acabou se tornando uma característica histórica. Uma das razões apontadas para esse distanciamento é o fato da administração do Distrito ser a cargo do governo estadual, havendo conflitos entre a classe de dirigentes políticos, principalmente em esferas diferentes, e dessa forma administração municipal não se aproxima do DAIA. Apontando existência desses conflitos, o presidente da CDL W. J. segue exatamente a mesma linha de raciocínio:

Mas é uma característica de Anápolis, muitos prefeitos quando assumiram a Prefeitura, mudava o governo do estado que era de um partido diferente, então existe essa limosidade⁴⁴ interna aqui no município, e acaba não convergindo para o DAIA. O prefeito é de outro partido, então as forças do governo estadual que estão aqui dentro fazem tudo pra atrapalhar a administração. É a turma do quanto pior melhor. Então fazem tudo pra estragar a administração. Mesmo na mão do PMDB, que esteve no governo do estado por dezesseis anos, e fez prefeitos aqui como o Ademar Santilo do PMDB, mesmo naquela época, com o Íris no governo, Maguito no governo, não houve prosperidade em Anápolis na parte econômica, principalmente na área do DAIA. Viraram as costas pra cá, mesmo sendo do próprio partido. Aí eles brigam entre eles. Então, estamos contando com essa esperança do Antônio Roberto Gomide, apesar de ser do PT, porque eu sei que tem uma abertura muito grande com o governador Alcides Rodrigues, inclusive pelo visto o Íris também. Essa interligação PT-PMDB-PP tomara que dê certo até 2010 para que sejamos beneficiados com isso.

⁴³ Caxias do Sul – RS.

⁴⁴ No sentido figurado, limosidade significa aquilo que é baixo, imundo. (NOVO DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO VERSÃO 5.0)

Porque a gente sabe que depois de 2010 a coisa vai ficar de outra forma. Os prefeitos anteriores administraram mal a cidade, muito mal. A parte política nossa aqui é sofrida. (Trabalho de campo, 2009)

Utilizando a expressão “sofrida” para expor a política municipal o entrevistado expõe que não poucos, mas vários prefeitos administraram mal a cidade por um longo período colocando esse aspecto até como “característica de Anápolis” devido ao que o chama de “limosidade” interna do município. Porém ele se contradiz e desmonta a tese na qual a distância entre a administração do DAIA e a prefeitura ocorre unicamente por se tratarem de esferas de governo e partidos políticos diferentes. Fica evidente também essa deficiência quando de partidos semelhantes, como o caso do PMDB que mesmo com governador do estado e prefeito de Anápolis em pleno mandato ao mesmo tempo⁴⁵, o Distrito não conseguiu colher bons frutos.

Curiosamente, o entrevistado deposita esperanças na nova administração municipal e suas coligações entre os partidos PT-PMDB-PP considerando que o prefeito eleito tem boa relação com a o prefeito da capital Íris Rezende, assim como com o governador Alcides Rodrigues. Além disso, por ser irmão do deputado Federal Rubens Ottoni e do mesmo partido (PT), vislumbra-se um maior apoio e investimentos que possam beneficiar o DAIA e Anápolis, ao menos enquanto durar seu mandato que irá até 2010.

Com respeito a esses recursos federais capitaneados para Anápolis já estão previstos e R\$ 10 milhões para a área de segurança (Monitoramento da cidade por câmeras, e construção de três Centros Integrados de Defesa Social – CIDS); R\$ 100 milhões para a duplicação do trecho Anápolis/Interlândia, além passarelas e vias laterais; R\$ 5 milhões para a construção do Instituto Federal de Educação Tecnológica – IFET; 1,7 bilhões para o trecho goiano da Ferrovia Norte-Sul com 515 km de extensão; R\$ 100 milhões para a viabilização do aeroporto de cargas da Plataforma Logística Multimodal; e R\$ 40 milhões para o viaduto do trevo do DAIA. Todas as obras com expectativas para inauguração até 2010⁴⁶.

Essa discussão possibilitou-nos identificar as contradições expressas no *território* anapolino contemplando o DAIA, utilizando-nos das vozes dos próprios anapolinos que são os principais agentes vivenciadores de todos esses processos. Foram abordados aspectos sociais, políticos e econômicos vistos de três diferentes ângulos: os empresários, os políticos e os trabalhadores. Ficou evidente a intenção das classes hegemônicas em elaborar e apregoar

⁴⁵ A referência é feita aos períodos em que o PMDB se mantém no governo do estado de Goiás por 16 anos (de 1983 a 1999), e as prefeituras de Adhemar Santillo (1986-1988/1997-2000) e Anapolino Silvério de Faria (1989-1992). (POLONIAL, 2007)

⁴⁶ Boletim informativo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, 2009, n. 30, p. 12.

discursos homogeneizantes acerca do potencial do Distrito para Anápolis e para Goiás, sendo que alguns deles já foram quebrados como é o caso da *máquina de empregos* na qual deveria se constituir o DAIA.

É importante entender os efeitos desse discurso e a análise dessas práticas discursivas, assim como a força desses enunciados e o seu alcance, ultrapassando as classes sendo percebidos tanto nos trabalhadores, quanto nos empresários e políticos, onde esses sujeitos que produzem e propagam esses discursos são também efeitos desses discursos, isso sem que percebam: “O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz [...]” (FOUCAULT, 1986, p.61-62). Essas questões levaram aos questionamentos a seguir acerca desses discursos e mitos, agora com foco no próprio conceito de *desenvolvimento*, como veremos adiante.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: As tramas urdidadas.

Os *atores* hegemônicos que estão na vanguarda das decisões, estão também, de posse do discurso nos mais variados meios de comunicação e obviamente utilizam-no para legitimar seus interesses através da influência que podem exercer os dos dados estatísticos, conceitos e informações. Uma das mais recorrentes práticas contidas nos enunciados discursivos refere-se à proposital utilização de crescimento econômico e desenvolvimento econômico como sinônimos, ou mesmo que o crescimento/desenvolvimento econômicos por si só seriam capazes de promover o *desenvolvimento* social. Isso sem falar em outras convenientes utilizações onde o *desenvolvimento* aparece como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização e outros. Não é bem assim.

As discussões se dão em torno de “crenças” e afirmações, em geral por parte de economistas ortodoxos, nas quais o crescimento econômico seria suficiente para que ocorresse o *desenvolvimento* dos demais campos, inclusive os sociais. E este crescimento está pautado no aumento do produto bruto e do produto bruto *per capita*. São desconsiderados fatores que refletem na qualidade de vida da população como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Segundo Bernardo Kliksberg, o pensamento econômico convencional apóia-se na sacralização do “U” invertido de Kusnetz, onde “[...] a desigualdade é simplesmente uma etapa inevitável da marcha para o desenvolvimento” (2001, p. 25). Seguindo o raciocínio, na primeira etapa a concentração de renda nas mãos de poucos favoreceria a criação de maiores capacidades de investimento, principalmente num contexto pós-segunda guerra mundial, e com o tempo essas polarizações sociais iriam se moderando e reduzindo, sem a necessidade de intervenções econômico-sociais por parte do Estado, o que em verdade não ocorre. Não é novidade o fato do nível de concentração de renda ao longo do tempo não se reduzir apesar do aumento do PIB de alguns países, como é o caso do Brasil.

Divergindo dessas crenças, o desenvolvimento econômico é visto por outros autores como um conceito mais amplo, focalizado na melhoria das condições de vida da população, no qual o crescimento econômico é um dos meios para atingi-lo. Como exemplo temos Souza:

Para começar, é altamente significativo - e lamentável que uma noção tão fundamental quanto a de desenvolvimento tenha sido reduzida, ao ser transformada em *conceito científico* pelas diversas disciplinas marcadas pela Epistemologia positivista, esquartejadora da sociedade em partes pretensamente autônomas (economia, política, cultura, espaço, história), em uma idéia tão distante das necessidades mais elementares e do cotidiano dos homens e mulheres comuns. Principie-se pelo "desenvolvimento econômico", para muitos ainda sinônimo de desenvolvimento *tout court*: tendo começado seu pontificado logo após a Segunda Guerra Mundial, nos anos 50, não é senão na década de 70, após o impacto de experiências como a do "milagre brasileiro" de fins dos anos 60 e começo dos anos 70, que os "economistas do desenvolvimento" perceberão que o crescimento não traz, automaticamente, justiça social (expressa, por exemplo, pela diminuição gradual dos valores do índice de Gini relativo à distribuição da renda pessoal). (2003, p.101).

Os defensores dessa corrente concordam no ponto em que o crescimento é imprescindível e quando o mesmo ocorre ampliam-se as possibilidades de *desenvolvimento*, porém se não houver distribuição racional os reflexos sociais não serão positivos. Nessa perspectiva o crescimento é visto como um meio e não uma finalidade.

Acerca do *desenvolvimento* observamos algo que se assemelha a uma “propriedade dos discursos” por parte dos economistas. Porém os enunciados contidos nesses discursos são rodeados de outros enunciados (às vezes se baseando em muitos deles), e gozam de alguma credibilidade seja pelo respaldo “científico”, seja pela posição ocupada pelo sujeito enunciativo, pois não há:

[...] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências. (FOUCAULT, 1986, p.114)

E quando esses enunciados são ditos (escritos/impressos/veiculados etc.) alguns questionamentos são comuns como: “Quem está dizendo”? “Qual seu *status*”? “A que instituição pertence”? Ou seja, a posição do sujeito, dentro das instituições, o lugar de onde fala, as relações, as hierarquias, tudo isso confere maior ou menor respaldo aos enunciados e um exercício interessante é compará-los pondo-os em relação uns aos outros. Os enunciados após o aval concebido por algumas instituições, ou posições de onde surgem, constituem e modificam as relações sociais e acabam sofrendo novos usos, modificando-se da mesma forma.

Furtado diz que:

A ciência econômica exerce indisfarçável sedução nos espíritos graças à aparente exatidão dos métodos que utiliza. O economista, via de regra, trata de fenômenos que têm uma expressão quantitativa e que, pelo menos em aparência, podem ser isolados de seu contexto, isto é, podem ser *analisados*. Ora, a *análise*, ao identificar relações estáveis entre fenômenos, abre o caminho à *verificação* e à *previsão* que são as características fundamentais do conhecimento científico em sua mais prestigiosa linhagem. [...] portanto o progresso da economia se faz no sentido de uma aplicação crescente do método científico, e este tem o seu paradigma na ciência física. (1974, p. 111. Grifos do autor).

O autor faz uma crítica à redução da economia aos dados estatísticos, mostrando que os economistas tem por *método científico* concebido no sentido da aplicação da análise matemática e da mecânica estatística. Furtado tem clara consciência que a economia se situa no campo das ciências humanas e não das físicas.

Inicialmente tínhamos em mente o intuito de distinguir *desenvolvimento* de crescimento econômico abordando as teorias básicas, enfocando a utilização equivocada dos dois conceitos como sendo sinônimo. Obviamente essa confusão muitas vezes é proposital e conveniente principalmente por quem se apodera do discurso. Daí a preocupação inicial em identificar bem cada um dos conceitos, e aplicá-los em nosso objeto de estudo para descobrir o que realmente aconteceu em Anápolis.

Charles Bettelheim, já na década de 1960, defendia que a noção de países subdesenvolvidos como estando em atraso em relação aos desenvolvidos é equivocada. Na publicação intitulada *Planification et croissance accélérée*, o autor chama a atenção para a questão da dependência desses países e diz que a análise dos economistas ditos burgueses é baseada estritamente no baixo PIB *per capita*. Segundo o autor esses economistas teriam as seguintes conclusões: 1) os países ditos “subdesenvolvidos” só podem sair da situação em que se encontram por meio dos investimentos de capitais estrangeiros, pois, dizem eles, na falta desses capitais estrangeiros, o abismo existente entre as rendas nacionais *per capita* longe de ser extinto tende a aumentar; 2) é preciso favorecer o crescimento das desigualdades de renda no interior dos países “subdesenvolvidos”, pois é somente sobre as rendas individuais mais elevadas que se pode fazer uma poupança bastante importante para facilitar a elevação da taxa de investimento, e, portanto, o crescimento da renda nacional; 3) os hábitos de poupança e de investimento das classes sociais tradicionais dos “países subdesenvolvidos” sendo fracos, é preciso favorecer o surgimento de uma classe de empresários capitalistas tanto no campo quanto nas cidades. É essa classe que acelerará o desenvolvimento econômico, sobretudo se o

estado lhe dá facilidades tanto do ponto de vista financeiro, por exemplo, sob a forma de uma fiscalização favorável, quanto do ponto de vista material, sob a forma de construção de estradas de rodagem e de ferro, de fornecimento de energia barata etc. (1976, p. 34-35). Isso expõe realmente uma nuance cruel na qual se seguida receita, aumentaria ainda mais os níveis de dependência.

Porém com o aprofundamento da pesquisa, tivemos acesso a correntes mais críticas que de certa forma desconstruem esses discursos, com uma análise detalhada, que considera os (ab)usos do conceito de *desenvolvimento* sofridos ao longo da história ampliando ainda mais a visão acerca desses discursos e práticas como veremos a seguir.

3.1 Por dentro do *desenvolvimento* – As intenções

Montenegro Gómez (2006) propõe uma abordagem mais aprofundada sobre o conceito de *desenvolvimento* em sua pesquisa chamada *Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas escalares sobre desenvolvimento Territorial Rural*, e de posse desse ferramental teórico fez uma análise do *desenvolvimento territorial rural* brasileiro. O *desenvolvimento* se mostra ao longo da tese como um constructo social, de caráter reacionário, usado para manter a ordem na sociedade capitalista. Esse constructo é formado por uma rede de saberes, instituições e poderes, que cunham uma imagem do *desenvolvimento* como utopia capitalista, como sonho de consumo. Em seu discurso, o *desenvolvimento* propõe a melhoria na qualidade de vida da população, mas na prática, mantém e acelera o ritmo de reprodução do capital, se mostrando bastante eficaz como instrumento de controle social. Segundo Montenegro Gómez (2006, p. 38).

[...] entender o desenvolvimento como um conjunto de discursos e práticas funcionando como estratégias de controle, para manter a ordem social, permite-nos esse questionamento profundo do desenvolvimento para além do econômico, subsidia-nos na interpelação da sua representação como o melhor dos mundos possíveis, dá-nos sustentação para desconstruirmos sua naturalização, a partir da articulação entre saber e poder.

O *desenvolvimento* sempre foi posto por parte de quem o defende como sendo um processo natural, porém omitiu-se diversas articulações entre saber e poder, para que esse conceito pudesse ser difundido, por isso a necessidade de entendê-lo por dentro, além do econômico. O *desenvolvimento* que sempre foi disseminado se diz participativo, consensual, democrático, mas na verdade não deixa outra alternativa devido a sua colocação como algo

indispensável. Esse *desenvolvimento* se molda, se reestrutura e incorpora as críticas, mas mantém suas bases, utilizando técnicas de *marketing* social, renova seus focos de implementação, em suma, vai mudando para que nada mude.

Um importante ponto acerca da tese de Montenegro Gómez (2006) é o fato de que ao longo de sua elaboração, o autor percebe que as questões da pesquisa não podiam se resumir a fazer uma crítica simplista do *desenvolvimento* a fim de encontrar um “vilão” ou apontar os “mocinhos”, e também não se limita a dizer se o mesmo é bom ou ruim. Suas intenções seguem na busca por compreender como funciona o *desenvolvimento*, contemplando sua construção, as formas de se legitimar, os idealizadores, as instituições sancionadoras nas quais se respalda, convertendo-o até mesmo em normas, compreendendo as tramas dos seus discursos, suas práticas e poderes.

As análises propostas por Montenegro Gómez (2006) são pautadas em um conjunto de temas que o alicerçam como poder, discurso, capitalismo, diferença e controle. A tese se mostra como um poderoso ferramental de análise, que ao ser aplicado nas relações e disputas ocorridas entre o DAIA e Anápolis, possibilita demonstrar como o *desenvolvimento* se torna um instrumento de interesse privado com efeitos públicos, onde poucos *atores* (os hegemônicos, que em nossa pesquisa são representados pela classe política aliada à empresarial) é quem são os reais beneficiários.

3.1.2 A ferramenta de análise do *desenvolvimento*

A proposta de análise de Montenegro Gómez (2006) se funda considerando principalmente três aspectos do *desenvolvimento*: 1 – O *desenvolvimento* como estratégia de controle social (e ao mesmo tempo, estratégia de reprodução/legitimação do capital); 2 – A crítica ao *desenvolvimento* ou pós-desenvolvimento. 3 – A análise escalar do *desenvolvimento*. O autor deixa claro ao longo de sua abordagem que todos esses elementos não se tratam de uma hipótese e sim de um alicerce teórico. Analisamos cada abordagem.

1 – O controle social⁴⁷: serve para concertar os transtornos naturais do sistema capitalista, *vendendo* a idéia de que os pobres (referenciados como subdesenvolvidos) possam desfrutar num futuro próximo, caso sigam seus preceitos, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam. Para isso são utilizadas estratégias de mascaramento que

⁴⁷ A formulação dessa leitura do *desenvolvimento* como instrumento de controle social, que impõe limites, normas, funções, na intenção de ordenar a sociedade com vistas a consolidar o sistema sócio-econômico e político vigente se fundamenta em construções teóricas de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Dario Melosi e István Mészáros.

ocultam seus verdadeiros objetivos, fortalecendo certa ordem social bastante funcional aos grupos dominantes e seus interesses, mantendo uma estrutura de dominação que garante a reprodução e acumulação desigual do capital. Apesar de não ser abordado na pesquisa, Montenegro Gómez (2006) alerta para a existência de resistências passivas e ativas por parte daqueles que sentem esse controle como uma imposição indesejável.

2 – Pós-desenvolvimento⁴⁸: esse instrumento se mostra capaz de penetrar na blindagem que salvaguarda a legitimidade do *desenvolvimento*. A visão pós-desenvolvimentista identifica um leque de “certezas” que foram fundamentais – e continuam sendo até hoje – na urdidura do discurso pró-desenvolvimento tais como a confiança no papel da modernização para destruir as superstições e relações arcaicas; a industrialização como via segura para a modernização; e o *desenvolvimento* material garantindo o progresso social, cultural e político. Os principais elementos que sustentam essas teorias são de cunho econômicos, sociais, políticos, culturais e institucionais⁴⁹, sendo que a relação entre eles e a força de quem fala, acaba por criar o discurso da verdade. Os especialistas e *experts*, inseridos em instituições criam as realidades e termos como subdesenvolvimento, pobreza, Terceiro Mundo, necessidades, ajuda, utilizando-os para imprimir esse incontestável discurso da verdade, sempre com uma impressionante capacidade de se integrar e adaptar às realidades do momento.

Outra característica evidenciada é que o *desenvolvimento* não possui nada de ontológico, não é uma conseqüência natural, essencial, inerente ao devir humano e, não pode assumir-se como um processo social absolutamente natural, pois é uma construção histórica. O início da hegemonia do uso do *desenvolvimento* é considerado a partir do discurso de posse do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman (20 de janeiro de 1949), onde o mesmo menciona a necessidade de levar o conhecimento técnico e o progresso industrial dos EUA a todos os países subdesenvolvidos, separando pela primeira vez os *sub* dos *desenvolvidos* e provocando uma corrida para que esse *desenvolvimento* fosse atingido.

⁴⁸ Segundo Montenegro Gómez (2006), “sob a denominação de pós-desenvolvimento encontramos uma corrente teórica, ancorada no pós-estruturalismo, que analisa o *desenvolvimento* de forma muito crítica, considerando-o uma construção histórica que apenas representa e reproduz a racionalidade moderna ocidental. Nesse sentido, o pós-desenvolvimento se propõe desmontar tanto a lógica do *desenvolvimento*, como os intentos que outras correntes pretendem de reabilitá-lo”. (p. 150)

⁴⁹ Político-econômicos – tecnologia, política fiscal e monetária, industrialização e desenvolvimento agrícola, intercâmbio e comércio; Sócio-culturais – nível de educação, população e recursos, e uma cultura orientada a incorporar os valores da cultura moderna; Institucionais – Organizações internacionais (FMI, Banco Mundial, Nações Unidas), oficinas de planejamento nacionais, agências técnicas de outros tipos. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006)

Portanto o *desenvolvimento* (e também o subdesenvolvimento como vimos nos apontamentos de BETTELHEIM, 1976) é fruto de uma construção histórica, que se consolida com base em discursos e práticas com ampla difusão, possuidoras de forte legitimidade que indica receitas, por parte dos desenvolvidos (tidos como modelo de racionalidade científica⁵⁰, que ultrapassa o obscurantismo supersticioso do atraso, significando o progresso), de como chegar a sê-lo, como deve receber ajuda, de quem, através de modelos econômicos, sociais, políticos e culturais. E por ser assim, está longe de ser obrigatório, benéfico para todos ou todo lugar, e absolutamente necessário.

Essa corrente se baseia no pós-estruturalismo e faz suas críticas ao *desenvolvimento* alicerçado no ocidentalismo, na modernidade e na universalidade autoritária e estreita, que busca a normatização e reduz a diversidade, entendendo que essa racionalidade moderna ocidental vem carregada de promessas de progresso e sua lógica instrumental que domina e empobrece. *Desenvolvimento* esse visto como uma crença, como uma “religião moderna” que mistura elementos verdadeiros e falsos, somados à sua alta capacidade adaptativa que o submete a modulações ao longo do tempo para que possa sempre apresentar-se como um instrumento racional-científico-competente-eficaz promotor do progresso social, em todos os âmbitos, em todas as latitudes, ocultando e dissimulando os erros cometidos, as contradições, e suas ineficácias (muitas vezes disfarçados de aperfeiçoamento).

A crítica pós-desenvolvimentista aborda também a colonização do mundo pela economia, que se utiliza de um discurso com pretensão hegemônica que traduz as expectativas, vontades, carências em linguagem econômica, e também busca submeter à dinâmica social, política e cultural à econômica, mercantilizando progressivamente todos os aspectos da vida, mercantilizando o mundo, criticando também a suposta infalibilidade da economia.

O quadro 03 foi extraído da tese de Montenegro Gómez (2006) e resume bem os principais temas abordados pelo enfoque do pós-desenvolvimento.

Baseado no pós-estruturalismo, e com um crivo destacadamente crítico, o pós-desenvolvimento se propõe desmontar a lógica do *desenvolvimento* e as intenções que outras correntes pretendem de constantemente mantê-lo vivo, tendo-o como um fato historicamente produzido, sendo implementado de forma autoritária, analisando esses aspectos com ênfase nas relações de poder, no discurso e seus resultados contraditórios.

⁵⁰ Para maiores aprofundamentos sobre esse modelo de racionalidade ver: C. W. P. Gonçalves; B. S. Santos; E. Leff; A. Bartra.

3 – Análise escalar do *desenvolvimento*: segundo o autor, num sistema como o capitalista imbuído em constantes mudanças, cheio de assimetrias e conflitos que cada vez mais se acirram, a escala geográfica é uma categoria privilegiada de análise das relações de poder assim como as diferenças espaciais, nessas articulações entre diferentes escalas.

Quadro 03 – Principais temas abordados pelo enfoque do pós-desenvolvimento

TEMAS	ARGUMENTOS
Análise do discurso	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso que envolve questões econômicas, sociais, políticas e culturais • “Criar” a realidade sobre a qual o discurso se pronuncia • Saberes que vão mudando
Construção histórica	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento: formação histórica e não essencial ou natural • Construído a partir de finais dos anos 1950 • Impregnado das características da época em que nasce e dos interesses daqueles que lhe dão forma
Contra a modernidade	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalidade instrumental moderna • Sob o discurso de cientificidade, ocidentalismo e universalidade autoritária e estreita • Reduzir a diferença
Religião Moderna	<ul style="list-style-type: none"> • Crença compartilhada socialmente • Vigente apesar de seus fracassos • Provida de gurus e rituais
Fracasso do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentam as diferenças sociais e a dominação • Limites intransponíveis de um desenvolvimento generalizado • Fracasso funcional ao controle social
“Economização”	<ul style="list-style-type: none"> • Traduzir tudo à linguagem e à lógica economicista • Marginalização de questões inapreensíveis pelos modelos econômicos • Crítica à infalibilidade da economia

Fonte: MONTENEGRO GÓMEZ (2006).

Em sua pesquisa o autor escolhe para sua análise, com foco no funcionamento das instituições e não nas lutas e resistências, as escalas global, regional (latino-americana), nacional e local⁵¹. E para que a escala seja um bom instrumento de análise capaz de possibilitar uma boa leitura da diferença espacial, não se pode tê-la como estática, rígida, e

⁵¹ Nessa busca ou autor utiliza como referências estudos de Smith, Marston, Brenner e Harvey.

também ontológica, mas sim considerando a escala como resultado de uma construção social, dotada de grande dinamicidade. Dessa forma sintetiza o autor: “Com esse foco nas relações de poder e na diferença espacial, e sempre numa perspectiva dinâmica, a análise escalar se perfila como ferramenta aprimorada para estudar o devir desigual do capitalismo e sua natureza conflituosa de dominação.” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 239). Essas considerações acerca da escala se assemelham com as que foram utilizadas para analisarmos o contexto em que o DAIA surge, e conseqüentemente se consolida em Anápolis relacionando as escalas mundial, nacional e regional como consta no capítulo 1.

Outro aspecto importante na análise escalar proposta é a percepção da sua complexa arquitetura hierárquica. Como o foco da análise se funda nas relações de poder, há obviamente forças hierárquicas desiguais. Porém essa hierarquia não se dá de forma rígida como, por exemplo, a forma verticalizada saindo do global até o local. Ela não é pré-definida, não é imóvel. Sobre essa arquitetura das escalas são analisadas várias estruturas como mosaicos, redes, escalas verticais, horizontais, metáfora com escalas musicais, escalas fluidas, e as relações que esses diversos traçados estabelecem, sem negar que as explicações acerca de cada fenômeno correspondem ao posicionamento ideológico e político, ou seja, a escala não é neutra. Assim o autor sintetiza essa utilização da escala como instrumento:

As escalas como construção social, fruto de cooperação e competição, orientadas à análise da dinâmica capitalista, em suas mais diversas dimensões, tentando equilibrar-se entre uma rigorosa teoria que a diferencie de outras categorias espaciais e uma proveitosa utilização empírica, entendidas como hierarquizadas, encaixadas ou dialeticamente relacionadas, promotoras de uma gramática da diferença espacial, ferramentas para abordar a complexidade das relações sociais: este deve ser o marco amplo que faça das escalas que trabalhamos um instrumento metodológico consistente para desvendar os processos sociais que nos ocupam. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 260)

O autor coloca o produto final de sua pesquisa como uma “caixa de ferramentas”, que permite examinar de perto as tramas que o *desenvolvimento* propõe em torno das possibilidades prometidas pelo capitalismo, tido por ele como intoleráveis. E utilizando-nos desse ferramental, abordaremos fatos de como esse discurso foi aplicado no caso do DAIA e Anápolis, na busca do *desvelamento* dessas questões com base em dados oficialmente divulgados como veremos nos tópicos a seguir.

3.1.3 *Desenvolvimento, discursos e práticas*

As faces do *desenvolvimento* abordado são caracterizadas por: a) serem instrumentos eficazes de controle social que ganharam o *status* de verdade incontestada, através de uma propaganda insistente e efetiva; b) fortalecerem os princípios econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade capitalista, consolidando-a como única opção possível de articulação social; c) serem funcionais à reprodução e acumulação desigual do capital e, em nenhum caso, por melhorar a situação econômica ou o bem-estar social da maioria da população. (MONTENEGRO GÓMEZ 2006, p. 36).

É impressionante a eficácia com que o discurso sobre o *desenvolvimento* se articula, pondo-o como único caminho viável para a melhora nas condições de existência da humanidade. Especificamente em relação à forma com que são colocados os propósitos do *desenvolvimento*, pois seria no mínimo falta de bom senso ser contrário a ter mais saúde, lazer, educação, aumento da qualidade de vida, acesso ao consumo, a viver enfim em um lugar de abundantes oportunidades econômicas, sociais e culturais. Alguém se colocaria contra tudo isso? Seria ótimo se todas essas desejadas e encantadoras promessas fossem possíveis de se materializar, porém o *desenvolvimento* não é capaz de tal feito. É incapaz posto que é amplamente contraditório, e isso ficará evidente nas análises feitas em Anápolis.

A distância entre os discursos e as práticas do desenvolvimento não pode justificar-se como erros que podem ser solucionados, como fracassos imputáveis a falhas no planejamento ou a imprevistos conjunturais. Essa distância reflete uma sistemática e minuciosa construção de saber que funciona como estratégia de controle social, ou seja, com desdobramentos claros de dominação. A qualidade do discurso construído no âmbito das instituições internacionais e transmitido por instâncias de poder de todas as escalas é tamanha, que os resultados ficam em um segundo plano, permitindo a seus responsáveis eludir qualquer responsabilidade no processo. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 115)

Contraditório entre os discursos e as práticas, entre as práticas e os resultados, entre discursos, práticas, resultados e anseios da população etc., o *desenvolvimento* visa reduzir as desigualdades, dentro de um sistema que se fundamenta nelas, ou seja, na concorrência entre os desiguais. Um paradoxo.

Para além da sua utilização discursivo-idolológica, o *desenvolvimento* é também um lucrativo negócio. No processo de materialização de suas promessas e intenções, vultuosos lucros são auferidos a muitos interessados:

O desenvolvimento é um esplêndido negócio para as empresas fornecedoras dos bens e serviços articulados nas políticas de desenvolvimento, para as

instituições financeiras que gerenciam os fundos e as dívidas de que os programas de desenvolvimento precisam e geram, para os institutos de pesquisa e universidades que são contratadas para realizar estudos, para as ONG's que, cada vez mais, são parceiras nos programas de desenvolvimento, para as instituições internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas etc.), que apresentam o desenvolvimento como uma ajuda altruísta, para os governos dos países destinatários dos recursos, que dispõem de liquidez para executar suas políticas sem responsabilizar-se pela dívida que vai aumentando. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 37)

A população dos países que recebem essas “ajudas” é quem arca com as contas e prejuízos desse grande empreendimento do qual alguns grupos se beneficiam. E na peculiar característica capitalista de inversão dos valores entre o que propõe e o que pratica, essas práticas continuam concentrando a riqueza e distribuindo a pobreza.

Por mais que não devemos incorrer ao erro da personificação do *desenvolvimento*, como se houvesse uma, ou um grupo de pessoas, organizações, organismos, país, instituição ou um ente qualquer, conscientemente articulados que atuam de forma homogênea e com intenções inescrupulosas de usá-lo de acordo com seus interesses, devemos observar algumas situações estratégicas em que o *desenvolvimento* foi utilizado como, por exemplo: após a Segunda Guerra Mundial – como estratégia de paz; ao longo da Guerra Fria – para combater o comunismo; nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina – para combater os nacionalismos progressistas; para aliviar a pobreza causada pelos ajustes estruturais do neoliberalismo etc.

A essência da evolução dos modelos de *desenvolvimento* está em aspectos como a continuidade e a homogeneidade, por mais que as marcas fundamentais dessa evolução possam parecer o contrário: mudança e heterogeneidade. Isso remete a outra característica marcante do *desenvolvimento*, a sua duplicidade. Nas palavras de MONTENEGRO GÓMEZ (2006, p. 34), “[...] existe uma distância importante entre o que mostra e o que esconde, entre o que promete e o que oferece, entre o que faz e o que diz que faz.” A idéia de *desenvolvimento* se tornou legítima e forte ao longo do tempo baseada na sua capacidade de articular discursos e práticas que dissimulam a ineficácia de suas estratégias, escondendo seus erros e seus fracassos, integrando as críticas recebidas ou simplesmente excluindo-as, e não em suas conquistas e resultados.

A rede de alicerces do *desenvolvimento* em geral é pautada no capital, mercado, crescimento, modernização e tecnologia, com a progressiva incorporação de novas dimensões, como a identidade e o *território*. E sobre esses alicerces as práticas vão se concretizando e se reformulando como em uma infinita espiral de *desenvolvimento*: implementação de

estratégias de *desenvolvimento* → promessas de melhora geral da qualidade de vida → fracassos → reformulações → novas estratégias → novas promessas → novos fracassos. Apesar de tudo, o *desenvolvimento* continua representando uma esperança concreta e possível. Caracterizando bem o projeto de *desenvolvimento* Montenegro Gómez (2006, p. 228) diz:

O projeto do desenvolvimento é um projeto de controle atento às transformações de todo cunho que acontecem na sociedade de modo que, apesar de seus fracassos, não seja questionado e talvez banido. Através de autocríticas realizadas no âmbito da rede institucional que sustenta o desenvolvimento (organizamos internacionais, fundações, institutos de estudos etc.), ele se fortalece. Por meio das críticas realizadas pelos grupos sociais que participam das instâncias destinadas a esse fim, mantém-se informado sobre os problemas que deve enfrentar e acumula informação para propor novos rumos. Contra os grupos sociais que resistem à dominação que o desenvolvimento supõe (movimentos sociais, grupos de intelectuais críticos etc.) e que pretendem reformá-lo estruturalmente ou eliminá-lo, a aparelhagem institucional do desenvolvimento emprega seus instrumentos de confronto (publicidade, estudos e informes, “expertos”, mídia, recursos etc.) ou deixa que outras instâncias, com métodos mais contundentes, se encarreguem da tarefa.

O capitalismo é um sistema alicerçado numa dinâmica social e territorial desigual, caracterizada pela rapidez e instabilidade das mudanças, pelas contradições permanentes e por dominações estruturais. O *desenvolvimento*, instrumento privilegiado de reprodução capitalista e estratégia de vanguarda para o aprofundamento do controle social, assume muitas dessas características do capitalismo: dinâmico, instável, dominante, contraditório, baseado no acirramento das desigualdades. E ao analisarmos o contexto em que o DAIA surgiu em Anápolis, seu *desenvolvimento*, o que passou a representar para o município, percebemos que o conceito de *desenvolvimento* foi amplamente utilizado por diversos grupos e *atores* que participaram desse processo. Munidos do ferramental teórico, colocaremos o DAIA nessa perspectiva.

3.2 O DAIA em perspectiva

Respondendo à reestruturação produtiva em nível a partir da década de 1970 que resultaram na política de dispersão das indústrias em nível nacional, proporcionando a mobilidade geográfica do capital, o estado de Goiás se moderniza incorporando, como já visto no capítulo 1, um caráter agroindustrial. E na geografia anapolina, existem diversos sujeitos envolvidos no processo de constante (re)estruturação espacial, em que podemos destacar, o

poder público, o empresariado e a classe trabalhadora. Tanto o poder público como o empresariado são compreendidos como *atores* hegemônicos, visto que os mesmos são os principais interessados nesse rearranjo produtivo, cada um com seus interesses, buscando sempre a reprodução e a perpetuação da hegemonia, o que poderíamos comparar com o que Corrêa conceitua como economias de aglomeração:

[...] o conceito de "economias de aglomeração" não deve ser referido apenas às vantagens para uma série de atividades reunidas no mesmo centro urbano, mas também às vantagens que a classe dominante desfruta para exercer seu poder, sua reprodução, controle e reprodução de toda a sociedade. Trata-se, afinal de contas, de "economias locais para a reprodução". (CORRÊA, 1982, p. 180).

E tanto o DAIA quanto o município de Anápolis, incluindo a classe trabalhadora ou os *atores* não hegemônicos, sofrem as consequências e efeitos decorrentes das ações implementadas pelos sujeitos que possuem, nesse tempo, o poder de decisão. É dessa forma que buscamos enfatizar o caráter relacional desses processos de (re)ordenamento territorial, e para tanto concordamos com Haesbaert quando diz que:

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. (HAESBAERT, 2002 p. 26).

No *território* compreendido por Anápolis e o DAIA diversas são as relações tecidas entre os inúmeros *atores*. E essas relações não se dão simplesmente em níveis sociais, mas também a base física, material, se relaciona de forma complexa com esses processos sociais, quaisquer que sejam eles como, por exemplo, a constituição de um Distrito Industrial, ou a busca por um título de *o município mais dinâmico e rico do estado de Goiás*. E para a nossa abordagem, somada aos olhares possíveis à partir do *território* (como categoria), sentimos a necessidade de ver o *desenvolvimento* de forma mais crítica, compreendendo como o mesmo surgiu e se mantém vivo, vendo-o por dentro, dessa forma percebemos que:

Precisa-se com urgência de uma Geografia do desenvolvimento, que interpele esse desenvolvimento que se propõe como condição indispensável para a melhora da qualidade de vida da sociedade, no seu conjunto. Mais

ainda, a forma fetichizada, esvaziada e acrítica com a qual os discursos e as práticas do desenvolvimento açambarcam algumas categorias amplamente utilizadas pelos geógrafos, como território ou lugar, revela, no fundo, a importância de reconsiderar a relação entre desenvolvimento e Geografia. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 49)

Em paralelo à abordagem territorial, a visão crítica que parte da (des)construção do *desenvolvimento* nas suas distâncias entre o que promete e o que faz, nos permite evidenciar os conflitos e as relações construídas pelos principais sujeitos interessados direta ou indiretamente nesse complexo processo de disputas no *território* compreendido a partir das tramas espaciais no município de Anápolis, compreendendo o Distrito Agroindustrial (DAIA), ambos sob a égide do discurso desenvolvimentista.

3.2.1 Estratégias de *marketing* governamental

As discussões acerca do uso que é feito do *desenvolvimento* nos permitiram ver com maior clareza, a potência com que esses discursos foram e continuam sendo implementados principalmente no que se refere ao nosso foco de estudos: O DAIA e Anápolis. Esses (ab)usos são feitos pelo governo estadual, e também em conjunto com os governos Municipal e Federal, além de incorporar empresas, associações e profissionais diversos.

Iniciando nossa análise, o nome da revista publicada pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN – mostra a força e as proporções tomadas por esse discurso. Intitulada de “Economia e Desenvolvimento”, a publicação mostra apenas com seu título dois aspectos discutidos no item anterior: os discursos do *desenvolvimento*; e a economização do mundo. A apresentação das palavras se relacionando em um título denota a conquista do *desenvolvimento* através principalmente do veículo chamado economia. Seguimos então para algumas matérias da mesma.

Como já exposto no capítulo 2, a edição n°. 27 da revista *Economia e Desenvolvimento* busca propagar os benefícios advindos do crescimento de Anápolis, proporcionados pela indústria, o comércio e a educação. Com letras destacadas a chamada publicitária diz: *Anápolis cresce impulsionado por indústria, comércio e educação*, e segue com as seguintes afirmações:

Privilegiado por uma série de fatores que começa com a localização geográfica estratégica, o município de Anápolis é, certamente, o mais importante pólo econômico e a mais dinâmica cidade do interior do Centro-Oeste, ficando atrás apenas das capitais dos Estados que integram a região.

[...] Anápolis é, do ponto de vista econômico, o mais importante município do interior goiano e de todo o Centro-Oeste brasileiro, para onde convergem grandes grupos empresariais em todos os ramos, mas especialmente os do segmento industrial, que geram emprego, renda e tributos. (GOIÁS, 2007c, p. 36).

Anápolis é posto como o mais importante pólo econômico, a mais dinâmica cidade do interior do Centro-Oeste, onde se gera emprego, renda e tributos graças à indústria. E na edição n. 20 da mesma revista a manchete recebe destaque no estado: *Anápolis é o motor econômico do Estado*, e segue tecendo sua propaganda:

Trata-se do município mais rico, com a melhor infra-estrutura tecnológica e com localização estratégica capaz de lhe garantir vantagens no que diz respeito à logística e à distribuição de mercadorias. Anápolis é bem dotado de parque industrial, com destaque para o segmento farmacêutico, dispõe de forte comércio atacadista, o que contribui para reafirmar sua vocação de pólo de desenvolvimento do Estado. Também é um centro educacional de níveis superior e técnico que garante a capacitação da mão-de-obra local. Além disso, suas entidades de classe são fortes, atuantes, unidas e tradicionais na luta pelo crescimento da economia municipal e na atração de novos empreendimentos produtivos. (GOIÁS, 2005i, p. 49).

Município mais rico, localização estratégica, capacitação da mão-de-obra local, entidades de classe fortes, atuantes e unidas, luta pelo crescimento da economia municipal, e claro, vocação de pólo de *desenvolvimento*. Esses são os motes explorados na passagem. Isso baseado em um estudo desenvolvido pela própria SEPLAN, no qual é feita a relação entre uma miscelânea de dados estatísticos, a fim de quantificar quais são os municípios goianos mais competitivos.

Trata-se do *Ranking dos Municípios Goianos: Os 15 municípios mais competitivos do estado*, que teve sua primeira edição em 2003 e foi repetido em 2005 e 2007. A metodologia⁵² consistiu em cruzar dados de 36 indicadores, agrupados nas oito áreas, sendo utilizados como fonte de informação os dados do IBGE, da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Infra-Estrutura, Inep, Celg, Saneago, Ministério do Trabalho e Emprego, e da própria Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Para cada um dos indicadores foi atribuída uma pontuação que variou de 10 a 20. Ao indicador Produto Interno Bruto foram atribuídos 50 pontos, pela importância e abrangência da informação. Calculados os resultados parciais de cada área, foi feita uma média ponderada entre as oito áreas. À exceção da área Dinamismo, que obteve

⁵² A metodologia sofreu algumas alterações entre as edições, principalmente na forma de captação dos dados, porém foi preservada a essência para que fosse possível a comparação entre as edições.

ponderação igual a 2, sendo assim mais valorizada, as demais tiveram a mesma importância na determinação do resultado final.

É importante notar que na metodologia dois indicadores ganham relevância e um certo “empurrãozinho” em sua importância e representatividade para o *Ranking*. São eles o PIB, que recebeu maior pontuação que outros indicadores, e o Dinamismo, que no momento em que se faz a média ponderada recebe “peso 2”. Estariam os dados sendo levados/manipulados para onde fosse necessário ao bel prazer de quem elaborou a metodologia? Estaria a mesma sendo construída para fins bastante específicos? Isso evidencia, no mínimo, o fenômeno tratado no item anterior da ênfase em dados econômicos, conhecido também como economização, ou seja, uma tradução de tudo à linguagem economicista.

As dimensões/áreas investigadas foram dinamismo, riqueza econômica, infra-estrutura econômica, qualidade de vida, mão-de-obra, infra-estrutura tecnológica, localização estratégica/logística e política de incentivos financeiros e tributários. A tabela 08 mostra a composição de cada uma dessas áreas:

As médias, os índices são comumente utilizados para nortear políticas e facilitar algumas leituras acerca de diversos fatores. Porém sua utilização para indicar se há *desenvolvimento* ou não, ou se determinado município é ou não competitivo é algo a ser visto com cuidado, compreendendo os sentidos por trás dessas médias. Seguem duas declarações extraídas da apresentação de cada um dos *Ranking's*, a primeira é do então Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo:

Estimular os municípios a competirem entre si é, sem dúvida, instigá-los a melhorar a performance de suas estruturas produtivas, a promover a cultura empreendedora. Lembrá-los de que nesse processo de globalização não há como se desenvolver sem se tornar competitivo, investir em tecnologia, construir vantagens comparativas. (GOIÁS, 2003c, p. 03).

A segunda é do então Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, José Carlos Siqueira:

A competitividade é condição essencial para a promoção do desenvolvimento no mundo globalizado e representa um desafio para os setores público e privado goianos ao se projetar uma visão de futuro para o Estado de Goiás. (GOIÁS, 2005e, p. 05).

Tabela 08 – Indicadores utilizados para a elaboração do *Ranking*

INDICADORES UTILIZADOS	
Dinamismo	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do consumo de energia elétrica comercial • Crescimento do consumo de energia elétrica industrial • Crescimento das vendas do comércio per capita • Crescimento da arrecadação de ICMS per capita • Crescimento da população total
Riqueza econômica	<ul style="list-style-type: none"> • PIB Municipal • Massa Salarial • Receita Municipal • População total
Infra-estrutura econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade armazenadora • Consumo de energia elétrica total • Estradas pavimentadas • Infra-estrutura de aeroporto e aeródromo • Infra-estrutura de distrito industrial
Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Acessos telefônicos fixos em serviço por 100 habitantes • Consumo de energia elétrica residencial per capita • Índice de violência • Leitos hospitalares • Média salarial do emprego formal • Percentual da população atendida com água • Percentual da população atendida com rede de esgoto • Percentual da população de 5 a 14 anos no ensino fundamental • Taxa de alfabetização • Taxa de mortalidade infantil
Mão-de-obra	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de instrução da mão-de-obra • Emprego formal
Infra-estrutura tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Vagas ofertadas em Universidade/Faculdades • Instituições de capacitação de mão-de-obra • Educação profissional • Número de pesquisadores
Localização estratégica/logística	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade aos grandes centros consumidores • Distância a terminal ferroviário • Distância a terminal hidroviário • Número de acessos asfaltados
Política de incentivos financeiros e tributários	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos realizados pelo Programa PRODUZIR • Investimentos realizados com recursos do FCO

Fonte: Ranking 2003/2005, SEPLAN.

Org. Rodrigo Mendes da Silva.

A visão dos dois gestores públicos é bem clara, incitar a competição para promover o *desenvolvimento*. Essa nuance revela claramente a intenção de aprofundar as diferenças, sob o discurso de desenvolver a todos ampliando a competição desigual entre os municípios, num processo absolutamente contraditório. Ademais, do que se trata a administração pública? De organizar uma rinha de galos, na qual devemos afiar suas esporas, assisti-los se debatendo, esperar o sangue correr, decidir quem é o mais forte, e ainda premiá-lo? Percebemos aí a crença exacerbada nos princípios e leis liberais do mercado. Veremos então que na edição

referente a 2007, o discurso é menos agressivo, e busca camuflar essa intenção clara de acirramento das desigualdades das edições anteriores. Novamente na apresentação temos:

O Estado de Goiás vem apresentando nos últimos anos resultados relevantes em termo de crescimento econômico, evidenciados no crescimento do PIB, na diversificação de sua base econômica e na geração de emprego e renda. Entendendo que são nos municípios que as externalidades desse crescimento econômico se manifestam, o Ranking dos Municípios Goianos busca captar, por meio de um conjunto de indicadores e variáveis, a dinâmica desse processo, com a finalidade de evidenciá-los e estimular os municípios a melhorarem a performance de suas estruturas produtivas e a promoverem uma cultura empreendedora. Desta forma, acompanhar a dinâmica dos municípios goianos torna-se fator relevante para subsidiar a alocação de recursos e de investimentos governamentais e do setor privado. Ao setor público, cabe implantar políticas públicas direcionadas a melhorar os fatores desfavoráveis e fortalecer os aspectos favoráveis de competitividade; além de ressaltar as potencialidades e oportunidades de investimentos ao setor privado, para que ao mesmo tempo em que opere de modo lucrativo, contribua para o crescimento econômico e desenvolvimento dos municípios e conseqüentemente do Estado de Goiás. (GOIÁS, 2008, p. 04).

Com palavras bem mais “doces” e suaves, a apresentação do ranking de 2007 discursa em torno da finalidade de evidenciar os municípios e estimulá-los a melhorarem a performance de suas estruturas produtivas, e adiciona novos vocábulos que são amplamente utilizados nos discursos atuais como a cultura empreendedora. Mais adiante o discurso também muda no sentido de que agora há uma busca do fortalecimento de aspectos desfavoráveis, e a valorização dos favoráveis. Não é de se estranhar que os favoráveis giram em torno da competitividade, além de colocarem o crescimento econômico como base do *desenvolvimento* dos municípios. Sob uma roupagem mais “comportada” percebemos que a essência das intenções permanece.

O resultado, por três vezes consecutivas teve o município de Anápolis em primeiro lugar. Na edição de 2003 o título dado foi *Anápolis - Capital industrial de Goiás*, de onde extraímos a seguinte passagem:

O desenvolvimento goiano passa necessariamente por Anápolis. Classificada como a cidade mais competitiva do Estado de Goiás, não é à toa que é o berço de ilustres personalidades nas áreas social, intelectual, econômica e política. Com um distrito industrial que se consolida com a injeção de recursos do governo estadual e uma infra-estrutura econômica e social de fazer inveja a qualquer município brasileiro, Anápolis pode ser considerada uma cidade estratégica para o progresso goiano. (GOIÁS, 2003c, p. 21).

E na edição de 2005 traz no título *Anápolis - Principal pólo de desenvolvimento do Estado* de onde pudemos extrair a seguinte passagem:

Localizada entre a capital do Estado e a capital federal (Goiânia e Brasília) e no eixo econômico de grande potencial de consumo, dotado de parque industrial com destaque para o segmento farmacêutico e forte comércio atacadista, Anápolis vem reafirmando sua vocação de pólo de desenvolvimento do Estado. Bem servido de infra-estrutura, situado em uma região de entroncamento dos transportes rodoviário e ferroviário, o município conta ainda com um pólo educacional de nível superior e técnico que garante a capacitação da mão-de-obra local. Todos esses fatores contribuem para que Anápolis se torne cada vez mais atrativo a novos investimentos. Por isso mesmo mantém-se no topo do grupo de municípios mais competitivos de Goiás. (GOIÁS, 2005e, p. 17).

E em 2007 o título é: “*ANÁPOLIS – Pólo industrial com potencial em infra-estrutura e logística*”, e segue um trecho da publicação:

A cidade de Anápolis pode ser considerada, sem sombra de dúvidas, uma das mais privilegiadas do interior do País quanto à localização geográfica. Implantada no coração do Brasil, Anápolis é um pólo logístico por excelência. Situa-se estrategicamente no cruzamento de dois eixos rodoviários importantes, a BR-153, de sentido norte/sul e a BR-060, de sentido leste/oeste, e no ponto de integração futura da Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia Centro Atlântica. Esta infra-estrutura de transportes relacionada com o distrito agroindustrial e o Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) formatam um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. (GOIÁS, 2008, p. 18).

A utilização da vantagem locacional de Anápolis é votada agora também para conceitos bastante massificados contemporaneamente, a bola da vez é a logística. É consenso entre os economistas que a redução dos custos passa por uma redução no custo do transporte, e que a estrutura logística é fundamental para atingi-la. Daí a característica que outrora foi classificada de tradicional entreposto comercial, passa agora a ser chamada de pólo logístico por excelência, o que por uma “feliz” coincidência traduz a demanda das grandes empresas (incluindo as transnacionais) para assegurar maior competitividade. É a capacidade dinâmica de apreensão dos movimentos da contemporaneidade, do agora, por parte do *desenvolvimento* entendido como um conceito, que absorve as tendências e se reajustam buscando o mesmo fim, reproduzir o sistema.

Tanto em 2003 quanto em 2005, percebemos prática clara do *marketing* em torno do município dizendo que o *desenvolvimento* goiano passa necessariamente por Anápolis, infra-estrutura econômica de fazer inveja, cidade estratégica para o *desenvolvimento* goiano,

vocação de pólo de *desenvolvimento* do Estado, pólo logístico etc., legitimando uma imagem criada historicamente, calcada em aspectos como a localização estratégica, entreposto de rodovias, vocação industrial, dentre outros, que invade o imaginário popular, a classe política, e também o empresariado, capturando a todos que tomam como verdade esse discurso, como foi exemplificado no capítulo 2.

Em 9 de novembro de 1976, teve início a maior revolução que Anápolis tem notícia: o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA (KOSSA, 2006, p. 10). Assim diz o jornalista Pablo Kossa já na apresentação de seu livro intitulado “O marco do novo Goiás – 30 anos de DAIA. A narrativa começa como o usual, fazendo um apanhado histórico sobre o município desde os tropeiros até os dias atuais, e expõe como “marco” a fundação do DAIA, contemplando as “personalidades” político-empresariais envolvidas no fato. E segue com um viés puramente descritivo e propagandista, ausente de criticidade, sem se aprofundar nos aspectos contraditórios desse processo, contemplando dentre outras, fotos e diálogos entre os *atores* envolvidos na empreitada. Para caracterizar bem o intuito massificador da propaganda pró-DAIA e conseqüentemente pró-*desenvolvimento* que conta com um aparato bem estruturado, capaz de financiar esse discurso, segue um trecho dos agradecimentos do autor: *Este livro não teria sido possível sem o apoio da Acia, Fieg e Precon*⁵³. Evidenciados os financiadores, não se faz necessário dizer das intenções aí contidas.

Partimos agora, pautados na recorrente economização de tudo o que há, para analisarmos a ênfase dada ao Produto Interno Bruto – PIB, por parte do *marketing* estadual nas suas falácias desenvolvimentistas. Sobre a “importância do PIB municipal”, em uma de suas publicações temos:

O cálculo do PIB é importante por demonstrar as particularidades e a dinâmica da estrutura produtiva de cada município. Permite também melhor dimensionamento das atividades econômicas e a possibilidade de compará-las com as de outros. O indicador subsidia a elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento municipal e regional, e ainda o cálculo de indicadores municipais. O PIB atende à demanda de agentes econômicos públicos e privados, da sociedade goiana e dos formuladores de políticas regionais, bem como dos estudiosos da economia estadual, na medida em que subsidia estudos e análises setoriais importantes para o planejamento de políticas regionais e locais. Na forma em que são apresentados no estudo da Seplan, os dados permitem apontar as especificidades da produção de riqueza de cada um dos 246 municípios goianos, ao focar os grandes

⁵³ Acia – Associação Comercial e Industrial de Anápolis; Fieg - Federação de Indústria do Estado de Goiás; Precon – Empresa sediada no DAIA, fabricante de dentre outros de telhas e caixas d’água de fibrocimento, atualmente pertencente ao Grupo Eternit.

setores de atividade econômica – agropecuária, indústria e serviços. (GOIÁS, 2007b, p. 45).

Afirmado que o PIB atende à demanda de agentes econômicos públicos e privados, o trecho busca atribuir a esse índice a capacidade de subsidiar políticas voltadas para o *desenvolvimento* municipal. A partir do índice, são identificados as especificidades da produção dessa “riqueza” entre os municípios goianos, quais setores de atividade, e os mesmos são estimulados, ampliando as diferenças territoriais.

Sobre os maiores municípios segundo o PIB temos a seguinte tabela de classificação:

Tabela 09 – Ranking dos municípios goianos segundo o PIB – 2002/2005/2006

Ranking	2002		2005		2006	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Goiânia	10.127.289	Goiânia	13.520.904	Goiânia	15.872.191
2	Anápolis	2.151.293	Anápolis	2.823.516	Anápolis	3.772.370
3	Rio Verde	1.861.853	Catalão	2.383.224	Rio Verde	2.699.834
4	Aparecida de Goiânia	1.425.571	Rio Verde	2.353.796	Aparecida de Goiânia	2.659.141
5	Catalão	1.270.520	Aparecida de Goiânia	2.229.711	Catalão	2.488.759
6	Senador Canedo	1.197.065	Senador Canedo	1.525.031	Senador Canedo	1.857.195
7	Itumbiara	961.301	Luziânia	1.359.673	Itumbiara	1.511.574
8	Jataí	954.144	Itumbiara	1.309.644	Luziânia	1.415.893
9	Luziânia	826.512	Jataí	1.164.696	Jataí	1.152.189
10	São Simão	791.482	São Simão	870.742	São Simão	905.920
	Total	21.567.030		29.540.938		34.335.066
	Participação no Estado	57,64%		58,46%		60,14%
	Estado de Goiás	37.415.997		50.534.408		57.090.883

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos – PIB 2006, 2008
Org. Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais

Desde 2002⁵⁴ Anápolis, se mantém como o segundo maior na geração de Produto Interno Bruto – PIB. A exceção da capital Goiânia, o município é detentor do título de maior gerador de riquezas. Nota-se na tabela que apenas esses 10 maiores do PIB do estado concentraram em 2006, 60,14% do que foi produzido no estado de Goiás, ou seja, uma concentração muito alta.

Nada demais, segundo os discursos em defesa da competitividade que enaltecem tais municípios apontando-os como dinâmicos, e exemplos para os demais do estado. Sem dúvida são municípios bastante ricos. Faço agora um questionamento ingênuo: E a população, participa dessa riqueza?

Antes de buscar essas respostas partimos agora para outro índice que está apregoado no imaginário da população anapolina, principalmente por parte das classes empresarial e

⁵⁴ A partir de 2002 houve mudança na metodologia para que pudesse ser feito a comparação com outras regiões e estados.

política, a arrecadação de ICMS. Vimos no capítulo 2 que é quase unânime o fato do DAIA ser um poderoso gerador de receitas, principalmente através do ICMS. Esses dados estão demonstrados na tabela 10:

Tabela 10 – Arrecadação de ICMS e repasse aos municípios

MUNICÍPIO	1998				1999				2000			
	Arr.	Rep.	Pos.	Perc.	Arr.	Rep.	Pos.	Perc.	Arr.	Rep.	Pos.	Perc.
Anápolis	97.581	27.455	2	28,14%	108.820	31.400	3	28,85%	128.076	40.574	3	31,68%
Goiânia	767.012	124.175	1	16,19%	889.370	136.949	1	15,40%	971.961	161.317	1	16,60%
Goiás	1.371.314				1.579.173				1.857.761			
	2001				2002				2003			
Anápolis	131.649	41.634	3	31,63%	141.877	40.572	3	28,60%	177.148	39.347	3	22,21%
Goiânia	1.146.486	167.516	1	14,61%	1.315.481	166.429	1	12,65%	1.513.698	155.555	1	10,28%
Goiás	2.206.659				2.568.530				3.087.678			
	2004				2005				2006			
Anápolis	173.870	43.682	3	25,12%	199.116	57.395	3	28,82%	250.872		3	
Goiânia	1.607.214	170.181	1	10,59%	1.675.390	229.975	1	13,73%	1.901.722		1	
Goiás	3.373.748				3.562.508				4.032.113			
	2007				2008							
Anápolis	266.860		3		332.426		3					
Goiânia	2.305.394		1		2.604.552		1					
Goiás	4.594.042				5.476.105							

Arr. = Arrecadação de ICMS (R\$ Mil)

Rep. = Repasse de ICMS ao município⁵⁵ (R\$ Mil)

Pos. = Posição em relação aos outros municípios do estado de Goiás em arrecadação absoluta.

Perc. = Percentual repassado ao município em relação à arrecadação absoluta do município.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Org. Rodrigo Mendes da Silva

Nota-se que em 1999, Anápolis era o segundo município em arrecadação de ICMS, perdendo essa posição de 2000 em diante, caindo para a terceira colocação⁵⁶ e se mantendo até os dias atuais. A arrecadação cresce em termos absolutos saindo de 97.581 Milhões de Reais, até chegar em 332.426 Milhões de Reais em 2008. O percentual de repasse para o Município de Anápolis fica em torno de 28% do total arrecadado⁵⁷ com uma redução em 2003 que se normaliza em 2008.

⁵⁵ O repasse é baseado no índice de participação dos municípios reajustado anualmente. Representa um índice percentual pertencente a cada município a ser aplicado no montante representado pelos 25% da arrecadação do ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação) pertencente ao município. Este índice que viabiliza o Estado a entregar as parcelas da receita tributária, prevista na CF (Constituição Federativa) e pertencentes aos municípios. Segundo a Constituição Federal será de $\frac{3}{4}$ na proporção do Valor Adicionado e de até $\frac{1}{4}$ de acordo com que dispuser a lei estadual. Segundo a Constituição do Estado de Goiás será de 90% na proporção do Valor Adicionado e 10% em partes iguais entre os municípios.

⁵⁶ O segundo município em arrecadação bruta de ICMS passa a ser Senador Canedo, isso se deve à instalação de um terminal da Petrobrás em 1996, incrementando a arrecadação.

⁵⁷ Não constam os repasses de 2006 a 2008.

Essa expressiva fonte de arrecadação também é bastante utilizada para propagandas que visam enaltecer o município de Anápolis principalmente comparando-o aos outros municípios do estado de Goiás, retomando sempre o viés economicista. Percebendo os caminhos do acirramento concorrência e disputas buscados pelos agentes públicos, que ocorre em Goiás, e aplicados no *território* anapolino, concordamos com Montenegro Gómez (2006, p. 107-108) quando diz:

Produzir, concorrer, submeter a identidade territorial ao processo de produção capitalista, numa excelente manobra de prestidigitação, transformam-se, segundo essa visão, em questões do âmbito público. A esfera tradicional do privado coloniza quase totalmente a esfera do público, numa mistificação interessada. Unir a população em prol de um desenvolvimento capitalista que se funda na concorrência e na busca do lucro, e, portanto, no aprofundamento das diferenças e das desigualdades, converte-se inopinadamente na nova face do público. A reinvenção do público se alicerça num território cerceado, palco de um arremedo de pacto social que entrega à lógica e aos interesses privados a organização e controle da sociedade, em troca de promessas, geralmente não cumpridas, de mais produção, mais emprego, mais consumo, melhor qualidade de vida.

Vimos nesse tópico como é feita a manipulação de alguns dados, baseados em crenças principalmente economicistas, que prometem um *desenvolvimento* incapaz de ser concretizado que se realiza num pacto entre o poder público a serviço do privado, sem a mínima preocupação com o bem estar coletivo, apesar de o discurso ser voltado para a melhoria das condições da população como um todo. Para percebermos o nível de aprofundamento das diferenças produzidas no *território* anapolino faremos o confronto de alguns dados.

3.3 *Desenvolvimento* para quem? (Des)construindo discursos e práticas

Confrontando os dados utilizados para embasar os discursos e as propagandas em torno do DAIA, como visto no item anterior, nos quais não raro (ab)usam dos mitos do *desenvolvimento*, faremos uma abordagem utilizando alguns dados gerados pela própria SEPLAN, assim como outros órgãos revelam mais contradições entre o que prometem dos discursos acerca do *desenvolvimento* desse município e seu poderoso distrito industrial, e o que realmente possui capacidade de fazer.

Com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁵⁸ elaboramos a tabela 11, capaz de mostrar parte dessas contradições. A tabela traz uma grande quantidade de variáveis como Índice de Gini (ou coeficiente de Gini⁵⁹), Índice de Theil⁶⁰, alguns índices referente a renda e a pobreza.

Tabela 11 – Indicadores Sócio-econômicos 1991 e 2001

Município	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	Índice de Theil, 1991	Índice de Theil, 2000
Anápolis	0,56	0,57	0,55	0,56
Goiânia	0,57	0,61	0,58	0,67
	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 2000
Anápolis	84,29	74,11	9,38	12,57
Goiânia	86,61	75,04	7,79	10,68
	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 2000
Anápolis	45,58	46,86	3,4	3,07
Goiânia	45,93	49,54	3,14	2,55
	Renda per capita média do quinto mais rico, 1991	Renda per capita média do quinto mais rico, 2000	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 2000
Anápolis	714,53	909,55	39,82	45,05
Goiânia	1120,28	1669,32	56,44	64,81
	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 1991	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000
Anápolis	8,32	7,47	37,22	38,41
Goiânia	4,11	4,06	35,17	38,87

*Posição em relação aos outros 242 municípios do Estado de Goiás.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Org. Rodrigo Mendes da Silva

⁵⁸ O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é um banco de dados eletrônico que gera tabelas, gráficos, mapas e relatórios a partir de 125 indicadores sociais e econômicos para os 5507 municípios brasileiros e as 27 unidades da Federação, baseados nas informações dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000, do IBGE. Foi desenvolvido em conjunto pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro.

⁵⁹ O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Para obter mais informações metodológicas acesse www.undp.org.br

⁶⁰ O índice de Theil mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula. Para obter informações metodológicas, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998.

Utilizando-nos da costumeira tendência por parte dos gestores e seus *marketing's*, fizemos um comparativo do município de Anápolis entre os anos de 1991 e 2000, utilizando índices sociais. Esse levantamento traz dados de Anápolis e também de Goiânia, apenas usada como referência e não base comparativa por se tratar da capital do Estado tendo assim características diferenciadas.

Iniciando pelo Índice de Gini, percebemos que Anápolis teve uma leve piora entre 1991 e 2000 subindo de 0,56 para 0,57 denotando uma piora na distribuição de renda. E o Índice de Theil acompanha o de Gini no período tendo uma piora de 0,55 para 0,56. Tanto o Índice de Gini quanto o de Theil evidenciam a piora na distribuição de renda em Anápolis.

Para que fique ainda mais claro a discrepância partimos para a análise da concentração de renda. Em 1991 a parcela dos 10% mais ricos do município se apropriaram de 45,58% de toda a renda, enquanto os 20% mais pobres lutaram para dividir 3,4% de tudo. Quase metade, é a impressionante marca conquistada pelos mais ricos, algo que não é novidade e nem fora do comum visto a lógica de funcionamento do sistema capitalista. Porém, esse município de “grandes oportunidades” aprofunda essas desigualdades em 2000. 46,86% da renda total ficaram nas mãos dos 10% mais ricos, e os 20% mais pobres tiveram que se digladiar por 3,07% do total acumulado.

Outro índice que não melhora a situação é o percentual de renda proveniente de rendimento do trabalho que em 1991 cai de 84,29% para 74,11% em 2000. Onde estão os empregos? Cadê os efeitos da poderosa qualificação profissional que o município proporciona com seu pólo educacional? Onde estiveram os empregos gerados pelo DAIA no período?

O resultado de tudo isso é a maior necessidade de transferência de renda governamental na ajuda aos pobres. Ainda é preciso dar pão. O percentual de renda proveniente de transferência governamental aumentou de 9,38% para 12,57% entre 1991 e 2000.

Dividindo cem por cento da população por vinte temos a mesma dividida em cinco quintos, do mais pobre ao mais rico. E a renda per capita média do quinto mais rico aumentou de R\$ 714,53 em 1991 para R\$ 909,55 em 2000, um incremento de aproximadamente 27,2%, enquanto que o quinto mais pobre da população teve sua renda per capita média elevada de R\$ 39,82 em 1991 para R\$ 45,05 em 2000 representando um incremento de 13,1%. Além do incremento do quinto mais rico ser quase três vezes maior que o quinto mais pobre, apenas esse incremento em Reais, representa mais de quatro vezes a renda per capita média do quinto mais pobre da população, sendo que em termos absolutos o quinto mais rico da população acumulava mais de vinte vezes a renda dos mais pobres.

Coincidentemente o percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75 reduziu de 8,32% em 1991 para 7,47% em 2000. Isso quer dizer que em 1991 aproximadamente 19.916 pessoas, e em 2000, 21.519 pessoas possuíam renda per capita abaixo de R\$ 37,75.

Quanto à intensidade da pobreza em Anápolis, o índice aumenta de 37,22 em 1991 para 38,41 em 2000. Concordamos com as propagandas amplamente divulgadas nas quais Anápolis é um município capaz de gerar vultosas riquezas, porém o que nunca é dito é que a riqueza é apropriada por uma pequena parcela da população.

Outra fonte de dados é o estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA, intitulado “Atlas da exclusão social no Brasil”, organizado por Márcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003), que contempla alguns indicadores na elaboração de um índice que varia de 0 a 1 sendo que quanto melhor a posição do município, o índice se aproxima de 1.

Os índices foram construídos primeiramente a partir de três grandes temas que configuram os componentes da exclusão/inclusão social ou de risco de exclusão/inclusão social.

Tabela 12 – Elaboração do Índice de Exclusão Social

Aspectos	Índices criados	Peso
Um padrão de vida digno	a) Medido pela pobreza dos chefes de família no município	17,0%
	b) Medido pela taxa de emprego formal sobre a PIA	17,0%
	c) Medido por uma <i>proxi</i> da desigualdade de renda	17,0%
Conhecimento	d) Medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos	5,7%
	e) Medido pelo número médio de anos de estudo do chefe de domicílio	11,3%
Risco Juvenil	f) Medido pela porcentagem de jovens na população	17,0%
	g) Medido pela porcentagem de jovens na população	15,0%

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, (POCHMANN; AMORIM, 2003).

O primeiro deles foi chamado *Padrão de vida digno*, utilizando três indicadores: a) a porcentagem de "chefes de família pobres" no município; b) a quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa – PIA; c) uma *proxi* do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso. No segundo tema, para quantificar a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade apurou-se o tema *Conhecimento* por meio dos indicadores: d) anos de estudo do chefe de família; e) alfabetização da população acima de cinco anos de idade. E o terceiro tema é o *Risco juvenil* que, por meio dos indicadores: f) participação de

jovens de 1 a 19 anos na população e g) taxa de homicídios por 100 mil habitantes, busca captar a realidade caótica e, por vezes, desesperançada em que vivem os jovens mais carentes do país. A tabela 12 traz os temas analisados pelo Índice de Exclusão Social, os índices construídos, e suas ponderações (POCHMANN; AMORIM, 2003).

Temos então a partir desse Atlas, a classificação de todos os municípios brasileiros a partir do Índice de Exclusão Social. E para uma melhor comparação separamos os 10 mais bem posicionados municípios do estado de Goiás como seguem na tabela 13.

Especificamente em relação à Anápolis, notamos que índices como alfabetização, escolaridade, juventude, violência e pobreza, mantiveram uma média semelhante com os outros nove primeiros municípios. Porém como já sinalizado por outros estudos, o índice de emprego e o índice de desigualdade acumulam um péssimo desempenho tracionando o índice de exclusão social para baixo. Com isso o município atinge a tímida sétima colocação em relação aos outros municípios do estado e a 777ª posição nacional, ou seja, muito pouco para o município “mais dinâmico do estado de Goiás”.

Tabela 13 – Exclusão social em 2000

Posição em Goiás	Posição no Brasil	Município	Índices							
			Pobreza	Emprego	Desigualdade	Alfabetização	Escolaridade	Juventude	Violência	Exclusão
1	50	Rio Quente	0,769	0,725	0,203	0,894	0,618	0,716	0,814	0,653
2	53	Goiânia	0,751	0,357	0,355	0,918	0,773	0,746	0,909	0,652
3	328	Chapadão do Céu	0,848	0,267	0,141	0,892	0,589	0,600	1,000	0,583
4	608	Caldas Novas	0,710	0,169	0,175	0,879	0,589	0,673	0,966	0,555
5	735	Catalão	0,636	0,156	0,141	0,892	0,591	0,748	0,949	0,546
6	755	Rio Verde	0,670	0,189	0,186	0,851	0,546	0,688	0,932	0,544
7	777	Anápolis	0,640	0,171	0,158	0,888	0,591	0,700	0,941	0,542
8	819	Itumbiara	0,617	0,184	0,153	0,861	0,537	0,771	0,915	0,540
9	859	Valparaíso de Goiás	0,728	0,057	0,229	0,868	0,673	0,566	0,952	0,537
10	893	Goiatuba	0,667	0,157	0,142	0,858	0,494	0,749	0,924	0,535

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, (POCHMANN; AMORIM, 2003).

Org. Rodrigo Mendes da Silva

A própria Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN, criou dois índices sendo o primeiro o IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico; e o IDS – Índice de Desenvolvimento Social. O IDE utiliza dados referentes à infra-estrutura, à qualificação da mão-de-obra e com o PIB per capita do município, enquanto o IDS é construído considerando

o desempenho dos setores de saúde e educação, a oferta à população de serviços básicos e a renda auferida pelos trabalhadores em função das faixas de renda da mão-de-obra formal. Em ambos os índices e ambas as edições Anápolis não teve resultados tão expressivos.

Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento Econômico/Índice de Desenvolvimento Social 2000 e 2001

Município	IDE 2000		IDE 2001		IDS 2000		IDS2001	
	Índice	*Posição	Índice	*Posição	Índice	*Posição	Índice	*Posição
Anápolis	5069,4	40	5084,8	27	5178,5	4	5169,5	4
Goiânia	5199,7	5	5193,3	6	5289,5	1	5261,7	1

*Posição em comparação com os outros municípios do estado de Goiás.

Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE, e Índice de Desenvolvimento Social - IDS dos municípios Goianos 2000/2001

Org. Rodrigo Mendes da Silva

Analisando a tabela 14 surpreende a contradição gerada pela própria SEPLAN quanto aos dados do município que outrora fora colocado como o mais competitivo, com maior PIB e um excelente desempenho em arrecadação de tributos, acabar em 2000 na 40ª posição em relação aos outros municípios do estado quanto ao IDE. E surpreende também a rápida melhora na posição de um ano para o outro, indo para 27ª colocação, talvez explicado nas mudanças de metodologia⁶¹. A quarta posição no IDS se manteve de um ano para outro, porém um artigo⁶² publicado no boletim “Conjuntura Econômica Goiana”, uma publicação trimestral da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, com o título: “Classificação dos municípios goianos conforme variáveis de políticas de geração de emprego e renda e de habitação – uma análise multivariada”, mostra a fragilidade desses dados (Conjuntura Econômica Goiana – n. 10, Junho 2009).

O artigo busca analisar o perfil dos municípios goianos relativamente às suas políticas setoriais nas áreas de geração de emprego e renda e de habitação, utilizando dados obtidos pelo IBGE segundo as seguintes variáveis: a) Para política de geração de empregos – Incentivos para atração de atividades econômicas; benefício tributário relativo ao IPTU; benefício tributário relativo ao ISS; cessão de terras; fornecimento de infra-estrutura; distrito industrial; outros incentivos; programa de geração de trabalho e renda; programa ou ação de capacitação profissional. b) Para políticas habitacionais – Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais; programa de construção de unidades;

⁶¹ Segundo a publicação, “Na elaboração do trabalho houve alteração de metodologia e de variáveis com o propósito de tornar os indicadores e os índices mais substantivos para representar os fenômenos a que se propõem.” (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – IDE E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IDS DOS MUNICÍPIOS GOIANOS: 2001, p. 5, 2005).

⁶² De autoria do economista e mestre em desenvolvimento econômico Eduiges Romanatto.

programa de oferta de lotes; programa de regularização fundiária; programa de oferta de material de construção; outros programas e ações. Seguimos então para os dados.

Nem Goiânia tampouco Anápolis ficaram entre os dez melhores posicionados como consta na tabela 15. Segundo análises do próprio autor, ao se comparar os municípios do *ranking* de competitividade da SEPLAN-GO (quinze primeiros) com o deste trabalho (também os quinze primeiros), coincidem apenas cinco deles. Com isso, percebe-se que um terço dos municípios melhores ranqueados em competitividade, tem a prática de utilização das variáveis incluídas nas políticas de geração de emprego e renda e de habitação, numa perspectiva mais abrangente. E em comparação com o Índice de Desenvolvimento Social – IDS de 2001 a proporção é um pouco maior, 40% entre os quinze primeiros.

Romanatto (2009), salienta ainda que alguns dos quinze melhores municípios do *ranking* de competitividade estão em colocações desfavoráveis no IRM, como o caso de Anápolis que na 150ª colocação mostrando que “isso é um indicativo de que esses municípios, apesar de possuírem força econômica, necessitam voltar atenção maior às políticas de geração de emprego e renda e de habitação nas piores colocações”. Novamente vêm à tona os questionamentos acerca do proferido discurso sobre o município que mais gera riquezas e o Distrito Industrial que gera tanto emprego e renda. A cada análise se confirma que esses aspectos são parte de um elaborado discurso em torno de mitos.

Tabela 15 – Índice de ranqueamento dos municípios goianos

Classif.	Município	* IRM
1	Jataí	1,120
2	Itumbiara	1,045
3	Catalão	1,021
4	Chapadão do Céu	0,929
5	Mozarlândia	0,876
6	Goianésia	0,823
7	Quirinópolis	0,808
8	Sanclerlândia	0,799
9	Piracanjuba	0,793
10	Nerópolis	0,778
42	Goiânia	0,415
150	Anápolis	-0,145

*IRM - Índice de Ranqueamento dos Municípios

Fonte: Revista Conjuntura Econômica Goiana – n. 10, 2009

Org. Rodrigo Mendes da Silva

Os índices conquistados por Anápolis, assim como a posição em relação aos outros municípios goianos são em geral bastante tímidos para o segundo município de maior PIB em Goiás (excluindo-se a capital Goiana), o terceiro em arrecadação de ICMS, e o mais dinâmico segundo o governo estadual, evidenciando a potência do *marketing* governamental que busca mostrar apenas o que se quer que seja visto, ocultando aspectos da realidade, moldando suas práticas de acordo com seus interesses buscando legitimar a ordem capitalista vigente.

A intenção de nossa análise não se pauta na crença de que todos esses índices e comparações são capazes de comprovar o desastre da maioria das políticas públicas adotadas e a longínqua conquista do sonhado *desenvolvimento*, como se fosse uma verdade absoluta. Isso exigiria um esforço muito mais complexo e árduo, pois sabemos da quantidade de aspectos e variáveis que precisam ser consideradas para tal. Tampouco concordamos com discursos extremos negando todos esses índices de forma ortodoxa e exagerada. Entendemos que os índices tem seu valor e dever ser utilizados, porém com critério e considerando sua devida importância. Não se trata de uma “indicização” nem do fortalecimento da tendência economicista característica do sistema capitalista. O real motivo das comparações foi confrontar visões baseadas nesses estudos, nos quais temos como simples indicativos (e não verdades incondicionais), que são capazes de expor a *contradição viva* do sistema, dos discursos e das práticas implementadas, analisadas de perto, curiosamente utilizando, algumas vezes, dados elaborados pelos próprios *atores* que professam esses discursos. É preciso conhecer o significado de cada índice, de cada conceito, e quais são os fins aos quais estão sendo utilizados:

Não se trata, evidentemente, de negar todo valor a esses conceitos, nem de abandoná-los se não podemos substituí-los por outros melhores. Trata-se de conhecer-lhes a exata significação. A objetividade em ciências sociais vai sendo obtida na medida em que se explicitam os fins e de identificam nos meios (nos métodos e instrumento de trabalho) o que nestes é decorrência necessária dos referidos fins. (FURTADO, 1974, p. 116. Grifos do autor).

Chegamos então à mesma conclusão na qual Furtado sintetiza com perfeição, já na década de 1970, nossas observações que até os dias atuais pouco mudaram:

[...] Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade

para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de forma de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (FURTADO, 1974, p. 75-76. Grifos do autor).

No item a seguir, veremos o DAIA e Anápolis compreendidos como um *território* permeado por disputas e relações de poder, e também uma abordagem de algumas pesquisas sobre Anápolis já realizadas, contemplando essas visões e contrastando com panorama levantado até aqui por nossa abordagem.

3.4 Territórios em disputa, sujeitos e relações

Ao longo do primeiro capítulo, pudemos perceber em que cenário se deu o surgimento do DAIA pautados na articulação entre os panoramas mundial, nacional e regional. Vimos também que alguns esforços se somaram, através de políticas públicas sempre de acordo com cada um desses panoramas, que findaram por estabelecer em Anápolis seu Distrito Agroindustrial. Dessa forma Montenegro Gómez diz:

[...] Se, na etapa anterior, numa orientação nacional, os centros econômicos mais potentes de um país conseguiram concentrar ainda mais os recursos, a atividade, a mão-de-obra, as infra-estruturas etc., nas décadas de 1960 e 1970, fez-se o esforço de promover a escala regional, como tentativa de descentralização da atividade econômica e de re-equilíbrio nacional. [...] Além desse direcionamento para a escala regional, promove-se um enfoque setorial, que propicia a esses pólos regionais certa identidade produtiva (pólo químico, automobilístico, alimentício etc.) e se tenta uma expansão maciça dos serviços sociais elementares (educação, saúde e moradia principalmente), por todas essas regiões. [...] Apesar desses esforços, essa ênfase na escala regional não vai conseguir, em geral, mudar os desequilíbrios territoriais próprios da dinâmica de acumulação capitalista, fortemente concentradora. Nessa fase, serão criados os grandes “elefantes brancos” do desenvolvimento. Investimentos custosos em regiões marginais que, ao mesmo tempo em que dilapidavam recursos escassos e/ou “engordavam” a dívida externa, não conseguiam reduzir as diferenças inter-regionais, ao contrário. (2006, p. 264-265).

Anápolis ressurgiu então como um pólo industrial na década de 1970, imbuído numa política de desconcentração industrial via distritos agroindustriais, e em fase mais recente se

consolida utilizando alguns enfoques como pólo farmacêutico (década de 1990). Ficou claro até aqui que essas políticas implementadas não conseguiram reduzir as desigualdades do município, tampouco da região, e no que tange aos “elefantes brancos” temos o exemplo de 37 distritos industriais espalhados pelo estado de Goiás que não obtiveram êxito comparado aos cinco de maior destaque (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Rio Verde, Itumbiara), mostrando a distância entre o alvo e a direção tomada por essa política desperdiçando considerável monta de recursos públicos.

A política de industrialização chega junto com o discurso de *desenvolvimento* que se configura pela rede de saberes, de práticas e de poderes que reúne, e se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz e se sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas. É importante reconhecer o papel do *território* como expressão de todo esse processo, no qual é implementado uma política de *desenvolvimento* que (re)ordena a dinâmica sócio-econômica do município.

A tradição de entreposto comercial, e a localização centralizada, e o entroncamento rodoviário, somadas à implantação do DAIA são aspectos que foram utilizados de forma enfática para a construção de uma noção de tradição e vocação industrial do município, e recentemente, devido às necessidades do capital, uma tradição logística vem sendo apregoada no imaginário dos cidadãos anapolinos. A ênfase em aspectos do local, num *território* utilizado como ponto de apoio das propostas de *desenvolvimento* que vem sempre acompanhado da promessa de ser impulsora do progresso buscando sempre uma identidade (de entreposto comercial passa a industrial, e recentemente visando o “filão” da logística) que seja agradável aos ouvidos, atrelada a adjetivos como, por exemplo, uma Anápolis, moderna, desenvolvida, rica, estratégica, avançada, próspera. De fato esses elementos locais existem, porém o mais relevante agora é identificar a forma com que eles são utilizados em prol de interesses da elite dominante, na confecção de um discurso que atenda a seus interesses.

Os distritos industriais foram utilizados para converter uma lógica que tinha uma característica de localização das indústrias puramente privada (principalmente no período Fordista) para uma lógica de conotação pública (característica do Keynesianismo), pois o Estado deveria ter a preocupação dotá-los das necessárias infra-estruturas físicas e econômicas, pois os mesmos gerariam empregos e ofereceriam dignidade e cidadania (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). O deslocamento da apropriação do espaço⁶³ de forma privada para uma valorização do *território* de forma pública, passa uma falsa noção de que o

⁶³ Concordando com Raffestin (1993), o espaço é tido aqui como anterior ao território. O território se forma à partir da apropriação desse espaço de forma concreta ou abstrata.

distrito é patrimônio dos cidadãos, mobilizando a população anapolina em torno de uma identidade territorial que parte de elementos existentes, para serem transformados em tradições e identidades que na verdade são construídas. Assim esse bem que é posto como “público” continua sendo apropriado privadamente, mascarando as estratégias privadas de reprodução e acumulação do capital.

Citando Veiga, Montenegro Gómez diz que seria importante a:

[...] construção de uma imagem de marca de identificação do território, da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar uma clientela, ou conquistar um novo segmento de mercado. Por isso, a valorização do patrimônio natural e histórico-cultural é muito mais um processo de construção do que uma herança. É fundamental que o maior número de atores se engaje nessa valorização. Não somente as pessoas, mas, sobretudo, as empresas, que devem ser incentivadas a investir no plano simbólico como forma de ancorá-las ao território. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 111)

Dessa forma o *território* é utilizado como base de uma estratégia de *desenvolvimento*, que busca ser identificado como uma marca, um produto que deve ser bem desenhado e publicitado, para ser bem vendido. E para essa construção são arrematados todos os seguimentos da população de Anápolis, dentre eles os trabalhadores, os empresários e os políticos, pois o *desenvolvimento do território* seria um anseio geral da população, por conseguinte, uma questão pública.

As características do *território* anapolino (como boa localização, entroncamento de rodovias etc.) são vistas como um recurso. E de acordo com a conjuntura do mercado, são enfatizados as vantagens comparativas e competitivas do município, incluindo o DAIA, visto como um veículo de “empreendedorismo” para os que ali se instalam, reduzindo o *território* apenas à sua face econômico-mercantil.

Apesar de todas as dificuldades, o capital continua se reproduzindo dentro da lógica do sistema. Porém isso não quer dizer que se excluem as disputas na apropriação do espaço, pois há interesses conflitantes convergindo num mesmo lugar, o DAIA. A apropriação do espaço por um grupo ou indivíduo não raro entra em disputa com as aspirações de outro grupo ou indivíduo, como ficou evidenciado no capítulo II quando tratamos das eventuais divergências entre a classe política e os empresários, mesmo se tratando de dois grupos hegemônicos que de certa forma se apóiam.

Com base nas proposições de Raffestin (1993) entendemos que todos os tipos de organizações, sejam elas pequenas ou grandes, todos os *atores* sintagmáticos, seja Estado ou o

indivíduo, todos carregam uma estratégia de produção, que se chocam umas com as outras nas diversas relações de poder. Assim, o processo de apropriação/produção dos espaços compreendidos pelo DAIA e Anápolis, vem carregado de sentidos, de significados, de poder, vistos que são mediados por relações entre diversos sujeitos, na dinâmica mobilidade espacial do capital e do trabalho, constituindo assim um *território em disputa*.

Qualquer que seja o partícipe desse jogo de disputas territoriais pode ser identificado através da formação dos discursos, e melhor compreendido a partir das táticas e estratégias de poder:

Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégia que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica [...] (FOUCAULT, 1979, p. 164).

Essas táticas e estratégias de implantações, distribuições, recortes e controles territoriais das organizações e corporações no que Foucault compara como uma espécie de geopolítica baseada no controle do poder é complementada pela observação feita por Souza (2003), na qual não há uma exclusividade de poder em relação a um determinado *território*. Não só os *atores* enraizados em Anápolis (sejam eles políticos ou empresários) participam das disputas em torno desse *território*. Devido à fluidez dos fluxos, às conexões, às trocas de importação e exportação com outros mercados (de outros estados, e outros países), alguns vetores da mundialização, moldam do *território* principalmente em relação aos processos internos, como são moldados pelos fatores externos (SANTOS, 1994), expondo a complexidade do *território* em questão.

Expondo também outras visões acerca das relações/apropriações urdidas no *território* em questão, veremos algumas das produções científicas sobre Anápolis e o DAIA. A primeira pesquisa sobre o tema feita no programa de pós-graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/IESA, da Universidade Federal de Goiás, traz o título: *A política de industrialização em Goiás com os Distritos Agroindustriais – DAIA (1970/90)*, (SANTOS, 1999). Na pesquisa a autora mostra que a política de industrialização via Distritos agroindustriais se dá em um processo contraditório e produtor de contradições, evidenciadas pelo papel do Estado que assume como agente determinante, os interesses do capital privado.

A autora mostra como as empresas de grande porte acabam por assumirem uma posição de ameaça constante às administrações municipais visto que na busca do lucro mantém um jogo de permanentes chantagens para que mantenham seus parques industriais nas referidas localidades (SANTOS, 1999). Com base nessa conclusão, podemos fazer um paralelo com um aspecto específico do pólo farmacêutico do DAIA: o pólo farmacêutico responde por aproximadamente 26% das empresas instaladas e 55% dos empregos do Distrito (MENESES, 2008) sendo que apenas duas delas – Teuto e Neoquímica – concentravam 31,47% do total de empregos diretos de todo o DAIA⁶⁴. Caso essas duas empresas, por qualquer motivo que seja, resolvam transferir seu parque industrial para outra localidade, o município terá que arcar com os problemas advindos da redução de um terço das vagas de trabalho oferecidas pelo DAIA causando um enorme problema administrativo demonstrando uma fragilidade estratégica nesse aspecto e a pressão que ambas podem exercer sobre o Distrito.

Outra dissertação é de autoria de Brito (2007), com o título *A gestão das cidades e sua organização interna: Anápolis – 1993 a 2004*, na qual a autora buscou detectar os efeitos das políticas urbanas aprovadas nas gestões municipais e os impactos na estrutura urbana do município. Foram analisados aspectos econômicos, sociais e políticos, numa leitura que buscou três enfoques que segundo a autora são fundamentais: a cidade enquanto centralidade na região; a questão da gestão urbana; e os objetivos do plano diretor em confronto às leis de política urbana no período de 1993 a 2004.

A partir de suas constatações, Brito (2007) chega a questionar se Anápolis não seria um exemplo do fracasso dos planos diretores e do planejamento institucionalizado que deveria garantir uma transformação no processo de desigualdade e segregação através de políticas urbanas. Mesmo a partir da elaboração dos planos diretores em 1968, a reprodução da desigualdade decorrentes do sistema capitalista foi mantida, além disso, o planejamento da cidade não acompanhou o processo contínuo e dinâmico da produção do *território* e da cidade, ficando submetidos aos interesses dos agentes privados, intimamente ligados a agentes públicos detentores do poder em cada administração.

As conseqüências negativas desse processo são salientadas pela distribuição desigual dos serviços urbanos na periferia e concentrados no centro e nos bairros onde a população possui maior renda; degradação da região central; construção da cidade desigual na periferia urbana; precárias condições de urbanização e saneamento; legislação urbanística

⁶⁴ Dados referentes ao ano de 2006 obtidos junto à administração do DAIA em trabalho de campo.

desatualizada em função da fragilidade do sistema de planejamento, em acompanhar a dinâmica urbana; vulnerabilidade dos recursos naturais à expansão urbana e atividades econômicas e sociais; tecido urbano espraiado, pouco denso e desarticulado; o encarecimento da implantação e manutenção de infra-estrutura e serviços urbanos; presença de habitações subnormais na forma de 17 favelas contendo 12 mil pessoas em 3 mil domicílios; deficiências no transporte coletivo etc. (BRITO, 2007).

Em 2008, outra pesquisa busca analisar o mercado de trabalho do DAIA, apresentando a cidade de Anápolis e seu processo de industrialização. O título é *O Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA: mercado de trabalho e formação profissional* (RIBEIRO, 2008), onde são abordadas a política de educação profissional brasileira e anapolina, os cursos de formação, e a realidade socioeconômica do município tido como uma cidade industrial.

Através do estudo pôde-se perceber que a maior parte das contratações no DAIA são destinadas a trabalhadores com ensino médio e em menor escala para o ensino superior. Isso mostra a contradição ao apelo feito pelo mercado que induz o trabalhador a buscar cada vez mais ampliar sua formação sendo que as vagas são cada vez mais escassas. Essa escassez se deve principalmente ao fato das indústrias presentes no DAIA estarem inseridas nos moldes modernos das inovações tecnológicas, onde os empregados demandados são aqueles que são capazes de se ajustarem a essas inovações, exercer múltiplas funções, oportunizando a redução do número de postos e majorar a margem de lucro dos proprietários.

Outro fator importante da pesquisa foi a constatação da subordinação da educação pela economia, ou seja, pelo capital, onde são priorizados nos currículos de formação desses profissionais uma polivalência técnica, e uma carência de conteúdos sociais, apesar dos discursos prometerem uma educação que prepara para o exercício da cidadania. O que ocorre na prática é que “o mercado de trabalho define a qualificação necessária ao processo produtivo e o Estado a legitima com as legislações” (RIBEIRO, 2008).

Com o objetivo de compreender como se deu o processo de consolidação de Anápolis como centro econômico regional, com uma importante abrangência para a rede urbana de Goiás, observando-se o processo de urbanização e industrialização, a dissertação de Meneses (2008) traz o título *As múltiplas escalas do processo de consolidação de Anápolis como centro regional*. A pesquisa mostra como Anápolis se relaciona através de seus fluxos, de forma ao mesmo tempo concorrencial e complementar com Goiânia e Brasília, elevando a representatividade do município na estruturação da região Centro-Goiano, e também do estado de Goiás, através da constatação de sua centralidade interurbana e interregional. E

chama atenção para o fato de que os elevados índices econômicos se contrastam com um caos funcional e estrutural que reflete na vida dos cidadãos.

Anápolis é definida pela autora como uma cidade média, sendo componente importante do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília (como também abordamos em nossa pesquisa), além da relação complementar com a Região Metropolitana de Goiânia. Essa relação com Goiânia teria nascido de forma concorrencial, porém com o passar do tempo tendo sido superada pela forma complementar mediante as necessidades do estado de Goiás, porém aponta que Anápolis foi desfavorecida no que se refere à incentivos e investimentos em relação à capital. O processo que se desenvolve caracterizando essa grande importância de Anápolis para o estado de Goiás segue em paralelo com problemas semelhantes aos de uma metrópole, sendo que toda essa estruturação se faz mediante “um sistema imposto pelo capital, abarcado pelo Estado que não beneficiou Anápolis, muito menos seus habitantes” (MENESES, 2008, p. 139).

Enfim, todas as pesquisas aqui comentadas acerca de Anápolis reforçam a forma com que o capital ditou os caminhos e as regras pelas quais deveriam se dar o processo de (re)ordenamento territorial, mediante suas necessidades particulares. Para isso, o capital segue com sua peculiar agilidade em apropriar-se de tudo que possa lhe conferir maior poder, e assim facilitar as ações na busca da concretização de suas intenções. A fusão entre o Capital-Estado-Trabalho, o domínio de instituições políticas, públicas, de gestão estadual, de gestão municipal, de ensino, veículos de comunicação e diversas mídias, assim como o controle de suas ideologias foram ao longo de todo o processo uma mescla de causa e efeito dessa dinâmica de reprodução do sistema.

Porém poucas pesquisas geográficas sobre o município conseguem de fato *desvelar* o processo contraditório da produção e apropriação desse espaço que redundam nos *territórios*. Ao longo dos trabalhos de campo, as fotos tiradas por nós, exprime *in loco* a *contradição viva* dessa territorialização.

A fotografia da figura 16 foi tirada de uma das ruas do setor industrial Muniz Calixto, que fica às margens do DAIA. Inicialmente era para ser residência dos trabalhadores da indústria, porém se tornou reduto de migrantes que não se inseriram nessa lógica perversa e estão à margem de todo o processo, e porque não à margem do DAIA. A paisagem exposta na figura mostra o que a indústria, que seria o vetor de modernização e *desenvolvimento* (aqui exemplificada pela fábrica da Hyundai), traz consigo junto a seu processo de territorialização.

Foto do autor



Figura 16 - Foto da fábrica da Hyundai e do bairro industrial nos arredores do DAIA

À partir daí tivemos a oportunidade de averiguar mais distorções como os paralelos mostrados nas figuras a seguir.

Vemos nas figuras 17 e 18 a diferença na infra-estrutura das entradas do setor industrial Muniz Calixto, e do DAIA.

Foto do autor



Figura 17 – Entrada do setor Muniz Calixto

Foto do autor

**Figura 18 – Entrada do DAIA**

Na figura 19 temos uma foto do Setor Muniz Calixto com crianças brincando na rua com esgoto a céu aberto e um morador em uma carroça. Já na foto da figura 20 podemos ver a lateral da Transportadora Gabardo, criada para atender as demandas da fábrica de automóveis Hiunday.

Foto do autor

**Figura 19 – Setor Muniz Calizto**

Foto do autor

**Figura 20 – Transportadora Gabardo**

Na figura 21 temos um “estacionamento de bicicletas” dos trabalhadores da montadora Hyundai em meio à poeira, enquanto na figura 22 um estoque de carros novos confeccionados pela mesma fábrica aguarda para serem transportados no pátio do Porto Seco Centro-Oeste.

Foto do autor

**Figura 21 – Estacionamento de bicicletas Hyundai**

Foto do autor



Figura 22 – Pátio do Porto Seco Centro Oeste

Na figura 23 temos a falta de infra-estrutura das residências do bairro enquanto a figura 24 mostra a escavação de um túnel que passará por baixo da BR-153 servindo de passagem para a ferrovia Norte-Sul que ainda está em fase de implantação.

Foto do autor



Figura 23 – Casa do setor Muniz Calixto

Foto do autor



Figura 24 – Obra do túnel da Ferrovia Norte-Sul

A figura 25 mostra uma escola estadual que igual a tantas outras recebe pouca atenção do poder público. Não há calçada e no lugar de muros, uma tela cerca as dependências da instituição prejudicando a segurança da mesma.

Foto do autor



Figura 25 – Escola Estadual do setor Muniz Calixto

Foto do autor

**Figura 26 – Placa do Programa Produzir**

A figura 26 é de uma placa emblemática do apoio dado à iniciativa privada por meio de incentivos e linhas de crédito propiciados pelo Governo Estadual (o mesmo que gerencia a escola). A placa fincada nas dependências da fábrica Tapon Corona, estampa o apoio do Programa Produzir, sendo que a mesma placa pode ser vista na maioria das fábricas do DAIA.

Foto do autor

**Figura 27 – Rua do setor Muniz Calixto**

Foto do autor

**Figura 28 – Entrada do laboratório Vitapan**

As figuras 27, 29 e 31 exprimem claramente a infra-estrutura encontrada no bairro industrial. São muitas as ruas sem asfalto, ou quando o tem se encontram cheios de buracos, além da falta de aparelhos urbanos adequados.

Foto do autor

**Figura 29 – Merceria no setor Muniz Calixto**

Foto do autor



Figura 30 – Entrada do laboratório Neoquímica

Em paralelo temos a vista das entradas da Vitapan – figura 28, Neoquímica – figura 30, e Teuto – figura 32, todas elas fábricas do seguimento de fármacos.

Foto do autor



Figura 31 – Rua do setor Muniz Calixto

Foto do autor

**Figura 32 – Entrada do laboratório Teuto**

Tudo isso contrasta com o aumento dos problemas estruturais urbanos por todo o município, a precarização do trabalho e redução das vagas, aumento da concentração de renda, disseminação da pobreza, gestão pública que responde a interesses particulares e não públicos etc. Dessa forma podemos enxergar parte da contradição que ocorre entre o que é oficial, e o que realmente representa o real, entre o que é dito, e o que em verdade acontece, num complexo apanhado de relações onde há tensões, pontos de confronto, linhas de força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de tanto vasculhar, pesquisar e cruzar dados, viabilizando o encontro da realidade com a teoria, mediados pelo método, fundados no pensamento geográfico, onde buscamos ler o mundo através da espacialidade, compreendemos que não há trabalho, poderes, conflitos, problemas sócio-econômicos, fluxos, mobilidades, que não estejam espacializados. Sabemos que um dos objetivos da pesquisa científica é desenvolver pensamentos e estudos para analisar, interpretar e, às vezes, propor soluções para o real, e esse pensamento é um recurso para que possamos *desvelar* fatos, e romper com dogmas, pois é preciso sair da *zona de conforto*, e seguir na árdua tarefa de propor caminhos, ou ao menos disponibilizar novas visões/concepções, que saiam da repetição e possa viabilizar a compreensão, ainda que parcial do movimentos do real.

A delimitação espacial, o município de Anápolis e sua relação com o Distrito Agroindustrial (DAIA), mediada pela categoria *território* e, paralelamente, refletindo sobre o conceito de *desenvolvimento* se tornou o foco da pesquisa.

No decorrer da pesquisa um dos aspectos que mais se evidenciou foram as contradições. Por isso, o entendimento das relações de poder, e das disputas territoriais empreendidas naquele espaço, acabou por conduzir a um tom mais crítico percebido claramente em nossas análises. Venho advogar em minha defesa, esclarecendo que não possuo nada contra Anápolis tampouco contra os anapolinos. Anápolis foi escolhida como objeto de estudo devido à sua importância regional, e à medida que mergulhamos em sua história percebemos a relevância da agroindústria principalmente a partir da década de 1970.

Por mais que aqui os reflexos negativos de todo esse processo tenham ganhado mais espaço, devido à consciência de que enquanto pesquisadores somos seres sociais carregados de experiências pessoais, distintas umas das outras, e convictos da impossibilidade de sermos neutros, entendemos que essas mesmas evidências poderiam ser observadas em outros municípios, visto que buscamos extrair leituras do movimento do real, independente do local analisado, além do fato geográfico extrapolar os limites espaciais (sejam físicos, territoriais, sociais ou históricos), e de que o tema da pesquisa é indicado pela sociedade.

O particular só pode ser percebido se comparado com o global. E os lugares são produtos, mas também são condicionantes, tornando-se nesse sentido ativo e passivo ao mesmo tempo. Os modos de produção, as formações sócio-econômicas precisam de uma base territorial, historicamente determinada, para se tornarem concretos. O *território* é uma síntese

dialética entre a sociedade, o modo de produção, a formação econômico-social e a natureza, formando as diferenciações dos lugares.

Para compreendermos as tramas espaciais em Anápolis, que resultaram no acirramento das desigualdades (sociais e espaciais), vimos como se deu a apropriação do *território* anapolino, que produziu *territórios* através da territorialização das indústrias, sendo necessária também uma abordagem dos (re)ordenamentos em âmbito mundial, brasileiro e goiano.

No caso específico de Anápolis, chamou-nos a atenção a quantidade de discursos advindos das mais diversas fontes (população, políticos, empresários, jornais, governo etc., além de algumas abordagens sociológicas, antropológicas e também geográficas), nos quais o município é visto como um dos mais desenvolvidos do estado, e também o mais competitivo economicamente, sendo o DAIA propagandeado como o propulsor, o núcleo moderno, o indutor de todos esses benefícios, tendo como principal vetor a indústria.

Num primeiro momento, nos intrigava a construção de todos esses discursos, assim como que parte dele era calcado no real e que parte se fundava apenas em interesses de alguns grupos de indivíduos ou segmentos (da classe hegemônica). Interessava entender as fraturas, as clivagens, as brechas, queríamos então, compreender onde as ações apoiadas nesses discursos, estavam alicerçadas, pois seria impossível a conjunção de tantos fatores num determinado *território* ocorrerem de forma que as contradições não apareçam. Por mais que saibamos da impossibilidade de contemplar todos os fatos e nuances desses movimentos, estamos certos que conseguimos avançar nas discussões e reunimos em nossa pesquisa um considerável material que servirá de base para o aprofundamento da temática.

Por isso a tentativa de compreender e visualizar os confrontos aí presentes na relação Capital-Estado-Trabalho. Trabalho não enquanto força de trabalho (na forma do trabalhador que vende sua capacidade laboral), mas trabalho como elemento fundante para a existência como condição para a vida.

Fizemos então a consideração de uma seqüência de modelos de industrialização e correntes teórico-econômicas, saindo do taylorismo, passando pelo fordismo, keynesianismo até o que Harvey (1992) chamou de acumulação flexível, compreendendo que os diversos autores não só expressaram modelos de organização industrial que mudaram a forma de produzir objetos, mas também provocaram alterações sociais, econômicas e culturais ao longo da história.

A partir disso, identificamos como se procedeu a industrialização no Brasil, assim como suas alterações, estabelecendo a relação da mesma com o panorama das transformações

socioeconômicas em nível mundial. Goiás de fato se insere também nesses rearranjos primeiro de forma complementar à região sudeste e, posteriormente, através de políticas de desconcentração industrial em nível nacional. E Anápolis, acaba por ser receber o DAIA na década de 1970, como reflexo dos desdobramentos da industrialização brasileira iniciada com a substituição de importações (década de 1930), pautada no planejamento, e na intenção de criar pólos, no qual o município seria o centro dinamizador que propagaria de forma centrífuga o *desenvolvimento*, tendo a indústria como veículo que, devido às características regionais se funde ao “agro”, tornando-se agroindústrias.

Ali ocorre a territorialização não apenas de indústrias, mas também de desigualdades, principalmente sociais. Fica comprovado o papel determinante do Estado na viabilização dos projetos agroindustriais, assim como os constantes refinanciamentos que fortaleceram, os discursos, as ideologias, as intenções que obviamente são a expressão da contradição, visto que propôs melhorias a toda sociedade, porém na prática, se processam tendo o trabalho a serviço do capital, que por sua vez se funde ao Estado, acirrando ainda mais as desigualdades.

A fusão do Capital com o Estado expressou a modernização do território nacional e goiano, através da reestruturação produtiva do capital tendo como característica a mobilidade geográfica do capital (que por sua vez induz a mobilidade geográfica do trabalho), provocando novas arrumações sócio-econômico-espaciais, novos (re)ordenamentos territoriais.

A partir do surgimento do DAIA, muitos migrantes são conduzidos para Anápolis, com o passar do tempo há um aumento da influência regional do município, e durante esse processo ocorre a busca de uma identidade, construída principalmente por parte dos *atores* interessados nos possíveis lucros, que referencia a cidade como um pólo industrial utilizando sempre características locais a seu favor (como a privilegiada posição geográfica). E esses *atores*, sejam eles hegemônicos (classe política e empresarial) ou não (a classe trabalhadora), na busca da concretização de seus interesses (sejam a obtenção de lucros e ampliação do poder, por parte dos empresários e políticos, ou a busca da sobrevivência por parte dos trabalhadores) acabam por estabelecer *territórios* em permanente disputa.

Todas as ações implementadas no *território* anapolino pautadas na industrialização, trazem consigo, o alicerce do *desenvolvimento*. É aí que entramos paralelamente à abordagem territorial, com a (des)construção desse conceito, na qual compreendemos que o mesmo está calcado em proposições absolutamente contraditórias, sendo incapaz de cumprir o que propõe. Porém, não o negamos por total. Há sim uma espécie de *desenvolvimento*, que seria melhor expresso como crescimento econômico, e esse crescimento é categoricamente favorecedor

apenas dos *atores* hegemônicos no que tange à distribuição da riqueza produzida. Aos trabalhadores recaem as “sobras” de todos esses planos postos em ação, como por exemplo, melhoria da infra-estrutura local (rodovias, pontes, viadutos, saneamento básico etc.), ou as poucas vagas de emprego abertas.

Além do aporte teórico utilizado para entender e (des)construir o conceito de *desenvolvimento*, utilizamos a análise e o confronto de dados (de diferentes fontes observando a metodologia utilizada nas suas construções), e também os depoimentos coletados, identificando e analisando os discursos, juntamente com o movimento da realidade anapolina, comprovaram que os trabalhadores do DAIA, e a população anapolina em geral não são os reais beneficiários dessas territorializações. A classe hegemônica consegue manter seus benefícios e privilégios, fazendo suas apostas nos diversos jogos de poder, e principalmente utilizando-se dos discursos, pois o mesmo é visto como um bem bastante útil e desejável, com suas regras de aparecimento e condições de apropriação. Esse é o motivo da paráfrase (à Lacoste): “*O DAIA, ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA A APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS*”.

Parte considerável dos estudos feitos em Anápolis (sobre o município ou sobre o DAIA) e obviamente as financiadas por órgãos governamentais ou entidades de classe, principalmente as comerciais e industriais, buscam apenas enaltecer o processo utilizando-se da *maquiagem desenvolvimentista*. Mas algumas pesquisas feitas por instituições universitárias acerca da realidade anapolina (principalmente as produzidas no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG), conseguem expor de alguma forma a essência, as contradições, os movimentos no espaço e o processo de produção e apropriação do território.

Devemos romper com as bases dos sistemas gerais da política e da economia, que visam apenas o uso das riquezas e características locais para a infundável conquista do lucro. Não é de se espantar que nós não tenhamos respostas e tampouco proposições concretas dos caminhos a serem tomados para transformar a essência desses conflitos, mesmo porque nos mostramos constantemente contra os discursos e as falácias. Porém estamos certos que o conhecimento da realidade da qual fazemos parte, e que é parte de nós, pode ser o início para a mudança, sendo dessa forma lembrados pela escritora e poetisa francesa:

*O verdadeiro lugar de nascimento
É aquele em que lançamos pela primeira vez
Um olhar inteligente sobre nós mesmos [...].
(Marguerite Yourcenar)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. **Dossiê História Oral: Uma breve apresentação.** In: Revista de história e estudos culturais. V.2 Ano II n. 2. 2005.

ANDRADE, M. C. **Geografia econômica.** São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento** (A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina). Recife: Grijalbo, 1977.

ANTUNES, R. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação).** In, Caderno CRH, n. 37 p. 23-45, jul/dez. 2002.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano.** Goiânia: Vieira, 2007.

ASCHER, F. **Metápolis.** Acerca do futuro da cidade. Lisboa: Celta, 1995.

BATISTA DE DEUS, J. **O Sudeste goiano e a desconcentração industrial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional; Universidade Federal de Goiás, 2002a.

_____. **Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões.** In: ALMEIDA, M. G. (org.) Abordagens Geográficas de Goiás: O Natural e o Social na Contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002b.

BETTELHEIM, C. **Planificação e crescimento acelerado.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BORGES, B. G. **A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960).** In: SILVA, L. S. D. (org) Relações Cidade-Campo: Fronteiras. Goiânia: UFG. 2000.

BORGES, P. C. A. **Não há mais diferenças entre os governos do PMDB e do PSDB.** Jornal Opção. Goiânia, de 09 a 15 de abril, 2006.

_____. **Persuasão profissionalizada.** Revista Sociedade e cultura, Goiânia, v. 3 n. 1 e 2, jan/dez, 2000b.

BRITO, R. M. F. A. **A gestão das cidades e sua organização interna: Anápolis – 1993 a 2004.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2007.

CAMPOS, F. I. **Cidade, espaço de dominação.** Boletim Goiano de Geografia n. 14, jan/dez, 1994.

_____. **Anápolis, inconformismo político, dinamismo econômico.** Jornal O Centenário, Anápolis, Ano III, n. 15 Junho, 2007.

CASTRO, J. D. B. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente.** Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

_____. **Economia goiana: cadeias produtivas, reestruturação, mineração, Agricultura e indústria.** (Org) Anápolis: UEG, 2006.

CHAUL, N. F. **Marchas para o Oeste.** In: SILVA, L. S. D. (org) **Relações Cidade-Campo: Fronteiras.** Goiânia: UFG. 2000.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia.** 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo

CORRÊA, R. L. **Repensando a teoria das localidades centrais.** In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica.** Petrópolis: Vozes, 1982.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DIAS, E. F. **“Reestruturação produtiva”:** forma atual da luta de classes. In, Revista Outubro. Ed. 01. 2003.

FILGUEIRAS, L. A. M. **Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século.** Texto apresentado em mesa-redonda do seminário interdisciplinar “O Mal-Estar no Fim do Século XX”, Bahia, 1997.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum**. Trad. Jorge Lima Barreto. São Paulo: Ed. Princípio, 4ª ed., 1987.

FREITAS, J. F. A. **A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis – Goiás**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia Urbana e Regional. UNB, Brasília, 2004.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

HAESBAERT, R. **Concepções de territórios para entender a desterritorialização**. In: Território Territórios; Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo – UFF/AGB – Niterói, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

KOSSA, P. **O marco do novo Goiás – 30 anos de DAIA**. Goiânia: Contato Comunicação, 2006.

LIMA, L. R. **As transformações no mundo do trabalho em Anápolis: mitos e verdades (1930 - 2006)**. Monografia, Instituto Superior de Educação – UniEVANÉLICA, Anápolis, 2008.

LUZ, J. S. **A influência da situação geográfica para o desenvolvimento comercial da cidade de Anápolis-Goiás**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2001.

MACEDO, Sirley Alcântara. **O mundo do trabalho: a tecnologia substituindo a mão-de-obra.** In: TOSCHI, Mirza Seabra. (Org.). 100 anos Anápolis em pesquisa. 1ª ed. Anápolis: Vieira, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Contraponto, 1998.

MENDES, L. O. **Expansão do capital, territorialidades do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão (GO) no século XXI.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENESES, M. R. **As múltiplas escalas do processo de consolidação de Anápolis como centro regional.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2008.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORAES, R. S. **A câmera escura: gestão territorial e as novas territorialidades do capital em Goiás.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2004.

MOREIRA, João Carlos; **Geografia geral e do Brasil.** João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. São Paulo: Scipione, 2002.

PERROUX, François. **O Conceito de pólo de desenvolvimento.** In: FAISSOL, S. (org.) Urbanização e Regionalização, Relações com o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POLONIAL, J. **Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)**. Anápolis: Edição do Autor, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, I. A. R. A. **O distrito agroindustrial de Anápolis – DAIA: mercado de trabalho e formação profissional**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 2008.

ROMANATTO, E. **Classificação dos municípios goianos conforme variáveis de políticas de geração de emprego e renda e de habitação – uma análise multivariada**. In: Boletim Conjuntura Econômica Goiana. Goiânia, SEPLAN, n. 10, Junho 2009.

SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M. et. al. (org.) **Território Globalização e Fragmentação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, O. R. **A política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais – DAIA (1970-90)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: IESA/UFG, 1999.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. et. al. (org.) – 6ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural também precisa de “ações afirmativas”**. In: CONGRESSO DO AGRONEGÓCIO, 1., São Paulo, 2002b. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/brural.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

Fontes documentais e sites consultados.

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, Rio de Janeiro, 2003.

Boletim informativo do diretório municipal do partido dos trabalhadores, n. 30, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2002, v. 2.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: redes urbanas regionais: norte, nordeste e centro-oeste. IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2002, v. 4.

GOIÁS. **Anuário estatístico do estado de Goiás - 2003**. Goiânia: SEPLAN, 2003.

_____. **Anuário estatístico do estado de Goiás – 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005a.

_____. **Goiás em dados 2004**. Goiânia: SEPLAN, 2004.

_____. **Goiás em dados 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005b.

_____. **Goiás em dados 2007**. Goiânia: SEPLAN, 2007.

_____. **Índice de desenvolvimento econômico - IDE e índice de desenvolvimento Social - IDS dos municípios Goianos: 2000**. Goiânia: SEPLAN, 2003b.

_____. **Índice de desenvolvimento econômico - IDE e índice de desenvolvimento Social - IDS dos municípios Goianos: 2001**. Goiânia: SEPLAN, 2005c.

_____. **Produto interno bruto dos municípios goianos: 1999-2002**. Goiânia: SEPLAN, 2005d.

_____. **Produto interno bruto dos municípios goianos: 2004**. Goiânia: SEPLAN, 2006.

_____. **Produto interno bruto dos municípios goianos: 2002-2005**. Goiânia: SEPLAN, 2007.

_____. **Ranking dos municípios goianos 2003**. Goiânia: SEPLAN, 2003c.

_____. **Ranking dos municípios goianos 2005.** Goiânia: SEPLAN, 2005e.

_____. **Ranking dos municípios goianos 2007.** Goiânia: SEPLAN, 2008.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Pólos dinâmicos da economia goiana. Goiânia: Ano III, n. 9, outubro/novembro de 2002.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Anápolis vai sediar projeto de plataforma Logística de Goiás. Goiânia: Ano III, n. 9, outubro/novembro de 2002.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Base Econômica coloca Anápolis no topo. Goiânia: Ano IV, n. 11, abril/junho de 2003d.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Motor do Desenvolvimento Industrial de Anápolis. Goiânia: Ano V, n. 14, janeiro/março de 2004.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Goiás caminha para ser um pólo automotivo. Goiânia: Ano VI, n. 18, janeiro/março de 2005f.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Anápolis, um município onde a modernidade já chegou. Goiânia: Ano VI, n. 18, janeiro/março de 2005g.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Pólo farmacêutico e químico já é o terceiro maior do país. Goiânia: Ano VI, n. 19, abril/junho de 2005h.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Anápolis é o motor econômico do Estado. Goiânia: Ano VI, n. 20, julho/setembro de 2005i.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Anápolis é o motor econômico do Estado. Goiânia: Ano VIII, n. 25, janeiro/março de 2007b.

_____. **Revista economia & desenvolvimento.** Anápolis cresce impulsionado por indústria, comércio e educação. Goiânia: Ano VIII, n. 27, outubro/dezembro de 2007c.

<<http://www.fomento.goias.gov.br>> Acesso em: Agosto, 2008.

<<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: Fevereiro, 2009.

<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: Fevereiro, 2009.

<<http://www.seplan.go.gov.br>> Acesso em: Julho, 2008.

ANEXO I

Roteiro inicial para as entrevistas.

1. Nome, idade, profissão/cargo.
2. Tempo de residência em Anápolis.
3. O que mudou em Anápolis de 1990 até hoje?
4. Qual foi a influência do DAIA nessas mudanças?
5. Cite duas vantagens e duas desvantagens da presença do DAIA para Anápolis.
6. Qual é a importância do DAIA para a população Anapolina.